

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**A MAIORIDADE CONSTRUÍDA NA “ARTE DE VIVER NA RUA”:
EXPERIÊNCIAS DE JOVENS QUE PERCORRERAM O
CAMINHO DAS RUAS, DA INSTITUCIONALIZAÇÃO
E DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO
(FLORIANÓPOLIS – SC)**

Mestranda

ELIANE APARECIDA COELHO DE OLIVEIRA

Orientadora

PROF.^a DR.^a MARISTELA FANTIN

Florianópolis (SC), Setembro de 2000.

ELIANE APARECIDA COELHO DE OLIVEIRA

**A MAIORIDADE CONSTRUÍDA NA “ARTE DE VIVER NA RUA”:
EXPERIÊNCIAS DE JOVENS QUE PERCORRERAM O
CAMINHO DAS RUAS, DA INSTITUCIONALIZAÇÃO
E DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO
(FLORIANÓPOLIS – SC)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maristela Fantin e co-orientação do Prof. Dr. Selvino Assmann.

Florianópolis (SC), Setembro de 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“A MAIOR IDADE CONSTRUÍDA NA ARTE DE VIVER NA RUA:
EXPERIÊNCIA DE JOVENS QUE PERCORRERAM O CAMINHO DAS
RUAS, DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E DA
DESINSTITUCIONALIZAÇÃO (FLORIANÓPOLIS – SC)”**

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do Centro
de Ciências da Educação em cumprimento
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 12/09/2000

Dra. Maristela Fantin – UFSC (Orientadora)

Maristela Fantin

Dr. Selvino Assmann - UFSC (Co-Orientador)

Selvino Assmann

Dra. Regina Célia Mito – UFSC (Examinadora)

Regina Célia Mito

Dra. Gilka Girardelo – UFSC – (Examinadora)

Gilka Girardelo

Dra. Ida Mara Freire - UFSC (Suplente)

Edel Ern

**Dra Edel Ern
Coordenadora PPGE**

Eliane A. Coelho de Oliveira
Eliane Aparecida Coelho de Oliveira

Florianópolis, Santa Catarina, setembro de 2000.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

A Dissertação “**A Maioridade Construída na ‘Arte de Viver na Rua’:
Experiências de jovens que percorreram o caminho das ruas, da institucionalização e
da desinstitucionalização (Florianópolis – SC)**” elaborada por Eliane Aparecida Coelho
de Oliveira e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada
adequada para obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**.

Florianópolis, 12 de setembro de 2000.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maristela Fantin

Prof. Dr. Selvino Assmann

Prof.^a Dr.^a Regina Célia Miotto

Prof.^a Dr.^a Gilka Girardello

Prof.^a Dr.^a Ida Mara Freire

Florianópolis, Setembro de 2000.

*Aos jovens que participaram
deste trabalho e a todos os
meninos e meninas que vivem
pelas ruas e pelas instituições
de abrigo de nosso país.*

AGRADECIMENTOS

No momento em que termino a escrita deste texto penso em todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. A todas elas, meu sincero agradecimento:

Aos meus pais João e Maria, irmãos, sobrinhos e demais familiares pelo apoio, carinho, força e coragem.

À Universidade Federal de Santa Catarina, ao programa CNPQ pelo apoio financeiro, à orientação de Maristela Fantin e à co-orientação de Selvino Assmann, espaços e incentivos fundamentais para que a vida, na maioria, dos meninos e meninas do Albergue Santa Rita de Cássia pudesse ser contada e refletida na academia.

Aos amigos, colegas do curso, que muitas vezes emprestaram seus ouvidos para os desabafos durante a concepção e realização desta pesquisa. Em especial, para a Fátima, que me incentivou a participar da seleção do Mestrado em Educação.

À Luzia, companheira de moradia e de todos os momentos alegres e angustiantes nesta caminhada, enriquecida pela partilha da cultura e intensidade na expressão da vida que vem de Salvador (Ba).

À Meris, que fez a tradução do resumo para o inglês; ao Carmo e ao Arthur, que me ajudaram na diagramação do trabalho.

À Leila, pelo incentivo e disposição para a leitura e correção do texto; à

Lili, que se dispôs também à leitura e a sugestões para a organização da redação do escrito; à Rita pela leitura. Amigas de sonhos, esperanças e realizações, muito obrigada!!

Poema para Willian,

Dançam na tarde
 Pandorga na praça
 Vozes e presenças,
 Presenças e abraços
 Percebo a tua chegada
 Envolto em cores de papel de seda,
 Em varas e fios retesados,
 Em mãos que te erguem
 Em forma de anjo anunciador
 Nosso olhar acompanha teu brinquedo
 De morar em armações de bambu
 Saltas do céu pra terra,
 Da terra para o céu.
 Como rabiola em zigue-zague
 Foges por entre o telhado em música
 E te enredas nas árvores luminosas
 Fechando a cortina da noite
 Quente e pesada
 Subitamente, a queda e o silêncio
 Levas em sonhos o vento a dormir.
 Antes, guardas a sete-chaves
 Segredo no coração dos meninos
 Que perambulam sem rumo nas cidades
 Brincando de esconde-esconde, segregados
 Willian, Que a luz de teu breve pouso
 Desperte as estrelas de nossas emoções
 E o sol da nossa memória!
 Que nos ilumine na defesa da vida, do
 Sonho e da memória de todos os meninos e
 Meninas habitantes da terra e do céu.

(Ione Montibelle)

RESUMO

Este estudo procura evidenciar o processo de construção da maioridade, com base na trajetória de vida de alguns jovens que viveram pelas ruas de Florianópolis-SC, passaram pela instituição de abrigo e chegaram à maioridade. Desligados da instituição ao completarem 18 anos, continuam não tendo acesso aos direitos básicos de sobrevivência e à conquista da autonomia, retornando, em muitos casos, para a vida na rua. Para tanto realizei uma pesquisa de campo de agosto de 1998 a março de 1999, num primeiro momento, convivendo com eles, observando-os e, em seguida, utilizando a entrevista semi-estruturada, procurando ouvir e mostrar esta realidade. Busco descrever as interferências da família, da rua e da instituição no processo de construção desta maioridade. Ao evidenciar esta realidade brasileira, emergem os aspectos sócio-econômicos, políticos e culturais que a envolvem. Neles, encontram-se as trajetórias de vida desses jovens, marcadas pela luta pela sobrevivência, pelas experiências solidárias, bem como pelo desafio, resistência e dispositivos disciplinares que envolvem uma determinada “ordem” estabelecida.

ABSTRACT

In this study I attempt to evidence the process of development that homeless youngsters undertake on their way to adulthood, based on the trajectory of some homeless youngsters from Florianópolis, Santa Catarina State, Brazil, where they went from living on the streets to living in an institution up to their 18 years of age. Upon completion of this age they have to leave the institution and they continue not having access to basic human rights of survival and hopes to conquer autonomy, and in many cases they end up back to the life on the streets. In order to accomplish this project I went on field research from August 1988 to March 1999, in a first moment, spending time with the homeless youngsters and observing them, and after that, employing semi-structured interview methodology I attempted to listen and show this emerges reality. I seek to describe the interference from family, from the streets and from the institution in their process of development into adulthood. When evidencing this Brazilian reality it emerges the social economical, political and cultural aspects which involve this reality. In these aspects it is found the life trajectories of these youngsters, marked by their fight to survive, solidary experiences, as well as the challenge and resistance, disciplinary matters which involve a determined established order.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	01
Os Lugares de minha Fala	01
Desenvolvimento e Descrição da Pesquisa	05
Os Capítulos	13
CAPÍTULO I	
A FAMÍLIA E A RUA: ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO .16	
1.1 A Condição Social da Família e dos Jovens.....	18
1.2 A Família como Expressão de um Modelo.....	22
1.2.1 A família, suas origens, trajetória e idealizações	28
1.2.2 A família real	34
1.3 A Rua	44
CAPÍTULO II	
A INSTITUCIONALIZAÇÃO ENQUANTO PROCESSO DE NOR- MATIZAÇÃO: A VIDA QUE PASSA PELA INSTITUCIONALI- DADE DESDE A INFÂNCIA	54
2.1 O Histórico do Processo de Institucionalização	55
2.2 Situando a Instituição e aproximando-se do seu Cotidiano	59
2.2.1 A instituição segundo a percepção dos jovens.....	64
2.3 A Relação entre Jovens e Educadores	70
2.4 As Regras	79
2.5 A outra Face da Instituição.....	84
CAPÍTULO III	
O CONTEXTO DA MAIORIDADE: OS DESAFIOS E AS PERS- PECTIVAS QUE OS JOVENS ENFRENTAM	88

3.1	Juventude, entre Conflitos e Perspectivas	89
3.2	Menoridade, Maioridade e suas Controvérsias	91
3.3	As Primeiras Conseqüências da Maioridade: O Desligamento da Instituição ...	101
3.3.1	A maioridade e o fim da política de proteção.....	113
3.4	A Prisão.....	115
3.5	A Vida no Morro	120
3.5.1	A conquista da casa	121
3.5.2	A busca pelo alimento.....	122
3.6	A Constituição de uma nova Família.....	127
3.7	A Dimensão do Trabalho com a Maioridade	131
3.8	O Exército.....	136
3.9	A outra Face da Maioridade	138
3.10	A Maioridade enquanto Conceito de uma Experiência Vivida.....	139
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
a)	O Papel do Estado por meio das Instituições	144
b)	O Abandono Familiar e a rua como alternativa	149
c)	A Sobrevivência que implica na Solidariedade	152
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

INTRODUÇÃO

Para introduzir a problemática desta dissertação, penso que se faz necessário situar o leitor nos lugares em que eu, enquanto pesquisadora, falo. Penso, também, ser importante mostrar as categorias e os teóricos que utilizei, bem como o porquê da delimitação espacial e a metodologia de pesquisa utilizada.

Os Lugares de minha Fala

O primeiro diz respeito à própria motivação da pesquisa, pois é aquele em que me encontro enquanto educadora e assistente social e, no momento, pesquisadora. O segundo é o lugar do qual falarei, isto é, o lugar em que os meninos e meninas de rua e institucionalizados encontram-se no momento em que chegam à denominada “maioridade”, pois mostrar a construção da maioridade desses jovens é o eixo deste trabalho.

O lugar em que me encontro representa muito de minha formação acadêmica e também minha experiência profissional, ambas influenciadas pela minha participação no movimento estudantil, no partido político, na atuação como estagiária em um projeto comunitário que atendia, em sua maioria, crianças negras, e pela contribuição na organização e luta dos trabalhadores através de dois anos de estágio curricular de serviço social, na área de formação do sindicato dos

eletricitários, na cidade de Tubarão, SC. Posteriormente, em 1995, iniciei a atuação profissional na gestão da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que vinha sendo desenvolvida pelos partidos políticos que compunham a Frente Popular; para tanto, prestei concurso público e fui lotada no Albergue Santa Rita de Cássia.

Neste sentido, este texto procura articular estas experiências às experiências dos jovens e à reflexão que a oportunidade de cursar o mestrado me ofereceu.

O Albergue Santa Rita de Cássia¹, as ruas de Florianópolis e algumas localidades situadas na periferia desta cidade são lugares sobre os quais falarei, pois estes são os principais espaços ocupados pelos sujeitos desta pesquisa.

O albergue S.R.C. atendia, em média, cerca de 18 crianças e adolescentes de ambos os sexos, em regime de abrigo provisório e permanente² até o limite de 18 anos de idade, isto é, quando chegavam à maioridade. Neste espaço funcionava o único programa de abrigo inteiramente mantido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis-PMF, em parceria com o governo do Estado e a Associação Florianopolitana de Voluntários-AFLOV.

O número de funcionários que trabalhavam neste albergue girava em torno de 32 pessoas divididas nas seguintes funções: 01 coordenadora, 01 assistente social, 01 assistente administrativa, 01 enfermeira, 04 cozinheiras, 05 serventes gerais e 18 educadores. O espaço físico abrangia um enorme prédio antigo, cuja disposição

¹ O Albergue ficava situado no bairro Agrônômica, cercado de prédios públicos e edifícios residenciais para classe média alta.

² Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleça que a medida de abrigo é excepcional e em caráter provisório, o Albergue atendia crianças que estavam abrigadas há mais de quatro anos, caracterizando para esta pesquisa o regime “permanente”.

dos cômodos consistia em uma cozinha, um refeitório, uma sala do setor administrativo e da coordenação, uma sala de enfermaria, um depósito, uma marcenaria³, banheiros para os funcionários separados dos banheiros utilizados pelas crianças e adolescentes. Além disso, havia um dormitório masculino com 72 leitos e o feminino com 58 leitos, na parte superior do prédio, era permitida a entrada das crianças e adolescentes somente no período noturno. Não havia área de lazer, apenas uma pequena calçada com um banco em que as crianças e adolescentes costumavam ficar sentadas por muito tempo durante o dia.

No momento em que descrevo o Albergue, remeto-me às reflexões de Michel Foucault, ao referir-se ao confinamento dos pobres e loucos no século XVIII, em hospícios. A emergente sociedade burguesa buscou retirar das ruas aqueles que representavam uma ameaça à ordem social vigente.

A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande encarceramento dos vagabundos e miseráveis; houve outros mais discretos, mais insidiosos e eficientes. (FOUCAULT, 1989, p. 122)

Muitas instituições de abrigo possuem um mesmo objetivo: retirar das ruas as crianças que ameaçam a ordem social. O albergue Santa Rita de Cássia, pelo que pude perceber, apresentava concepção filosófica parecida à descrita por Foucault, ocasionando o retorno de muitos jovens para a condição de moradores de rua, em função da maioria.

Durante o ano de 1997, a nova gestão liderada pelo Partido Progressista

³ Esta marcenaria ficava a maior parte do tempo fechada, porque não havia instrutores que se dispusessem a trabalhar com as crianças e adolescentes.

Brasileiro - PPB, que administra a Prefeitura, reordenou este programa, atendendo apenas o regime provisório (permanência de no máximo 08 dias). Para muitos dos adolescentes que estavam no abrigo há anos, restou como alternativa a rua, uma vez que a única preocupação por parte da Prefeitura foi a de comunicar alguns parentes deles do não funcionamento do programa.

As ruas de Florianópolis apresentam-se como lugar de moradia para muitas crianças e adultos. A maioria dos meninos e meninas que estavam no Albergue Santa Rita de Cássia em regime permanente de abrigo, veio da rua. É o que aponta a história de vida dos jovens que participam desta pesquisa, pois do número total de participantes, apenas uma jovem não permaneceu na rua por mais de um mês. A rua, então, apresenta-se como local de passagem, de ligação de um ponto ao outro, ou como local de encontro entre as pessoas. A rua é um lugar de sobrevivência, de garantia da alimentação, do vestuário, da dependência química... É a este lugar que as vozes dos recém-maiores de idade irão se referir, também, ao falarem de sua formação enquanto sujeitos.

Ao entrar em contato com o Albergue e, por extensão, com a rua, pois ao completarem dezoito anos muitos dos jovens voltaram para a rua, encontrei a temática desta pesquisa. Para compreender como se deu a construção do processo de maioridade nesta camada da população de Florianópolis, estabeleci como delimitação o momento em que os jovens alcançavam 18 anos e selecionei um grupo que viveu na rua, passou pelo albergue e, muitos deles, novamente retornaram à rua depois da maioridade.

Desenvolvimento e Descrição da Pesquisa

Durante o processo da pesquisa de campo, no ano de 1998 a 1999, foram sendo construídas com os jovens suas histórias de vida. Ao trabalhar com histórias de vida, fui surpreendida muitas vezes, pois esta metodologia procura deixar livre o narrador para contar suas experiências, o que ocasionou a emergência de muitos fatos que eu, enquanto assistente social do Albergue, nem imaginava terem acontecido. Durante as entrevistas, procurei não invadir territórios e registrar apenas o que foi permitido dentro das minhas condições de possibilidades teóricas e éticas. Pois lidar com depoimentos sobre pessoas vivas é muito comprometedor, como nesta pesquisa que colhe depoimentos sobre meios considerados “ilícitos” para conseguirem a sobrevivência, bem como sobre pessoas “bem vistas” na sociedade. E isto poderia representar um risco para os próprios jovens.

Percebi, desenvolvendo a pesquisa, que a maioridade é um processo que se constrói desde a infância, tendo o seu ponto alto aos 18 anos, em função da norma social que estabelece competências e responsabilidades, que passam a vigorar a partir de uma idade cronológica. Para tanto, busquei alguns teóricos que me ajudaram a refletir sobre a problemática que proponho com esta pesquisa, ou seja, investigar como se deu o processo de construção da maioridade para alguns jovens que viveram nas ruas de Florianópolis, foram abrigados no Albergue Santa Rita de Cássia e estão completando a maioridade.

Ao partilharem algumas lembranças que fazem parte de suas histórias de vida, os jovens forneceram alguns enfoques sobre seu passado e presente, evidenciando inúmeras possibilidades de vida futura. Desta forma, pôde-se reconstruir vários significados e percepções que estavam latentes em suas

memórias e perceber como se constroem e (des)constróem modelos de vida. Esta reflexão aproxima-se da visão histórico-cultural.

A perspectiva da Nova História Cultural cria oportunidades para que, de um espaço e de um tempo particular, se possa perceber em outros espaços e momentos históricos, que a humanidade é feita por homens e mulheres de todas as idades, por diferentes classes sociais e etnias diversas. (COSTA, 1998, p. 06)

A pesquisa mostra como estas pessoas fazem-se representar a partir das experiências de vida e das relações sociais que revelam. O espaço e o contexto percorrido são apresentados mostrando uma trajetória de vida marcada pela resistência e criatividade que se fazem necessárias para garantir a sobrevivência. Portanto, do lugar de onde os jovens se encontram, percebe-se o intenso movimento e a circularidade presente em suas vidas.

Neste sentido, as experiências de vida são significadas e (re)significadas a partir de elementos presentes na realidade de quem vivencia a exclusão social e as perdas constantes que se efetivam neste processo. Oportuniza-se, assim, que estas experiências ocupem o seu lugar social, cultural, político e histórico. Isto quer dizer que os jovens, quando recordam-se da infância, da relação com a família, com a escola, com os amigos, com a instituição de abrigo e com a vida na rua, narram o passado com a experiência do presente, conforme lembra Ecléa Bosi ao escrever sobre a memória de velhos:

Começa-se a atribuir à memória uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1987, p. 17)

No trabalho com memória é preciso registrar as interferências que o processo de reconstrução do vivido estabelece ao tentar reaproximar e interpretar

o momento passado que se move para o presente, “pois as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra história, por uma memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade” (*Ibid.*, p. 19). As lembranças dos jovens referem-se a um tempo muito próximo ao momento em que estão vivendo, e isto pode despertar o temor, impedindo que o diálogo se estabeleça, pois certas recordações foram silenciadas ao serem muito carregadas de emoções.

De agosto/98 a março/99 foi feita a pesquisa de campo, além das entrevistas e construção das histórias de vida. Pude então ter acesso a algumas atividades do cotidiano dos jovens, por meio da observação, visitas semanais e acompanhamento de atividades que eles desenvolviam durante o dia, tais como: procurar trabalho, dar uma volta pelas ruas do centro da cidade, hospitais, supermercado, visita às famílias, ida no exército e ao próprio trabalho. Trabalhos que consistiam na comercialização de balas e doces na Catedral, Terminal Urbano e no depósito de lixo do Supermercado Comper⁴. O alto do Morro do Pantanal⁵ foi o principal local de moradia, onde cinco dos jovens que contribuem para a discussão desta temática moram.

Dentre os cinco jovens que moram no Morro do Pantanal estão os dois irmãos, Júlio (17 anos) e Lúcio (19 anos), que ao saírem do Albergue foram morar junto à família de um tio. Como a maioria dos moradores desta localidade se apropria dos terrenos baldios, depois de algumas semanas os dois irmãos também construí-

⁴ Comper – Comercial Centro Sul de Alimento. Este supermercado está situado no bairro Trindade – Florianópolis - SC, próximo à Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵ O morro do Pantanal é tão elevado que, no alto dele, sente-se a mudança da pressão atmosférica. Além do mais, a subida a pé, mesmo na estrada que permite passagem de automóvel, demorava em torno de quarenta a cinquenta minutos, sendo necessárias várias paradas para retomar o fôlego. Uma das jovens que faz parte desta pesquisa disse que já ficou dois meses sem sair de casa para não ter de descer e subir o morro. Diante desta situação geográfica, percebi as dificuldades que os moradores desta localidade têm de enfrentar cada vez que saem de casa.

ram uma pequena casa em um dos terrenos disponíveis. Carlos (18 anos) e Oswaldo (19 anos) pagavam aluguel de R\$ 150,00, em uma casa de pensão no bairro Serrinha. Quando não conseguiram mais dar conta desta quantia, também construíram sua casa próxima à casa dos dois irmãos no Pantanal. Por último, Cláudia (19 anos), que também foi abrigada no Albergue, casou-se com um dos rapazes e foi morar no Pantanal.

Localizando, ainda, os sujeitos desta pesquisa, Murilo (18 anos) morava no Morro da Penitenciária com sua família e Renato (18 anos) foi morar na casa de Murilo. Maria trabalhava cuidando da filha de outra jovem no Morro do Mocotó para que ela pudesse trabalhar fora e posteriormente voltou a morar na comunidade Chico Mendes. Juvenal (20 anos) estava preso na penitenciária de Biguaçu. Alex (20 anos) e Deise (16 anos) moravam no Morro do Mocotó⁶. Luís que morava na rua há mais de 02 anos. Por último, o jovem Ademir (19 anos), que estava terminando o período de serviço militar.

Além desses jovens, contei também com a participação de Anderson (13 anos), irmão de um dos entrevistados e de dois irmãos, Sílvio (11 anos) e Jardel (14 anos), que me acompanhavam nas caminhadas pelo centro da cidade. Durante estas caminhadas, narravam os acontecimentos da rua: a onda do aumento do consumo de craque, a preocupação com o que acontecia com seus amigos que completavam 18 anos, pelo fato de não estarem trabalhando e usarem droga com muita frequência. A pergunta que sempre faziam: *o que está acontecendo com os caras?*

Para compreender melhor as experiências desses jovens através de suas

⁶ Todos os jovens tinham em comum o fato de conseguirem algum espaço para morar somente em lugares afastados, na periferia, distantes do centro da cidade. Pode-se dizer à margem da sociedade.

narrativas autobiográficas, o fato de já conhecer previamente a maioria deles facilitou o desenvolvimento da pesquisa. Os jovens que estavam na rua foram mais difíceis de serem abordados, pois normalmente não tinham um lugar fixo, estratégia utilizada para não serem identificados e localizados pelos policiais. A Praça XV, centro de Florianópolis, era o local mais visado pela polícia; por isso os jovens permaneciam ali por períodos esporádicos e logo “desapareciam”.

Para desenvolver e aprofundar esta temática, utilizei as categorias de: maioridade e menoridade, cotidiano, exclusão social, memória, família, infância, juventude, relações de poder e resistência. Parto do pressuposto de que tais categorias não são unívocas, mas construídas, tendo como interferência a condição social de classe, que estabelece uma divisão desigual no acesso aos meios de produção e, por conseguinte, determina a condição de vida dos jovens que completam a maioridade.

Por meio de entrevista, observação e diálogos em grupo, pude perceber o “pulsar” da vida desses jovens. Observei os estereótipos, estigmas e preconceitos que compõem a trajetória percorrida pelas pessoas ‘ordinárias’⁷ e, também, como resistiam e resistem frente a esta realidade. Para tanto, parti da convivência com a família, a saída de casa e a inserção nas ruas e nas instituições, enfocando, principalmente, os primeiros anos após terem completado 18 anos.

A idade cronológica de 18 anos é entendida, atualmente, no Brasil, como o período que corresponde à proximidade do final da transição entre a infância e a juventude. Os jovens passam a aproximar-se da vida adulta e a sociedade, o governo pressupõem cumprida a função da política de proteção

⁷ Expressão utilizada por Michael de Certeau em *A invenção do cotidiano*, 1994.

integral às crianças e adolescentes definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90). A partir dos 18 anos passa a vigorar a imputabilidade penal⁸.

Os jovens entrevistados de agosto/98 a março/99 relembram o passado e o que os influenciou até chegarem a esta nova etapa da vida, marcada pelo desligamento da instituição, o que os desafia para “tocarem” suas vidas sozinhos, baseando-se no acúmulo de experiências que tiveram na rua e enquanto estavam sob a tutela do Estado. Este mesmo Estado obedece às decisões e organizações em torno da expansão do sistema capitalista, o qual otimiza suas ações em torno do mercado para obtenção de lucro com ganhos cada vez maiores, visando a acumulação ampliada do capital. Para atingir estes propósitos são criadas inúmeras estratégias que legitimam e sustentam este modelo de organização, como aconteceu com a criação do Estado de Bem Estar Social e, na década de 90, a desregulamentação dos direitos, conforme argumenta Frigotto:

Fundamentalmente, a tese neoliberal (que não é unívoca) postula a retirada do Estado da economia – idéia do Estado Mínimo - restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego; a volta às leis de mercado sem restrições; diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais (FRIGOTTO, 1996, p. 80).

Com este modelo de organização, o Brasil se destaca com o título de “campeão mundial da desigualdade, os 10% mais ricos são donos de 48% de tudo o que é produzido no país; campeão de pagamento de juros para o exterior; somos o segundo país do mundo em concentração da propriedade da terra; 44 % da população ganha menos de R\$ 2,00 por dia e 18% da população está abaixo

⁸ Existe uma proposta de Emenda Constitucional nº 14-A, de 1989, em tramitação na Câmara dos Deputados em Brasília, que propõe reduzir para 16 anos a idade de imputabilidade penal. Neste sentido, existe uma pressão por parte de alguns segmentos da sociedade para que, muitos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sejam revistos.

da pobreza absoluta (Stedile apud Valla, 1998).

O drama desta realidade também se expressa através do número de crianças que sobrevivem nas ruas dos centros urbanos. A presença destas crianças denuncia e chama a atenção da sociedade para a desigualdade social. A sociedade, então, utiliza-se de mecanismos de repressão, como policiais ou dispositivos disciplinares como os abrigos para silenciar e esconder as “marcas” da exclusão social.

Ou ainda, para amenizar os problemas em torno da infância, é ressaltada a estratégia de buscar ênfase no plano pessoal e privado, transferindo responsabilidades para a comunidade e a família. Assim, frente à deterioração das condições de vida e dos serviços prestados pelo Estado, “teoricamente” protetor das classes populares, haveria um ressurgimento da família, cujas dimensões parecem ampliar-se através de redes de solidariedade para além dos limites dos laços de parentesco por sangue ou adoção.

Porém, é no cotidiano dos meninos e meninas de rua que se pode encontrar o outro lado, isto é, as maneiras como eles lidam com esta realidade.

O cotidiano expresso por aquilo que nos é dado a cada dia, de acordo com o historiador e filósofo francês Michel de Certeau (1994), faz emergir uma série de aprendizados e elaboração de conhecimento que, no caso desta camada da população à qual que se refere a pesquisa, diz respeito aos “dribles”, às manobras, às tantas maneiras de resistir a sua condição social, criando alternativas de sobrevivência. Ou seja, como as pessoas “ordinárias” conseguem escapar silenciosamente a uma conformação, fazendo com que a ordem seja ao mesmo tempo exercida e burlada. Portanto, há uma reinvenção e reelaboração do

conteúdo repassado pelas instituições através da criatividade, da arte, da astúcia, dos dribles e das táticas de resistência.

Considerando, neste contexto, as redes de poderes, busco Michel Foucault e percebo que não há muita diferença entre o que acontece no hospital, na escola, na prisão ou na instituição de abrigo. Desta forma, nota-se que a vida de algumas pessoas que passam pelas instituições encontra relações de poder que se multiplicam em suas minúcias, como o processo de sujeição, isto é, um processo em que os sujeitos se submetem às imposições e normas sociais. Mas muitos fazem um movimento contrário, caracterizando a subjetivação, ou seja, a capacidade de “burlamento” daquilo que é estabelecido pelo meio social e a possibilidade de escolhas para que o indivíduo se constitua a si mesmo. Este processo caracteriza-se por movimentos de ruptura e resistência a uma ordem que se pretende estabelecida. Em relação à constituição do sujeito, Foucault assim se refere:

Poder-se-ia dizer que o problema ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico que se nos põe hoje não consiste em procurar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas em nos libertarmos nós do Estado e do tipo de individualização que disso depende. Importa promovermos novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos foi imposto por vários séculos (FOUCAULT, 1993, p. 307-308).

No caso dos jovens em estudo, é imposto a eles um tipo de individualização que também tem por características a subserviência e a dependência do Estado tutelar. Uma rede de poderes que se encontra presente nas instituições, nas desigualdades econômicas, sociais, materializando-se na linguagem e no corpo dos indivíduos. Pois quem está submetido a esta realidade possui uma imagem corporal que o identifica. Mas, apesar do conteúdo negativo repassado pelas instituições, esta rede de poderes mostra um outro lado: os jovens

também constróem sua relação de força, existem movimentos de ruptura, latência e resistência. Assim, a temática desta dissertação, intitulada “*A maioria construída na arte de viver na rua: a experiência de jovens que percorreram o caminho das ruas, da institucionalização e da desinstitucionalização – Florianópolis–SC*”, procura dar vozes e espaço para estes jovens expressarem o drama que vivem ao completarem 18 anos e serem desligados da política de atendimento às crianças e adolescentes que têm seus direitos sociais, políticos e jurídicos violados. Para tanto, a dissertação foi dividida em três capítulos.

Os Capítulos

No primeiro capítulo, “A família e a rua: espaços de educação e socialização na interface entre a minoridade e a maioria”, abordo aspectos relacionados à contribuição que os jovens obtiveram desses espaços para a formação e a obtenção de uma determinada autonomia. Para tanto, tracei um breve histórico sobre o modelo de família instituído, que ilustra as influências recebidas pelos jovens na sua concretude ou intenção de estabelecer laços familiares. Serão apresentadas também as conseqüências e o significado da ausência da família na vida dos jovens, mostrando que na ausência de outra forma de mediação que substitua as funções ligadas à sobrevivência, ao afeto e à acolhida, são os próprios amigos ou parentes que formam as redes de solidariedade e acolhida.

Neste contexto, diante do quadro de miséria, o abandono entre pais e filhos torna-se um processo gradativo e que pode não significar necessariamente falta de afeto, mas sim uma alternativa encontrada na luta pela sobrevivência. Alternativa esta que leva algumas crianças ao universo das ruas como

possibilidade de encontrarem a satisfação de suas necessidades básicas. Mesmo que a ausência dos laços familiares fosse muito presente, constata-se que a rua, com o seu encantamento ao trazer o novo e ao explorar a criatividade da criança, os acolhe e os integra em um universo que consome a energia e o desprendimento com que as crianças aprendem a se relacionar.

O segundo capítulo, “O processo de institucionalização”, destaca que o afastamento da família, somado à violência e ao desgaste físico e emocional que a rua proporciona, faz os jovens procurarem um espaço que, em tese, deveria estar proporcionando segurança e proteção aos abrigados, além do atendimento as suas necessidades básicas e de escolarização e profissionalização. Será destacado que o processo de institucionalização a que os jovens são submetidos obedece a um modelo instituído ao longo da história da assistência à infância, caracterizado como instituição total⁹.

No terceiro capítulo, “A maioria e suas controvérsias”, serão contextualizadas as conseqüências do processo de perdas, confrontos e resistências que os jovens somam ao longo da trajetória de suas vidas, culminando numa fase em que eles passam a ser mais cobrados no cumprimento de obrigações relacionadas ao papel social que lhes é determinado com a maioria. Neste período, portanto, os jovens têm poucas alternativas para encontrarem apoio e solidariedade. Eles acabam encontrando a manifestação da solidariedade nos amigos, também desligados do albergue, possibilitando, junto a estes, uma forma de encontrarem moradia, alimentação e partilha das angústias, alegrias e desafios que esta nova fase apresenta, considerando que os órgãos de atendimento tornam-

⁹ Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleça como prioridade para as crianças o direito à convivência familiar e comunitária, não são oferecidas condições para o exercício deste direito.

se ausentes e a legislação penal torna-se rigorosa e, de certa forma, condena o passado dos jovens que viveram na rua e passam a ser conhecidos pelos policiais que se mostram violentos em suas abordagens.

CAPÍTULO I

A FAMÍLIA E A RUA: ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

A maioria é caracterizada como a preparação dos sujeitos, na infância e na adolescência, para a ocupação de determinados lugares e funções na sociedade. Portanto é na menoridade que o jovem é preparado para assumir determinado lugar e função social, segundo as exigências sociais, legais, morais e culturais de cada época.

Nesse sentido, a maioria sofre modificações e se estabelece de forma diferenciada em cada contexto histórico. Desta forma, os grupos de socialização, que fazem parte da vida dos jovens, interferem significativamente em suas fases de desenvolvimento, sendo, portanto, caracterizados como espaços de educação e socialização que interagem direta e indiretamente na sua constituição enquanto sujeitos. Destacarei, neste primeiro capítulo, a família, a rua e posteriormente, no segundo capítulo, a instituição, todos como espaços de educação que exercem um papel significativo no processo de construção da maioria.

As funções da família e da rua na formação dos jovens que fazem parte deste estudo estão relacionadas com a socialização e aprendizagem que ocorrem

nestes espaços, sendo que é na família e na rua que se destaca a aprendizagem informal, obtida no cotidiano, por meio das redes de trocas de experiências. A escola, enquanto instituição formal, tornou-se praticamente ausente neste processo por se colocar numa posição distante da realidade de crianças que enfrentam dificuldades na luta pela sobrevivência.

A elaboração de seus conhecimentos deu-se a partir das experiências internalizadas, somadas às relações sociais que se estabelecem no contexto social e histórico. Observa-se, por meio de suas histórias de vida, que estes jovens não puderam contar com o trabalho de educadores, que se percebessem no lugar de mediadores do processo educativo. Falo em mediadores segundo a concepção de Paulo Freire, isto é, mediador na relação entre educando e educador, que “*tem por base a relação de horizontalidade*” (FREIRE, 1997, p. 32).

No espaço de aprendizagem formal, a escola, como uma das formas de sistematização da aprendizagem e formação cultural, deveria exercer essa competência, inclusive enquanto direito garantido em Constituição. Entretanto, mesmo em uma época em que a educação, a ciência e a tecnologia se apresentam como os grandes instrumentos para a “solução” dos problemas, a escola, ainda, não consegue trabalhar com a realidade desses jovens e garantir-lhes uma formação mínima. A maioria dos jovens desta pesquisa não conseguiu completar as séries iniciais e, as suas lembranças em relação à escolarização se mostraram distantes e desprovidas do sentimento de pertencimento ao mundo social deles. Por este motivo, no recorte que realizei, a escola não será problematizada.

Neste sentido, a construção teórica que se faz, neste primeiro capítulo, em torno da família e da rua, objetiva fazer uma leitura da função social e

educativa que estes espaços de socialização desempenharam no processo de construção da maioria dos jovens entrevistados, uma vez que estiveram muito presentes em suas lembranças ao se referirem às suas experiências de vida. Para tanto, optou-se por contextualizar as condições sociais em que se desenvolveu a socialização desses jovens e apresentar a trajetória do modelo predominante de família, que foi difundido e legitimado pela sociedade ao longo do tempo, e que vai ser reproduzido ou reinventado nas relações que esses jovens estabelecem com o meio social do qual fazem parte.

1.1 A Condição Social da Família e dos Jovens

A sociedade brasileira possui na base de sua organização política, econômica e cultural pressupostos que legitimam o acúmulo de capital para uma minoria que absorve as vantagens na forma de manutenção do atual sistema sócio-político e econômico, apropriando-se dos meios de produção e da concentração de renda. Em consequência disso, muitas pessoas têm o acesso dificultado aos seus direitos básicos referentes à saúde, educação, moradia, alimentação e trabalho digno. Esta lógica capitalista se agiganta por meio da globalização, acentuando ainda mais a condição da pobreza que resulta na miséria – privação quase total dos direitos básicos para sobreviver.

Benjamim (1998) considera que cada vez mais gente é expulsa da sociedade civil e retorna ao “estado de natureza”, que é o estado da necessidade, marcado pela exclusão ou inclusão, segundo a mesma lógica. Diminui o espaço coberto por qualquer forma de contrato social. Legiões de adultos perdem, de forma irreversível, direitos já conquistados – inclusive o mais básico deles, o direito ao

trabalho, enquanto legiões de jovens deixam a adolescência sem terem recebido a capacitação necessária para inserir-se no universo contemporâneo do trabalho e da cultura. Grande número de pessoas passa a viver numa condição social de exclusão. A noção de direitos e deveres se enfraquece. É neste contexto de empobrecimento e miséria que os jovens participantes desta pesquisa sobrevivem.

Segundo Zaluar (1995), o entendimento de pobreza era carregado de positividade como um privilégio e uma benção divina. Na atualidade, pobreza pode ser associada como falta e carência, adquirindo um sentido negativo que implica perda de poder e ascensão social, vinculando a esta concepção políticas assistencialistas e clientelistas. A outra concepção de pobreza e miséria¹⁰ está relacionada com o processo econômico, social e político injusto que a gerou. Portanto, emerge deste pressuposto um entendimento com base na noção de exercício de direitos políticos, jurídicos e sociais que se traduzem na essência da democracia, a qual prescinde de liberdade e igualdade no acesso às condições concretas de existência.

A realidade de empobrecimento fez com que esses jovens tivessem que deixar suas famílias e fossem para as ruas, e os acompanhou durante e depois do período que foram desligados da instituição. Maria, uma das jovens entrevistadas, desabafou-me as angústias de sua condição de vida, nomeando, sob seu ponto de vista, alguns responsáveis pela situação que vivenciava. Deixou transparecer, mais uma vez, que a dominação não consegue ser completa, há pontos de resistência, embora não sigam uma forma linear e progressiva, porque todos os

¹⁰ Segundo NEVES (1995) as pessoas que vivem nesta situação de miséria são os pobres desassistidos, classificados por critérios absolutos, que os excluem da condição de merecedor de assistência por não se mostrarem portadores da condição de mudança. Normalmente, são pessoas que não possuem sinal aparente de inviabilidade para o trabalho.

esforços dela estão sendo direcionadas para a luta pela sobrevivência, e seguem alguns atalhos, linhas sinuosas que aparecem ao trilhar o caminho de viver a cada dia. Maria também consegue dar voz a sua indignação e protesto diante das injustiças sociais:

Eu acho que a pobreza é uma parte que a gente tem que viver pedinchando. Esses governadores, esses ignorantes, aqueles presidentes ricos, aqueles merdas que não ajudam. Eles deveriam dar trabalho, nem que fosse 5 ou 10,00 por dia, mas nem isso eles fazem. Tendo dois ou três governadores que prestem já é muito. Eu fico de boeira porque eles prometem, prometem e não fazem nada. Enquanto isso nós ficamos aqui sem trabalhar, cada vez cria mais ladrões, vagabundos, mas coitados desses drogados, que eu também sou uma, né? Mas estou fazendo o possível para deixar. Eles deveriam abrir mais escolas, hospitais e trabalho, só que ninguém dá uma chance, já me deram algumas, mas eu não soube aproveitar. (Maria)

Tanto na narrativa de Maria, no ponto em que ela narra que “já me deram algumas, [chances] mas eu não soube aproveitar” (Maria), como no depoimento de Carlos, que virá a seguir, fica demonstrada a incorporação do discurso oficial e da sujeição que é reproduzida pelas relações de poder instituídas, que acabam ganhando a aderência daqueles que realmente sentem as necessidades: “Eu acho que tem pobreza porque muitos não querem trabalhar. Aqui em Florianópolis muitos passam fome porque querem. Há várias formas de ganhar dinheiro mesmo fora da área do crime, tem muitas opções de ganhar dinheiro, não precisa passar fome, passa porque é vadio.” (Carlos)

Neste depoimento, está presente a sujeição dos jovens, indicando que alguns deles não vêem o mundo do lugar em que estão, mas de acordo com códigos instituídos pela sociedade. Sociedade disciplinar, disposta a definir a existência de pessoas como tendo de ser uma existência dócil e produtiva.

Por outro lado, encontramos jovens que driblam o discurso instituído e descobrem formas de reinventar e reelaborar suas experiências de vida. É o que se percebe no discurso de Lúcio:

*Eu acho que se existisse só pobre o mundo seria bem mais feliz, porque a riqueza é o problema da humanidade, a pobreza não. A **pobreza é a paz da maldade** porque os pobres são bem melhores em termos de vida tudo, mesmo não tendo estudo. Como antigamente os homens mais sagrados eram os índios, eles lutavam só pra comer, não lutavam pra ter arrumações e dinheiro. Acho que deveria chegar um tempo que não tivesse nem pobre nem rico. Eu acho que é uma falta de humanidade. Tem cachorro de rico que come melhor que um pobre. Por exemplo: ele chega a gastar R\$500,00 por mês com seu cachorro e não ajuda uma família pobre com uma cesta básica. Então eu acho que tem pobreza e riqueza por falta de humanidade. O pobre muitas vezes não é pobre porque não batalhou, mas porque não teve oportunidade, uma chance sequer. Os ricos querem ser ricos, mas não querem que os pobres fiquem ricos. Eu acho que a pobreza é muito humilhada. Nós somos muito humilhados. (Lúcio)*

Este “homem ordinário”, que ocupa um lugar comum, que consegue refletir sobre sua condição social “*reconhecendo o caráter universal do lugar particular*”(CERTEAU, 1994, p. 60), transporta sua experiência vivida para um plano de reflexão, cujo discurso se contrapõe a um outro discurso instituído. Assim, no depoimento de Lúcio, aparece a possibilidade de relacionar a experiência individual com o contexto social em que os jovens estão inseridos, numa elaboração que dribla o conteúdo repassado pela instituição, conteúdo carregado do estigma e do preconceito em relação à realidade da qual os jovens faziam parte (vadios, não aproveitam as chances), e que buscava a subserviência e a sujeição em um plano de microrrelações de poder. O depoimento de Lúcio demonstra que existem intensos focos de resistência. Por mais que o conteúdo repassado pelas instituições objetive a infantilização e subserviência dos jovens, a dominação não existe por completo, a criatividade e as reinvenções do cotidiano proporcionam profundas reflexões que mostram a consciência do mundo em que vivem.

1.2 A Família como Expressão de um Modelo

O ser humano, ao longo de sua existência, criou formas diferentes de interação a partir da necessidade básica de socialização, construindo desde um caráter coletivo, como a organização de tribos e comunidades, até uma socialização que, de certa forma, universalizou-se e ganhou vários contornos até chegar aos dias atuais. Refiro-me ao modelo que se conhece de família.

Neste sentido, torna-se importante compreender as influências do modelo de família que foi sendo construído historicamente e que interferiu significativamente na experiência que os jovens desta pesquisa vivenciaram em seu meio social. Desta forma, pode-se obter uma aproximação dos fatores que envolvem o distanciamento desses jovens de um núcleo familiar, bem como a descoberta de outras relações baseadas na solidariedade que lhes tenham possibilitado suprir as necessidades de ordem material, lúdica, cultural, emocional etc.

Percebe-se que a socialização que ocorre nas famílias, em geral, possui funções que podem contribuir para a sobrevivência das pessoas em sociedade. É o espaço onde são gestados os primeiros contatos com o outro, com o mundo e com sua realidade. Os limites e as possibilidades da existência humana são fortemente influenciados por este grupo construído culturalmente.

Por isso, as marcas e as seqüelas de uma experiência familiar negativa, relacionada à desigualdade e exclusão social presentes no modelo de desenvolvimento capitalista, que se reproduz e gera o abandono, o preconceito e a violência na infância, conduzem-se por longos períodos e causam tantos transtornos para as crianças que não tiveram o direito efetivo de desfrutar de uma infância

protegida e feliz¹¹. Muitas dessas crianças são encaminhadas para os abrigos sem outra possibilidade de interação com o contexto em que estão inseridas. Com isto, acabam se restringindo as possibilidades dos jovens vivenciarem, na maioridade, a autonomia que lhes possibilite se auto-sustentar e ter uma visão crítica, emancipada e consciente da sociedade em que estão inseridos.

Diante da complexidade destas questões, na ausência ou mesmo diante da existência de laços familiares, torna-se importante compreender que, historicamente, tanto o contexto social como os pretextos e significados que levavam as pessoas a se unirem em torno da família sofreram inúmeras modificações. Em termos gerais, como demonstra Canevacci (1985), apontando o movimento que compõe o universo social, ao ser percebido o caráter historicamente determinado da propriedade privada, dos modos de produção como também dos aspectos superestruturais, no interior dos quais se defendeu a consolidação do núcleo familiar.

Com o tempo destrói-se a concepção ideológica dos teóricos burgueses que tendiam a defender como eternos o capital e a família, projetando sua origem na natureza ou no divino. Parece que a família defendida como imutável apresenta muitas modificações, pois várias são as exigências e conveniências na produção econômica, cultural e política nos tempos atuais.

O modelo de família monogâmica “patrilinear” também foi instituído com a intenção de normatividade, padronização e manutenção do poder e da ordem estabelecida, principalmente no século XVIII. No aspecto econômico,

¹¹ Entendo a infância protegida e feliz como aquela que assegura condições mínimas de saúde física e mental, educação, cultura, lazer e arte.

Canevacci assim destaca: *“para poder estabelecer uma descendência certa e legítima foi a viravolta histórica para a transmissão hereditária dos bens e, portanto, para a invenção deste modelo de família”* (CANEVACCI, 1985, p. 38).

Para as pessoas que não conseguem corresponder a este modelo, pode restar a culpa, o preconceito e a dificuldade cada vez maior para estabelecer algumas funções que garantam a sobrevivência, principalmente, quando não há outra alternativa que substitua as funções da família. Além disso, o poder público e a igreja, muitas vezes, manifestam-se justificando a pobreza em decorrência do não segmento de um modelo de organização familiar. Entretanto, a família também é responsável pelo desenvolvimento cognitivo da criança, ou seja, um fator vital é o tipo de relação que esta criança mantém com os indivíduos ou estímulos que acabam se tornando familiares para ela.

Dentro do modelo de família veiculado pela sociedade moderna, a figura da mãe receberá um importante papel. Jaques Donzelot (1980) afirma que, no século XVIII, houve uma grande preocupação por parte dos médicos, Estado em aliança com a Igreja, para constituição de um modelo de “mãe” que cuidasse dos filhos e mantivesse seus maridos em casa, devido à grande mortalidade infantil e “devassidão moral” na emergente sociedade industrial, com o aglomerado de pessoas nos centros urbanos.

Para além do modelo descrito acima, é preciso considerar a existência de um elemento importante na relação mãe-filho. Embora este vínculo seja construído culturalmente, não se pode negar os objetivos ligados à conservação da vida e ao desenvolvimento físico e psicológico da criança na sociedade ocidental, hoje, então diretamente ligados a este modelo de família. Para demonstrar a importância desta relação, responsável por oferecer a segurança e a proteção

necessárias ao ser humano, surge a seguinte reflexão: “*Para a criança com efeito, o fator meio ambiente é composto exclusivamente pela mãe ou seu substituto, não chegando sequer a percebê-lo como distinto dela própria, mas sim como parte do conjunto de suas necessidades e satisfações*”(GUIRADO, 1995, p. 14). A importância deste vínculo fica registrada na dor e mágoa que os jovens demonstraram sentir ao se referirem à ruptura com seus familiares mais próximos. O fato dos jovens lembrarem com mais intensidade da mãe mostra a importância deste vínculo, à medida que a ausência da figura materna é sentida pelos jovens de forma mais intensa que a figura do pai. No depoimento de Juvenal, a incorporação deste modelo de mãe manifestou-se da seguinte forma:

Quando eu saí do São Lucas¹², eles me levaram pra casa da minha mãe, disseram a ela que eu estava sendo liberado e precisava de sua assinatura em um termo de responsabilidade. Sua resposta foi que se ela não me quis quando eu era pequeno, imagina depois de grande! Daí não assinou, né? Eu só olhei pra ela e disse: Deu, né? Ela era como se não existisse pra mim, era minha mãe, só que eu não pensava... Como ela não pensava em mim, eu também não pensava nela. Ela me colocou no mundo, mas era como se eu tivesse vindo do nada. (Juvenal)

A fala de Juvenal demonstra sua frustração por não ter sido acolhido pela mãe e, também, a inconformação diante da não correspondência do modelo de família internalizado por ele. Isto pode influenciar a sua forma de se relacionar com o mundo e as pessoas, principalmente, considerando que não houve outra forma de interação que substituísse a função e as atribuições que são destinadas à mãe.

Em Guirado (1995) pode ser encontrada uma das explicações para a reação deste jovem. Segundo esta autora, Bowlby, dedicou atenção especial a esse aspecto do comportamento: a relação mãe-filho. Utilizou o conceito de apego como um elemento central do desenvolvimento psicológico do ser humano, como

¹² São Lucas, localizado em Barreiros - São José - SC, é o local onde os adolescentes que praticaram ato infracional são internados por sentença do Juizado da Infância e Juventude.

característica universal e garantia inicial de sua sobrevivência¹³. Cabe ressaltar que, este apego é dirigido àquela pessoa que fica próxima à criança e provoca uma interação social e afetiva, o que evidencia que não precisa, necessariamente, ser somente a mãe biológica a precursora deste sentimento de apego.

Esta mesma autora destaca que, apesar das divergências teóricas entre Spitz, Schaffer e Bowlby, havia um ponto de convergência entre eles, ao apontarem determinados momentos da vida da criança como significativos, denunciando transformações decisivas no processo de crescimento, na interação com os elementos do meio ambiente e na formação do comportamento social. É atribuída, ainda, muita importância à qualidade da interação mãe-filho para que ocorra um desenvolvimento adequado e, também, os efeitos dos desvios na formação desta relação.

Deve ser registrada, neste momento, a necessidade da existência de uma relação positiva com um adulto que passe a ser uma referência para a criança como o responsável pela proteção, formação e transmissão de afeto, o que não precisa necessariamente ser uma figura materna. Ao mesmo tempo, deve ser destacado, neste fato, a insistente cobrança que ocorre no exercício da função da mãe, embora existam posições contrárias, como é o caso da defesa do amor materno como uma transmissão cultural, segundo Badinter:

Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama-de-leite¹⁴ etc.) pode “maternar” uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus “deveres maternos”. A moral, os valores sociais, ou

¹³ O apego também é caracterizado por este autor como instintivo na medida em que segue um padrão semelhante em quase todos os membros da espécie. E, também, a separação é a variável mais importante na determinação de uma evolução prejudicada das relações de apego, ao longo dos seis primeiros anos de vida da criança (Guirado, 1995, p. 28).

¹⁴ A autora refere-se a uma prática das mães que costumavam enviar suas crianças às amas-de-leite por um período que correspondia até quatro anos. Neste sentido, surge o questionamento da autora sobre o sentimento que levava essas mães a se afastarem dos seus filhos por tanto tempo, mesmo tendo registrado o grande número de mortalidade infantil por falta de cuidados adequados.

religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe (BADINTER, 1985, p. 73).

Além dos fatores citados por Badinter (1985), que levam a mulher a cumprir com os seus deveres em relação à maternagem e à educação dos filhos¹⁵, penso que as condições de ordem econômica e social também contribuem para o desenvolvimento do amor materno, no sentido de proporcionarem as condições ideais para que ele se manifeste¹⁶. Embora somente a *situação econômica dos pais não baste para criar as condições do bom amor materno (Ibid., p. 74)*, uma pessoa que se encontra com sua integridade humana dilacerada pela miséria, muitas vezes, não consegue estabelecer uma relação de convivência diária e de afeto consigo mesmo e com sua prole¹⁷, conforme é o desejo do modelo ideal de mãe. Foi o que aconteceu com as famílias dos jovens que participaram desta pesquisa, o que ficou fortemente guardado em suas lembranças. Portanto, o depoimento dos jovens deixou claro que, em algumas famílias, a total falta de recursos materiais, criava uma situação de abandono por parte dos pais.

A possibilidade de outras pessoas, que não a mãe, desenvolverem a capacidade de maternar uma criança, em função de uma necessidade emergencial, torna-se muito presente na realidade das famílias que vivem uma situação de pobreza e miséria. Para sobreviverem às condições concretas de existência, são construídas redes de parentesco e relações de vizinhança que estabelecem laços de

¹⁵ Segundo Badinter, o despertar do sentimento materno foi incentivado, principalmente, pelos homens, o que leva a deduzir, a partir de tamanho interesse, o benefício dos homens com isto. Somente a partir do século XVII e principalmente do século XIX, a mulher rica ou pobre aceitou o papel de boa mãe. Entretanto, não foi encontrada nenhuma conduta universal e necessária da mãe.

¹⁶ Um dos meus subsídios para esta constatação é o depoimento desta mãe: “Não tem vaga na creche, não consigo trabalhar, meus filhos ficam perambulando por aí enquanto procuro trabalho e ainda tem gente que acha que a culpa é minha.”

¹⁷ Um exemplo disto é o caso das amas-de-leite, em que elas, por viverem uma situação de extrema miséria, abandonavam o filho recém-nascido para amamentar uma criança da cidade em troca de dinheiro. Segundo Badinter, nesta situação, o instinto de sobrevivência prevalece em relação ao instinto maternal, afirmando que este não é natural, incondicional e inerente às mulheres. É “adicional”.

solidariedade. Estas relações poderiam ser mais intensas e difundidas, se não fosse acentuada a idéia de maternar apenas para a mãe biológica, e, talvez, não teríamos um número tão reduzido de famílias candidatas a adoções.

Para estabelecer uma forma de convivência entre seus membros, a família acumulou, ao longo de sua existência, legados transmitidos ao longo de várias gerações. Desta forma, torna-se importante compreender os elementos que interagem na formação, decomposição ou (re) arranjo do núcleo familiar ao qual os jovens fazem ou fizeram parte, para poder relacionar o aspecto educativo que este meio proporcionou, ressaltando a sua contribuição para o processo de construção da maioridade.

1.2.1 A família, suas origens, trajetória e idealizações

O sentimento de família que conhecemos atualmente inicia-se a partir do Renascimento. Na Idade Média, a configuração da família se dava apenas como realidade social e moral (ARIÈS, 1981). Ariès refere-se às variações que o sentimento de família sofreu ao haver a mistura entre adultos e crianças, visando à busca da aprendizagem em que, muitas vezes, a criança se afastava de sua família de origem, a partir dos sete anos, para estabelecer o convívio com outros adultos.

A família não podia portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso de famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a “casa” dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa (ARIÈS, 1981, p. 231).

Relacionando a forma da constituição da família, dessa época, à experiência que os jovens que participaram desta pesquisa tiveram, o afastamento de suas famílias de origem não deve ser considerado, necessariamente, como falta de amor e afeição dos pais em relação a seus filhos, mas deve ser visto sob a ótica de que existem diferentes formas de conceber a família e multiplicidade de práticas que se insere nos grupos sociais. Portanto, isto pode estar relacionado com questões como a condição social, acesso aos bens materiais, noções de público e privado, entre outras.

Outra questão importante que Ariès (1981) destaca, em relação ao surgimento e aprofundamento do sentimento de família e de infância, é o sentimento que está relacionado ao aparecimento da escola¹⁸. A escola, então, não mais se encontrava reservada apenas aos clérigos; esta veio substituir a aprendizagem atribuída, na Idade Média, a outras famílias, a que se deu em função da consistência teórica dos educadores, o que acabou estreitando a relação entre pais e filhos e marcando a passagem do estado de infância para a vida adulta. Segundo este mesmo autor, essa evolução estava relacionada também a uma necessidade de rigor moral por parte dos educadores e uma preocupação em isolar a juventude do mundo “sujo” dos adultos para manter a sua inocência. Assim, escola e família possuem uma relação estreita.

Segundo Trindade (1999), na utilização da relação entre a família e a escola, exacerba-se o individualismo que se impõe numa contradição aparente entre a

¹⁸ “Para chegar ao modelo atual de família e escola, foi instituído um amplo esforço para aproximar a escola da família, aumentando o número de colégios e abolindo o regime de internamento (destinado nos dias de hoje, como na Idade Média, principalmente para os religiosos. A família concentrou-se em torno da criança. Esta não ficou porém desde o início junto com seus pais: deixava-os para ir a uma escola distante, embora no século XVII, discutissem-se as vantagens de se mandar a criança para o colégio e muitos defendessem a maior eficácia de uma educação em casa, com um preceptor. Mas o afastamento do escolar não tinha o mesmo caráter e não durava tanto quanto a separação do aprendiz” (ARIEËS, 1981, p. 232).

sociabilidade pública da educação e a privada no interior da família. Neste sentido, a educação é utilizada para reforçar o modelo de família que foi criado e idealizado, quando a forma de ensino na escola privilegia apenas o desempenho acumulativo do conhecimento e a competitividade acentua ainda mais este individualismo.

No Brasil, esta mesma escola que pôde ser considerada marco importante para aproximar as pessoas e despertar o sentimento de família e de infância, embora tenha se tornado direito assegurado para todas as pessoas na Constituição Federal Brasileira, ainda hoje, possui o acesso e a permanência dificultados. A escola, portanto, é um direito que não foi universalizado, principalmente quando se trata de crianças que vivem todo tipo de privação, desde alimento, afeto, roupa, casa, etc. Elas deixam suas residências para tentar buscar na rua a sobrevivência, e, mesmo tentando, não conseguem se adaptar a um modelo de ensino distante de sua realidade e que aposta, simplesmente, no acúmulo de conhecimento.

Este modelo de educação é antagônico a uma ação político-pedagógica que desenvolva suas atividades no sentido de contribuir para a superação das condições históricas e sociais que determinam a pobreza e a miserabilidade em que grande parcela da população brasileira vive. Neste sentido, compreende-se que *“a educação não pode ser reduzida a fator, mas é concebida como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais, sendo ela mesma forma específica de relação social* (FRIGOTTO, 1996, p. 31).

A escola, em meados do século XVII, segundo Ariès, estreitou a relação entre pais e filhos, principalmente, no bojo da burguesia nascente, e marcou a passagem da infância para o mundo adulto, com exceção das meninas que tinham

um tratamento diferenciado, resguardando-se em casa e se ocupando dos serviços domésticos. Atualmente, ao não estabelecer uma mediação com as crianças que vão para as ruas, contribui para que estas crianças encontrem, de forma prematura, os desafios do mundo adulto.

No caso em análise, nenhum dos jovens conseguiu concluir o primeiro grau, alguns deles mal conseguem soletrar algumas palavras. A escola não alcançou a realidade deles. Muitas vezes, tornou-se elemento para reforçar e acentuar o preconceito em relação à realidade de pobreza e exclusão social em que eles viveram, como foi o caso de alguns jovens que disseram não ter roupas e calçados para freqüentar a aula.

Embora em tempo e espaços diferentes, observa-se que o sentimento de família possui alguns elementos permanentes. No século XVIII, por exemplo, na Europa, intensifica-se o sentimento da família como a grande gerenciadora da fase que corresponde à infância, portanto, a família é o principal alvo dos higienistas, no sentido de uma reeducação dos hábitos morais e de saúde. Foucault assim constata:

A família torna-se um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. Adquire, então uma figura material, organiza-se como o meio mais próximo da criança; tende a se tornar, para ela, um espaço imediato de sobrevivência e de evolução, serve para organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto....São regidas por um conjunto de obrigações que se impõe tanto aos pais quanto aos filhos, um corpo a corpo permanente e coercitivo entre adultos e crianças (FOUCAULT, 1979, p. 199).

Com base nesta idéia, o modelo de família idealizado no Brasil, a partir do século XVIII, tendo por sustentação teorias filosóficas e científicas, segundo Sarti (1994), definia-se da seguinte forma: compreendia as famílias organizadas e estruturadas de acordo com o modelo monogâmico, chave da felicidade individual

e do bem público, no qual o pai representava o papel de respeitabilidade para toda a sociedade. A intervenção do Estado somente poderia se dar quando essas famílias fossem incapazes de desempenhar seu papel de formadoras e disciplinadoras. O sentimento de família, na modernidade, foi sendo despertado, intensificando-se a instauração de maior privacidade e intimidade doméstica entre as pessoas; com isto, foi se perdendo a sociabilidade voltada para o exterior (o público) de épocas anteriores¹⁹, em que se apresentava também, na família patriarcal, com acentuado poder da masculinidade²⁰.

A partir da não adaptação ou correspondência a este modelo, à medida em que as condições de vida das pessoas não conseguissem suprir suas necessidades básicas, os papéis sociais poderiam, também, ser alterados. O papel do homem, como provedor, passa a ser relativizado. A mulher entra em cena disputando até mesmo a posição de decisão, antes restrita ao homem. No entanto, *não é necessariamente o controle dos recursos do grupo doméstico que fundamenta a autoridade do homem, mas sim seu papel de intermediário entre a família e o mundo externo, em seu papel de respeitabilidade familiar*²¹ (SARTI, 1994, p. 92).

Tendo por base o modelo idealizado de família patriarcal, concentrado na figura masculina desempenhando a função de sustento e de proteção de toda a prole, de certa forma, a obediência que todos os membros deviam para a autoridade central acabava sendo a reprodução do compromisso de subserviência

¹⁹ Segundo Ariès, a casa não ficava tão exposta para a rua, foi criado o corredor que mantinha independência entre os cômodos de forma que suas entradas ficavam centralizadas no interior da casa e não para a rua.

²⁰ A família passa, então, a ser um local de refúgio e de afetividade, um centro de poder privado, enquanto o Estado passa a representar o espaço público e coletivo (SARTI, 1994, p. 86).

²¹ Sarti defende esta idéia ao constatar em sua pesquisa que a presença do homem, muitas vezes, é aceita na família mesmo que ele já não desempenhe a função de provedor.

que todos deveriam cumprir em relação à estrutura do Estado. No entanto, nem todas as famílias permaneceram nesse modelo, como é o caso dos jovens que entrevistei, pois a ausência das condições para a construção da família idealizada os levou a buscarem outras formas de convivência.

Além disto, o papel da figura masculina na família desses jovens obedeceu a uma tendência histórica, em que o homem e a sua influência, no núcleo familiar, passam a ocupar um lugar de menor preponderância e *“responsabilidade para com as perturbações psíquicas da criança reforçado pela sua posição de ‘segundo’*. *Ele é sempre aquele que aparece depois do primeiro corpo a corpo da criança com a mãe. Sendo quase ausente nos primeiros meses de vida de seu filho”* (BADINTER, 1985, p. 96). Esta constatação dos teóricos parece ser confirmada pelo depoimento dos jovens, pois ao se referirem a suas famílias, relatavam com tristeza e pesar a separação da mãe, principalmente, quando a separação parecia ser uma opção dela.

Na atual conjuntura, a família pode acabar sendo responsabilizada, culpada e condenada individualmente pela situação das crianças que vivem nas ruas. Muitas vezes, não é considerada a forma de organização econômica, política, social e cultural adotada pela sociedade ao gerar a condição de empobrecimento e miserabilidade. Além disso, tenta-se, por meio do discurso oficial, incutir que compete a cada “cidadão” o esforço para vencer os desafios de uma condição de vida imersa na pobreza. Segundo Leite (1998), outras formas de inserção social, que não são legitimadas pela sociedade, são fortemente reprimidas e intoleradas, para não ser descoberto o mito que se esconde por trás da injustiça social.

1.2.2 A família real

Quando todas as possibilidades de enfrentamento das dificuldades e fragilidades do núcleo familiar não podem ser superadas entre os cônjuges, que vivem o processo de empobrecimento, acontece o que Sarti chama de redes, as quais possuem *“ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda, num duplo sentido, ao dificultar a individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar a existência dos indivíduos enquanto apoio e sustentação básicos”* (SARTI, 1996, p. 102). Estas redes compreendem também as relações de amizade e vizinhança.

No entanto, quando nem mesmo essas redes conseguem oferecer o mínimo de condições para que as crianças possam ter vida com dignidade em suas comunidades de origem, elas acabam buscando, nas ruas, outras formas de sociabilidade que acabam sendo extensão destas mesmas redes. Foi o que aconteceu com os jovens que participam desta pesquisa e que se construíram como sujeitos que se deparam com a maioria.

Para alguns destes jovens, a família, da qual se separaram quando crianças, pode estar presente em suas vidas apenas através das lembranças de episódios que marcaram o rompimento e a separação. Todos os entrevistados, depois que foram desligados do Abrigo, não retornaram para morar permanentemente com a família de origem. Alguns mantêm contato esporádico com o pai ou a mãe. Ainda assim, os encontros, segundo eles, muitas vezes são tumultuados pelas diferenças e desentendimentos constantes. Apenas dois jovens foram morar próximos aos seus irmãos e outro, perto de seu tio.

Ao trazerem à tona a relação difícil que tiveram desde a infância com a família, relacionando-a com as causas aparentes que os levaram para a rua, ficaram evidentes, no depoimento de todos os sujeitos da pesquisa, o ressentimento e a mágoa nas lembranças que se reportaram aos momentos vividos dentro do contexto familiar, principalmente, quando se referiam ao abandono, angústias e violência que sofreram. O desabafo de Carlos confirma esta questão:

Meus pais não me criaram, deixaram-me no meio da família, lá jogado (na casa do meu avô e dos meus tios), fui jogado. E meu pai ficou por aí perambulando e a minha mãe nunca mais eu tinha visto desde que era pequeno, não lembrava dela, conhecer ela mesmo foi com 16 anos. Meus tios batiam muito em mim, tinha muito mau trato. Essa foi a pior fase que vivi, até mesmo do tempo que vivi aqui na rua, foi por isso mesmo que eu saí, né? Com 09 anos vou sair de casa por quê? Que motivo teria? Não devia ter motivo nenhum, a não ser uma surra bem dada, né?. (Carlos)

Neste momento de ruptura, encontrando-se sozinha, fugindo de uma situação insuportável de violência e maus tratos, esta criança foi forçada a buscar a sobrevivência em um universo desconhecido. As lembranças da violência sofrida na infância são muito fortes e visíveis em sua narrativa, demonstrando que, mesmo com o tempo, ainda as conserva bastante próximas. Este fenômeno, que é a violência doméstica, produz um enorme número de vítimas que ficam traumatizadas ao longo de suas vidas.

A tristeza, ao relembrar este tipo de acontecimento, foi traduzida não só pelas palavras, mas também pelo silêncio que o acompanhou a cada frase e o olhar que se perdia no horizonte, ainda esperando respostas que nem o tempo foi capaz de trazer. O abandono pode se traduzir pelo inexplicável e inaceitável sentimento de rejeição. O fato de se sentir jogado (repetido por duas vezes) revela o sentimento de tristeza e o desprezo que se incorporou em suas lembranças, a falta de pertencimento a um grupo e a necessidade de laços afetivos que o integrem, de fato, a um meio que

possibilite a existência de relações interpessoais, tendo que optar pela rua para não se submeter ao que ele considerou “*a fase mais difícil de sua vida*”.

No entanto, a ausência dos laços com os pais biológicos poderia ser preenchida pela presença e pela lembrança daqueles que os tivessem acolhido, caso isto acontecesse. Percebe-se também que apenas a família, por estar mais próxima deste jovem, é apontada por ele como responsável por sua condição de “jogado,” enquanto os demais setores que também compõem a sociedade e interferem significativamente, neste processo, não são relacionados como responsáveis e geradores desta situação de abandono. Este fato pode ser considerado como reprodução de uma concepção das relações capitalistas que se baseiam na individualização da culpa e da responsabilidade pelo insucesso diante da vida. Para contribuir na reflexão sobre esta situação, seguem os seguintes questionamentos:

Será que as pessoas já abandonadas pela sociedade e, em especial pelos poderes públicos, podem ser consideradas insensíveis, criminosas e responsáveis? Será que, pelo fato de as famílias terem se “desagregado” e os filhos terem ido para as ruas em busca de possibilidades financeiras, sociais e afetivas, isto significa que esses pais desprezam ou exploram seus filhos? Como cobrar responsabilidade de famílias já exploradas pela vida em função da origem social? (LEITE, 1998, p. 101).

Conforme já foi ressaltado, a ausência da figura materna é sentida pelos jovens de forma mais intensa que em relação ao abandono do pai²². Parece haver uma tentativa de esconder o afeto do filho tentando pôr fim ao sentimento que deveria uni-los. Neste ponto, destaca-se o significado das figuras materna e

²² Embora o sentimento maternal, caracterizado como paparicação das mulheres em relação às crianças tenha sido registrado a partir do século XVI, Philippe Ariès (1981) considera que a maneira de ser das crianças deve ter sempre parecido encantadora às mães e às amas-de-leite. Mas este sentimento pertencia ao vasto domínio dos sentimentos não expressos. Discordando desta posição, Badinter (1985) esclarece que o sentimento materno foi incentivado principalmente pelos homens. E o fato das mães entregarem seus filhos para as amas-de-leite revela um certo desprendimento de seus filhos, e as amas os aceitavam em função do dinheiro que recebiam. Há registros de um enorme número de crianças que morriam sob seus cuidados.

paterna como elementos de transmissão cultural²³. A revolta e o inconformismo também se apresentam como uma consequência do abandono, mostrando não apenas a incorporação do conceito materno, mas também a experiência de não ter quem os acolhesse, orientasse e protegesse. Isso é consequência da consolidação da lógica da injustiça social e por conseguinte do individualismo que permeia o contexto social.

Juvenal, pela própria experiência, percebeu que era como se tivesse vindo do nada, porque a função de mãe está ligada a vários aspectos como afetivos, econômicos e principalmente, culturais, que podem garantir a segurança e a proteção necessárias para que o ser humano possa viver. Em conversas informais com Júlio, ele demonstrava que a experiência em relação ao papel que sua mãe desempenhou em sua vida se deu no sentido de desconstruir o modelo ideal, pois sempre que ele ouvia alguma referência a sua mãe, era enfático e desabafava: *“Que mãe é essa? Eu não tenho e nunca tive mãe! Ninguém foi mãe pra mim!”*(Júlio).

Este jovem demonstra ter internalizado um modelo de mãe, do qual sua realidade está distante de alcançar. Seu desabafo também caracteriza a ausência de uma figura importante, mas também de uma mediação que deveria ser realizada por alguém ou por um grupo, a exemplo de algumas tribos indígenas, em que todos os adultos representam a figura de pai e mãe para as crianças, e, atualmente, o Movimento Sem Terra (MST), que adota o convívio em grupo, para que todos os seus integrantes possam interagir na segurança e proteção das crianças. Isto mostra que a responsabilidade com a subsistência, a educação e a formação das crianças se torna coletiva e

²³ À mãe, destinam-se, obrigatoriamente, os cuidados com o filho e ao pai a autoridade, a quem mãe e filhos devem submissão e respeito. Mas com o tempo o papel de pai foi diminuindo sua influência na família.

não apenas individualizada. Desta forma, proporciona-se aos jovens preparação, segurança, autonomia e consciência crítica na passagem para a vida adulta.

Para compreender os acontecimentos que desencadeiam o distanciamento e os conflitos familiares, é preciso considerar as reais condições que levam uma família a não manter laços constantes (cotidianos) que possibilitem o acolhimento de seus próprios filhos. Todos os índices econômicos revelam a condição de pobreza em que grande parte da população brasileira vive e as conseqüências disso são desoladoras: as favelas tentam resistir à desestrutura e à violência; o desemprego alcança índices intoleráveis; o trabalho infantil e o informal acenam que a escravidão não acabou; somos o 2º país do mundo em exploração sexual infantil; crianças são mortas pelo tráfico internacional de órgãos; 500 crianças e adolescentes são mortas a cada ano por exterminadores profissionais; a cada 2 minutos morre uma criança²⁴.

Esses dados servem de base para refletir sobre as conseqüências que a condição de exclusão social provoca nas relações entre as pessoas, pois a convivência com esta realidade pode levar a atitudes imprevisíveis, como o abandono do próprio filho. Em alguns casos, o abandono também pode ser uma forma de negar a convivência com esta realidade de exclusão. Surge, então, o desânimo diante da vida, enquanto o álcool e outras drogas de “conforto” surgem como companhia para suportar o martírio, tanto dos pais, como dos próprios filhos.

As dificuldades na luta pela sobrevivência impõem um ritmo e uma maneira diferente das pessoas se relacionarem, tornando-as desprendidas por precisarem sair em busca do que não encontram em suas famílias e comunidades

²⁴ Cf. documentário exibido pela TVE, no mês de fevereiro de 1999, sobre a situação da infância no Brasil.

de origem, tentando fugir de alguma situação indesejável. Isto foi o que aconteceu com Leonir:

Meu pai bebia muito, por isso eu falo que quando eu fugi para a rua algum problema em casa na família tinha porque ninguém sai assim... Ah! Quero ir pra rua e vou. Depois que meus pais foram embora eu fui ficando na rua de vez. (Leonir)

Este depoimento, mais uma vez, torna a evidenciar que a violência e o abandono familiar também estão acompanhados do problema do alcoolismo e outras drogas, que muitas vezes torna-se o refúgio da desesperança dos adultos insatisfeitos com suas condições de vida, mergulhados na pobreza material, afetiva e cultural. Esta “droga” lícita (o álcool), de consumo incentivado pela sociedade, destrói os laços que unem as pessoas e provoca a violência. Apenas dois dos entrevistados não possuíam membros de sua família que estivessem envolvidos com álcool; os demais relatam experiências neste sentido.

Outro jovem, (Ademir), que também foi vítima do abandono, conta que seus pais foram para o garimpo. Eles falaram que iam voltar, mas este dia ainda não chegou. Seu pai não queria que a mãe fosse junto, “*mas ela foi...*” Esta decisão da mãe partir é contada seguida de um enorme silêncio tentando compreender a opção da mãe.

A decisão dos pais partirem, sem deixar uma explicação, provoca ainda hoje muita ansiedade em Alex, pois esta atitude dos pais fez com que ele e seu irmão menor fossem para as ruas. Atualmente, este jovem tenta encaminhar sua vida sozinho, mas ainda espera o retorno dos pais para viver o que apenas sua imaginação aponta o que seria o reencontro com a família. O jovem fica imaginando o que seria ter o que não teve. Nessas situações de abandono, percebe-se que junto ao sofrimento dos jovens que já estão vivendo a maioridade,

existe a espera de que possam reencontrar ou descobrir nas relações familiares o preenchimento do vazio que sentem. Mas nem sempre a reaproximação pode corresponder às expectativas e às necessidades, tanto é que nenhum dos jovens retornou para a casa de sua família de origem.

Na maioria das situações pesquisadas, o reencontro com os pais não possibilitou a convivência, porque se tornou difícil a adaptação depois de tanto tempo separados, o equivalente a uma média de quatro anos por entrevistado. Mas existe a espera da reaproximação, como é o caso do jovem Carlos, que ainda espera o dia de conseguir construir uma casa para trazer a mãe e os irmãos de Ponta Grossa para ficarem juntos; Luís que espera seus pais voltarem do garimpo; e também Maria, que durante a pesquisa estava morando com uma amiga que conheceu no Albergue. Depois de algumas semanas Maria retornou para sua comunidade, circulando entre a casa de sua mãe e a casa das amigas, na comunidade Chico Mendes, onde recebia apoio e acolhimento na casa do Padre Alcione. Ela é a única jovem que retornou a morar perto de sua família de origem. Parece que o vínculo que esta jovem estabeleceu na casa do Padre (espaço em que desenvolviam atividades educativas) e o forte vínculo com sua mãe possibilitaram a reaproximação com sua família. Segundo Maria, quando os desentendimentos se acentuavam em casa, ela ia para a casa do Padre refletir sobre os acontecimentos. Ela recorda que, tomando cafezinho com as pessoas desta casa, conseguia esquecer os problemas.

Com exceção dos pais que foram para o garimpo em busca do ouro, o universo pesquisado aponta para o abandono de um dos cônjuges, para depois de um período, o outro membro do casal também desaparecer, deixando a criança com parentes próximos. Neste universo pesquisado, foi comum a mãe ser a última

a abandonar os filhos. Além do abandono dos pais, ocorrem desentendimentos com outros membros da família, como mostra o depoimento de Maria:

Ainda hoje é melhor na casa dos outros que lá em casa. Meus irmãos me batem até hoje, são ignorantes e imbecis. Eu peço pra eles me respeitarem, mas daí batem mais ainda, continuam batendo... Meu irmão quase quebrou meu braço, acordou-me abaixo de porrada, por isso eu vim para a casa da Cida. (Maria)

Estas falas foram destacadas para mostrar o sentimento dos jovens em relação à experiência que tiveram com a família, considerando que o diálogo se estabeleceu a partir do questionamento sobre o significado da família para eles. Entretanto, torna-se importante reafirmar que não deve ser feita a análise de que todos os problemas que os jovens enfrentam devem-se ao contexto familiar, segundo o discurso oficial veiculado pelos meios de comunicação de massa. Através da crítica, pela impossibilidade da família educar seus filhos, o Estado justificou a criação das instituições totais, que trancavam as crianças e adolescentes para afastá-las do meio “nocivo” e “imoral” da pobreza que as prejudicava, segundo o discurso oficial.

A ausência da família durante muito tempo, sem a tentativa de reaproximações, torna os jovens, nesta fase da vida, totalmente desvinculados dela. Não há interesses em comum e os laços afetivos se diluem, tornam-se desconhecidos, e forçar de uma hora para outra a convivência acaba sendo uma agressão, prática comum por parte de muitas instituições. A ausência de laços afetivos com sua família levou Oswaldo à seguinte reflexão:

Eu somente sei que são minha família pelo som, mas isto não quer dizer nada. Eles vivem lá e eu vivo aqui, não dependo deles pra nada. Quando a gente se encontra dá uma emoção em vê-los e conversar com eles, mas eu acho que nós podia se dar bem melhor. Nunca me preocupei em ter nada, mas devíamos ser uma família mais fácil de viver; não ter que batalhar pelo pão nosso de cada dia. Meu irmão mesmo sendo mudo

não foi perdoado, meu pai mandou ele cuidar da vida e foi mais um a perambular pelas ruas. (Oswaldo)

O fato de os jovens conseguirem sobreviver na rua esmolando, trabalhando ou furtando, sem depender da família, contribui para um sentimento de independência que foi decisivo para a sobrevivência deles. Na maioria, este sentimento de independência, para alguns jovens, acaba se tornando algo que os afasta, de fato, da família de origem, pois se distanciaram dela ao saírem para a rua e, enquanto estavam na instituição, não mantiveram uma relação de afeto mais próxima com seus parentes. Foi muito comum os jovens repetirem que não precisavam da família para nada. No entanto, a experiência com a família de origem vai contribuir para algumas iniciativas frente à construção de suas próprias famílias.

A busca pela sobrevivência, em alguns casos, leva os pais a mandarem seus filhos para a rua, a fim de conseguirem dinheiro para sustentar a família. Esta alternativa impede as crianças de desfrutarem da infância: o brincar, o estudar, o não fazer nada, etc., configurando, desta forma, o trabalho infantil.

O abandono do Estado, da família e da sociedade interfere significativamente no processo de construção da maioria, gerando, até mesmo, a revolta e o inconformismo diante desta realidade. Os jovens, logo que saem de casa, passam a ser responsáveis pelo próprio sustento, algo que não ocorre com a infância “protegida”. Para a burguesia, isso ocorre após o curso universitário, enquanto para a maioria da população, a escala de idade da auto sustentação vai descendo: uns com o segundo grau, outros com o primeiro grau e outros já na infância, como é o caso dos jovens que participam desta pesquisa.

A maioria destes jovens é construída tendo como pano de fundo a ausência das funções básicas que o modelo de família tradicional desempenha, como conforto, afeto e alimentação adequada, sem a substituição deste meio de socialização por outro que se encarregue por completo de tais funções. Por conta disto, a trajetória de vida percorrida pelos jovens desde a infância demonstra que eles mesmos acabam criando alternativas e improvisações para sobreviverem e circunscreverem o universo social do qual fazem parte.

Da experiência familiar de cada jovem, presente em suas lembranças, algumas de suas palavras materializaram seus sentimentos, suas frustrações diante da não correspondência de um modelo aceito e desejável por eles e seu conceito de família, conforme indicado nesta síntese de todos os comentários sobre a questão do que a família representa para eles:

não representa nada...; eu sempre ficava imaginando como ia ser quando os conhecesse, mas não quero nada deles; eles nunca me deram nada, o que eu vou querer deles, se eles nunca deram nada para nós? quero que meu pai, minha mãe se dêem bem, que vivam bastante, mas eles lá e eu aqui; eu somente sei que são minha família pelo som, mas isto não quer dizer nada, eles vivem lá e eu vivo aqui, não dependo deles; a primeira coisa que eu perguntei quando os reencontrei foi o que tinha acontecido para eu ficar abandonado esse tempo todo, por que eu fui conhecer ela agora? Representa paz e alegria, o que você pode ter de melhor é uma casa e uma mãe, a família é a melhor coisa.

Diante das questões levantadas pelos jovens, a partir do que a família significa, compreende-se que eles esperam da família aquilo que assimilaram e internalizaram do modelo ideal. Entretanto, em alguns momentos, os jovens visitam suas famílias de origem, circulam entre parentes, vizinhos e amigos, caracterizando o ir e vir de relações construídas, que possuem vários contornos, como a própria individualidade, a familiaridade com o universo das ruas, as drogas e as condições concretas de existência. Mas, ao ocorrer em alguns

momentos, a disponibilidade de parentes e vizinhos para receberem os jovens caracteriza uma outra forma de relação destacada por Cláudia Fonseca:

Observando a prática de circulação de crianças como uma estrutura básica de organização de parentesco, em grupos de baixa renda brasileiros, nossas atenções se voltam de um “problema social para um processo social, e o enfoque analítico muda de “o colapso dos valores tradicionais” para formas alternativas de organização vinculadas a uma cultura popular urbana (FONSECA, 1993, p. 116).

Falar sobre a família trouxe muitas lembranças aos jovens, agora gravadas e revividas pela palavra, e a rua enquanto alternativa trouxe outras, pois a ausência da família leva-os a aprenderem a sobreviver sozinhos por meio da experiência de rua. E também, a própria resistência à frustração do abandono os impulsiona a novos desafios que se tornam presentes em todos os momentos de suas vidas. A rua, então, aos poucos vai apresentando-se como uma alternativa às condições de vida destas crianças.

1.3 A Rua

A rua, universo de infinitas cores, formas e enigmas, abriga carros apressados, transeuntes, comércio, locais de trabalho e seus mais declarados moradores: meninos e meninas de rua.

Ao tentar compreender o processo de construção da maioria, percebe-se que esta mudança na vida dos jovens, na luta pela sobrevivência, já teve início na infância. Este desafio foi enfrentado por eles desde que eram crianças e tiveram que se responsabilizar pelo seu próprio sustento, ou também da família, usando toda a criatividade que possuíam para desafiar a ausência de

melhores condições de vida. A maioria dos jovens se referiu à ida para as ruas por não ter outra alternativa que possibilitasse suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Neste sentido, eis o desabafo de Deise: *“Se a gente saiu de casa algum motivo tinha, não era de graça, porque eu acho que não existe nada melhor do que viver em família; quando sai de casa algum problema tem, não vai sair sem problemas.”* (Deise)

Estes jovens, quando eram crianças, foram aos poucos se familiarizando com o ambiente das ruas no momento em que viviam situações de conflito e rompimento com a família. Normalmente, procuravam estar acompanhados de alguém, porque esta decisão exigia muita coragem para uma criança. Oswaldo relata a sua experiência diante do desafio de ter que optar pelas ruas para não se submeter aos maus tratos de que era vítima:

Eu fiquei na rua dos 11 até os 14 anos, depois voltei pra casa, fiquei um tempo, saí e não voltei até hoje. Na cidade em que eu nasci (praticamente desde os 04 anos) eu andava pela rua com meu irmão. Tínhamos que trabalhar para trazer dinheiro para casa, pois meu pai trabalhava três meses e ficava parado por 02 anos. Na cidade em que eu morava, se roubasse em uma loja no outro dia todo mundo estava sabendo quem foi, então tinha que disparar. (Oswaldo)

O trabalho das crianças em seu ir e vir da rua²⁵ é utilizado para garantir o seu próprio sustento e, muitas vezes, o sustento de toda a família. É uma saída momentânea que as pessoas encontram para resolver o problema da falta de alimentação e também buscar alternativas para se livrar de um ambiente doméstico envolvido com violência e desrespeito com a condição peculiar de desenvolvimento da criança. Tudo isso relacionado ao alto grau de miserabilidade

²⁵ Constata-se, hoje, que a chamada população de rua, isto é, a que mora na rua, cobre um número muito menor de pessoas do que se apregoava; não os milhões de menores abandonados e de maiores excluídos, mas apenas alguns milhares que vivem na rua e da rua. Não é mais possível aceitar a retórica sobre a necessidade de mudança total e completa do Estado e da sociedade brasileira para justificar o pouco que o poder público, em seus vários níveis, tem feito por eles (ZALUAR, 1995, p. 54).

em que as pessoas se encontram, no que se refere à cultura, educação, trabalho, alimentação, arte e lazer./ Neste sentido, Lígia Costa Leite (1994), ao desmitificar a família como “célula básica” da nação, conforme defendido por Rui Barbosa, apresenta uma versão para justificar a saída das crianças para a rua:

Para desmistificar o mito do pai provedor bastaria considerar algumas razões simples inerentes ao modo de vida da família da pobreza. Entre elas a necessidade de essa família ter que se dividir, forçando filhos e filhas a irem para as ruas, arriscar algo diferente, o que pode ser entendido, também, como a procura de meios de vida, de saúde mental, de padrões de alegria e liberdade desconhecidos pelo mundo da ordem. Em oposição, o respeito à ordem instituída, que induz à permanência no “seio de uma família despedaçada” e miserável economicamente, poderia significar a morte psíquica, a doença mental, o cerceamento da liberdade, em nome de uma história de nação que não pertence e nada significa para essa parcela da população. Ir para as ruas tem a representação da procura de interagir entre dois mundos complexos e conflitantes entre si: o mundo oficial e o mundo clandestino (LEITE, 1998, p. 132).

Diante disso, considera-se que a criança, quando vai para a rua, passa a integrar um mundo diferente dos padrões formais e, com isto, desenvolve habilidades e potencialidades inerentes a uma condição de vida que também passa a exigir dela um comportamento semelhante ao do adulto. Mas, em contrapartida, também pode se deparar com a alegria, o prazer e a liberdade que a rua proporciona, sem que essa positividade seja considerada, a ponto de justificar a permanência das crianças na rua. Alba Zaluar (1995)²⁶, contrariando essa face de saúde mental e padrões de alegria que a rua pode representar, assim se refere:

²⁶ A autora utiliza a poesia de Maria Elizabete Lima Mota, moradora e sofredora de rua em São Paulo, para referir-se à voz que precisa ser ouvida pelos técnicos que trabalham nos programas de atendimento:

Como tudo, como nada
 Como leito o chão, como teto a imensidão;
 Como remédio a cachaça, como consolo, a saudade.
 Como afeto, o incerto, relento como morada;
 Sofrimento como companhia, como amor, a solidão,
 As tristezas, as angústias;
 Esmolas como ganha-pão
 Amigos? Quem lhe estende a mão.
 Como tudo, como nada.

A população de rua nos estimula a pensar na relação entre cidadania e dignidade humana, na relação entre respeitar-se e ser respeitado, entre a manutenção de um espaço privado e a integridade da pessoa. É preciso abandonar a retórica romântica de apontá-los como pessoas livres que escolheram estar na rua como um exercício de liberdade e ouvir o que têm a dizer sobre o seu sofrimento e a vontade que alguns ainda expressam de sair dessa situação de absoluta penúria. A idéia de defender o direito de essas pessoas ficarem na rua, expondo-se à violência física e simbólica de todos, inclusive dos próprios companheiros, ou de considerar essa situação como chaga da sociedade que precisa continuar a ser vista cotidianamente deve ser repensada (ZALUAR, 1995, p. 77).

Essas duas faces de um mesmo processo que a criança vive ao estar exposta à condição que não possibilita outras alternativas de sobrevivência levam-me a considerar que é esta condição de pobreza, seja econômica, cultural ou educacional, que deve ser resolvida para impedir que a criança tenha que se submeter ao universo que a rua configura.

O momento em que a criança vai pouco a pouco distanciando-se da família e buscando outro espaço que ofereça melhores condições de sobrevivência caracteriza os primeiros passos em que este sujeito passa a ter que ser responsável por sua própria sobrevivência. Enquanto as crianças que nasceram em melhores condições econômicas estão voltadas somente para o estudo e o lazer, estes jovens, inseridos na pobreza e na miséria, já têm que se “virar” de todas as formas para conseguir alimentação, espaço para dormir que oferecesse o mínimo de segurança. Todos os entrevistados relacionam a saída de casa para as ruas em função da situação desconfortável que viviam em casa, denunciando que a vida na rua é uma imposição e não uma escolha, como foi a experiência relatada por Lúcio: “A rua é a última saída, quando a gente tenta tudo em casa e não dá certo, daí a gente procura a rua, outra família ou outra coisa...” (Lúcio).

Além de despertar o espírito caritativo nas pessoas que se vêem obrigadas a perceberem uma realidade que se mostra todos os dias de forma

irreverente, *“a imagem de crianças ociosas, vagando sem a supervisão de adultos é freqüentemente mobilizada para legitimar intervenções e medidas do poder público”* (MOURA, 1999, p. 98).

Entretanto, esta realidade torna-se mais hostil e perversa para quem completa a maioridade e continua morando na rua, como mostrou Luiz, ao descrever as dificuldades da busca pelo alimento, depois que foi desligado dos órgãos de atendimento. Segundo ele, quando as pessoas perguntam sua idade, diante de sua resposta, dizem para ele ir trabalhar ao invés de ficar pedindo pelas ruas. Mas quando era pequeno também tinha que dizer a sua idade, mas as pessoas continuavam ajudando, e, depois que completou 18 anos não ajudam mais com tanta facilidade. *“Esses dias eu fui pedir para uma mulher uns trocadinhos, ela perguntou a minha idade, quando respondi, mandou que eu deixasse de ser vagabundo e fosse procurar um trabalho.”* (Luiz)

A rua, ao mesmo tempo em que apresenta perigos e violência, apresenta-se também como a única alternativa viável e possível para quem está enfrentando problemas de não ter um espaço de acolhimento e proteção. A ruptura com a família vai acontecendo gradativamente e a rua surge como o novo e o desconhecido, um território a ser explorado por crianças que se sentem sozinhas e amedrontadas, em função do sofrimento causado pela ausência da família, a falta de afeto e da satisfação de suas necessidades básicas. Então, os leitores visitaram este mundo de relações criativas e contraditórias da vida na rua, pela voz dos jovens que contribuíram nesta pesquisa. Maria toma a palavra: *“Eu fui para a rua quando tinha 08 anos, porque meu pai morreu e não tinha condições dentro de casa por causa dos meus irmãos que eram agressivos. Quando fui para a rua*

acabei caindo nas drogas, eu ficava um pouco em cada lugar, em casa eu ficava dois dias, uma semana ou um mês no máximo” (Maria).

A entrada da criança no mundo da rua, na infância, representou um corte, e com o convívio na rua, ela desperta a familiaridade com o ambiente, e constrói uma rede de relações com as pessoas que estão há mais tempo por lá. Este desafio fez com que fossem “adultizados” precocemente, em função, também, do próprio convívio com as pessoas adultas²⁷.

Os jovens desta pesquisa passaram por vários obstáculos que encontraram na rua, como a fome, o frio, a violência, as drogas, o preconceito, as doenças. Mas depois de um período, há uma certa intimidade com a rua e suas nuances, pois ela torna-se o universo e a referência para eles, o que pode explicar a permanência deles por tanto tempo. É o que Carlos compreende como a busca e construção de um destino:

Eu saí de casa no dia em que minha tia estava trabalhando no shopping, eu fui para lá, mas ela ficou brava e mandou eu voltar para casa com a promessa que ia me surrar. Eu cheguei em casa, limpei tudo. Daí olhei e fiquei com medo, e saí fora de casa. Ela já estava prometendo uma surra, né? Ah! Eu já sabia. Foi a primeira vez que eu saí. Saí num destino, né? Fui fazer o meu destino não sabia nem para onde estava indo. Vim de Balneário Camboriú a Florianópolis a pé. Eu fiquei 02 anos carregando carrinho, cuidando de estacionamento e pedindo na rodoviária. (Carlos)

A criança que se lança para as ruas, correndo inúmeros perigos, está fugindo de uma situação que gerava sofrimento e angústia. Tornando-se evidente que a rua não é uma escolha, eles têm que ir porque a rua apresenta-se como alternativa de sobrevivência. Ao longo de nossa história, a rua vai arrastando milhares de crianças pertencentes aos segmentos da população desprovidos de

²⁷ Segundo Ariès (1981), o convívio entre crianças e adultos representava a forma mais comum na idade média de transmissão de conhecimento de uma geração a outra.

seus direitos básicos. Seu ato de coragem revela-se pela forma como enfrentaram o desconhecido e o incerto, ao mesmo tempo em que utilizam a palavra “destino” para justificar a sua partida.

A condição de vida em que os jovens estavam inseridos, quando crianças, tendo que deixar suas famílias e ir sobreviver nas ruas, revela a situação de injustiça social que os deixa com poucas alternativas diante dos problemas e das privações econômicas, emocionais, culturais, educacionais, etc. O desafio de ter que se responsabilizar sozinho, na infância, pela sua subsistência, faz Leonir questionar as diferenças que existem entre ricos e pobres na relação com a rua.

Por que muitos filhos de rico não vão pra rua? Porque eles não têm muita decepção, cara, não vêem os pais deles batendo um no outro, não vêem o pai chegando bêbado em casa quebrando tudo, espancando tudo. Eles não vêem isso, agora tem muitos filhos de pobre também que não vão pra rua. Quando vai pra rua, algum motivo tem ou alguém levou alguma vez, daí já vai a segunda, terceira e daí começa, como eu. Eu quando comecei a fugir tinha uns nove anos de idade. Eu comecei a fugir primeiro lá pra onde eu morava em Biguaçu. Lá fugia e ficava por lá, não vinha para o centro porque tinha medo, daí eu comecei a fugir pra lá, daí a polícia me pegava e me levava pra casa, eu comecei a fugir porque eu fugia, daí eu chegava em casa e meu pai não estava. Antes que ele chegasse eu fugia de novo com medo de apanhar, porque eu sabia que ele ia me bater, daí ali começava, né cara, daí depois o pai bate você pega e sai de novo, daí você fugiu a primeira vez não deu nada, você pode crê. Acho que não é, né cara, acho que vai para rua mesmo assim, é assim, eu tenho que ter uma casa porque eu preciso de uma casa. Agora se eu tenho uma casa e não me sinto bem nela eu preciso da rua, vou para rua. Por que ficar dentro de casa se eu posso viver melhor na rua? (Leonir)

A saída para a rua pode ser, também, considerada uma forma de resistência em relação a uma situação de conflito que a criança estava vivendo em casa. Esta resistência pode ser compreendida como manifestação de maturidade, a partir do momento em que a criança passa a assumir um comportamento de si mesma. Para algumas crianças que não têm seus direitos básicos respeitados, a responsabilidade que assumem na infância pode ser equiparada aos desafios que muitos jovens das classes mais favorecidas assumem somente quando chegam à vida adulta, depois de cursarem o ensino universitário.

A rua, este espaço público, passa a incorporar também a dinâmica do privado da vida dessas crianças, onde tudo se confunde e se incorpora. O espaço destinado a transeuntes torna-se espaço de moradia. Em outras épocas, a rua era considerada local de festividades e comemorações, ainda hoje guarda estas características, também para quem mora nela, a ponto de fascinar, em alguns aspectos, os meninos e meninas, pela liberdade, diversidade de atrações e acontecimentos, principalmente para quem não dispõe de laços afetivos e relações sadias em outros espaços. No entanto, é preciso registrar seu lado duro e trágico na luta pela sobrevivência de quem deveria estar brincando e indo para a escola, ao invés de se expor a tantos perigos e sacrifícios.

A experiência de morar na rua possui uma racionalidade própria e, de início, pode ser considerado que as dificuldades encontradas na família tenham obrigado os jovens a irem para as ruas, mas depois, eles vão construindo seu universo, adaptando-se à nova realidade e sentindo, até mesmo, prazer pela liberdade de que desfrutam e pela diversificação de atividades no cotidiano.

Na rua, a luta pela sobrevivência também se traduz pela inserção nas atividades consideradas ilícitas, como o furto e as drogas, que fatalmente são ingredientes que compõem o universo das ruas e de quem está vivendo neste ambiente, pois somente estes elementos passam a lhes dizer respeito e ser a companhia inseparável. A principal dificuldade, na rua, apontada por todos os entrevistados, está relacionada à falta de alimentação e do espaço para dormir e a obtenção das drogas, além da exposição às intempéries do tempo: frio, chuva, vento, etc., como descreve Carlos:

Eu não tinha outra opção, às vezes a gente roubava, mas também, às vezes não era nem para comer era até para usar droga, para passar o tempo, né? Passar o tempo na rua dá um desânimo... Não é bom dormir na rua, a noite naquele relento, naquele frio. É por isso que a maioria usa droga, com ela pelo menos dorme ou fica a noite toda acordado. Mas não sente aquele frio nada. É por isso que alguns são viciados, outros não. (Carlos)

A rua oportunizou a Carlos desenvolver mecanismos de resistência para “driblá-la”, possibilitando a sobrevivência por meio da integração a uma rede de relações que pode contribuir para o afastamento do temor da rua, e perceber os prazeres que circulam por ela, a partir de uma necessidade que as drogas passam a representar. A rua, ao mesmo tempo em que mostra sua face hostil, torna-se abrigo e acolhimento. *“O tempo passa, mas nós sempre carregamos um pouco do passado, daquilo que fazíamos na rua para sobreviver quando não tem comida em casa”.* (Oswaldo)

Da rua, os jovens trazem a esperteza, um pouco de sua crueldade e os ciclos de relações que contribuem quando eles estão passando por dificuldades, na maioridade. Mas estas relações, de acordo com o depoimento de Oswaldo, ao persistir à falta de alternativas dignas de sobrevivência, podem representar a continuidade dos mesmos hábitos adquiridos na rua, e com a maioridade aumenta o agravamento desta situação, principalmente em função da pressão social que se exerce ao adulto que não consegue prover seu sustento.

“Eu nunca tinha dormido na rua, sempre tive cama, comida e de manhã o café. O fato de todo dia ter que arrumar café ou à noite ter que arrumar cobertor, isso era muito ruim...”(Ademir).

Quando a rua esgota suas possibilidades, ou então mostra a sua face mais cruel, os jovens tendem a se deparar com o processo de institucionalização, por iniciativa própria e, muitas vezes, quando os próprios órgãos de atendimento

encaminham as crianças e adolescentes que estão nas ruas para as instituições. Este procedimento torna-se inevitável, principalmente quando a infância vai desaparecendo e cedendo lugar para a adolescência e juventude, porque nesta fase, as pessoas não são tão receptivas com a presença deles na rua, e a instituição acaba se tornando uma imposição diante das dificuldades da luta pela sobrevivência.

CAPÍTULO II

A INSTITUCIONALIZAÇÃO ENQUANTO PROCESSO DE NORMATIZAÇÃO: A VIDA QUE PASSA PELA INSTITUCIONALIDADE DESDE A INFÂNCIA

O recolhimento e internamento das pessoas que vagam pelas ruas, tais como leprosos, prostitutas, ladrões, loucos e mendigos, ao longo da história, possuem uma função de hospedagem, para isolá-las e tirá-las do convívio social, na medida em que elas simbolizam uma ameaça à lei e à ordem. Embora esta intenção seja predominante, não se pode ignorar as reais preocupações de alguns segmentos da sociedade em resolver estes problemas sociais a partir da acolhida dos moradores de rua. Entretanto, na maioria das vezes, essas pessoas, por não corresponderem aos papéis de submissão na divisão social do trabalho, e vagarem pelas ruas, foram e ainda são vistas como ameaça à ordem e, para normatizá-las, foram desenvolvidas ações para livrá-los da “desordem moral” em que se encontravam. Estas ações estavam ligadas a um discurso de “caridade”, na maioria das vezes disseminado pela Igreja. Tanto que boa parte destas instituições possuíam, como administradores, religiosos.

2.1 O Histórico do Processo de Institucionalização

O abandono de crianças foi um fenômeno que se intensificou nos séculos XVIII e XIX, apresentando índices elevados; somado ao número de órfãos, passou a chamar a atenção e exigir medidas de ação por parte do Estado e da Igreja.

A institucionalização do abandono de recém-nascidos e de sua assistência fez parte de um esforço para mudar o triste quadro de abandono ao relento. Ao mesmo tempo buscava “garantir condições de sobrevivência das crianças expostas e eliminar o triste espetáculo de achá-las mortas, quando não, atacadas por animais” (TRINDADE, 1999, p. 48).

Na ânsia deste espírito de “caridade”²⁸, legitimaram-se instituições desenvolvidas, segundo as características de cada período histórico, destacando-se, principalmente, o caráter religioso. Na Europa, o marco importante, neste sentido, é o papel do Estado que tenta substituir o papel do pai, pois passa a vigiar e tentar controlar a família operária emergente, no século XIX.

Para atender a estas necessidades e a satisfação das sociedades filantrópicas e à nova Assistência Pública criada em 1881, as leis de 1889 e 1898²⁹ organizaram uma transferência progressiva da soberania paterna, “moralmente insuficiente”, para o corpo dos filantropos particulares, da Assistência Pública, dos juízes e médicos especialistas da Infância (BADINTER, 1985, p. 120).

No Brasil, para as crianças que viviam no universo da pobreza do século XIX, a institucionalização representava uma forma de tentar cercar a liberdade conquistada, em tese, pela abolição da escravatura. Neste sentido, diante da dinâmica do contexto social, na busca de compreender as minúcias do aparato

²⁸ O termo caridade é utilizado aqui para caracterizar aquelas ações que têm um fim em si mesmas, e abrem precedentes para o assistencialismo como desengano de consciência para quem pratica a ação, sem haver uma intenção ou consciência da necessidade de resolver o problema social de fato e em sua origem.

²⁹ De acordo com estas leis, todo pai poderia a qualquer momento ser chamado para prestar contas à sociedade, sendo obrigado a justificar a utilização de seu poder.

institucional, Tomasini aponta a necessidade de considerar os elementos que contribuem para a formação e a caracterização da institucionalização.

Para que se possa entender o que acontece no interior institucional é fundamental que o olhar seja dirigido para o que acontece fora dele, pois é a partir do paradigma social estabelecido ou do modo como se comporta a sociedade em relação aos “atendidos”, que a instituição irá determinar seu modo de ação (TOMASINI, 1994, p. 32).

Ao longo da trajetória histórica, desvalidos, deficientes, loucos e pobres são tratados ora com piedade, ora com repressão. Para as crianças órfãs e abandonadas, são criadas as casas de misericórdia, casa dos expostos³⁰, e, mais tarde, os abrigos para “reintegrar” estas crianças na sociedade ou, muitas vezes, para proteger a própria sociedade destas crianças, que eram vistas como “perigosas”, “delinquentes” ou “coitadas”. Com isto, busca-se a docilidade, a subserviência e a disciplina como forma de enquadramento do comportamento a normas sociais, de acordo com os modelos aceitos, desejáveis e legitimados.

Desta forma, as reformulações das políticas públicas, na maioria das vezes, atendem aos interesses de um mecanismo de poder da sociedade, que pode se sentir ameaçado pelas forças de resistência e ceder em alguns momentos. Na área da infância e juventude, nas últimas décadas, as mudanças ficaram por conta da criação do Serviço de Atendimento ao Menor - SAM na década de 1940, o qual prometia um tratamento digno aos “menores”³¹, mas reproduziu o enclausuramento dos internos, com base no espírito militar. Em 1964, a criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, que se propunha fugir

³⁰ A casa dos expostos funcionava sob a responsabilidade de religiosos. Recebiam, em seu interior, as crianças que eram colocadas na roda dos expostos, cuja engrenagem circulava entre o exterior e o interior da casa para garantir o anonimato do abandono. De acordo com LEPKSON (1998), a roda dos expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História; só foi extinta na década de 1950.

³¹ Este termo é utilizado para caracterizar a visão preconceituosa em relação à infância e juventude pobre, em que ao “menor” é atribuído o estereótipo de “marginal”, devendo ser punido.

do tratamento da institucionalização/internação, incorpora o discurso de apoio à família e à comunidade. Mas o que ficou registrado na história foi a repetição da prática autoritária e até mesmo violenta do antigo SAM. A promulgação do Código de Menores ocorreu em 1979.

Na década de 1990, fruto de ampla mobilização e pressão, até mesmo internacional, frente às atrocidades que vinham sendo cometidas contra a infância brasileira, o atendimento deixa de ter o caráter assistencialista e repressor para ser de responsabilidade da família, do Estado e da comunidade. Este tripé, família – comunidade - Estado, assume o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, concebidos como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei Federal nº 8069/90).

Em relação aos direitos fundamentais, estes devem ser universalmente reconhecidos, são direitos especiais e específicos das crianças e adolescentes e, por isso, devem garantir a satisfação de todas as necessidades das pessoas, não somente em relação ao aspecto penal do ato praticado pela ou contra a criança, mas nos seus direitos expressos pelo artigo 4º³² do Estatuto da Criança e do Adolescente (LEPKSON, 1998, p. 67).

As crianças, famílias e comunidades que vivem privadas do acesso às condições mínimas de sobrevivência ficam expostas às situações de risco, em função, na grande maioria das vezes, de uma organização social baseada na desigualdade social e econômica, que tem por princípio gerar a riqueza para uma minoria e a pobreza para a maioria das pessoas. No caso das crianças e adolescentes,

a situação de risco pessoal e social se configura com a exposição das crianças e dos adolescentes a fatores que ameaçam ou, efetivamente, transgridem a sua integridade física, psicológica ou moral por ação da família, de outros agentes sociais ou do próprio Estado. (Ibid., p. 70)

³² Art. 4º “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Estatuto da Criança e do Adolescente – lei nº 8.069/90).

De acordo com a política de atendimento, uma das medidas de proteção para as crianças que estão em situação de risco é definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como medida de abrigo, conforme o seu artigo 92:

As entidades que desenvolvem os programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;*
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;*
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;*
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;*
- V – não desmembramento de grupo de irmãos;*
- VI – evitar sempre que possível a transferência de crianças e adolescentes abrigados;*
- VII – participação na vida da comunidade local;*
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;*
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.*

Enquanto os direitos básicos não são universalizados de forma a propiciar a igualdade de condições de acesso aos meios de produção, cultura, arte e educação, a medida de abrigo torna-se um paliativo necessário e excepcional, pois, se a convivência com a família é um direito fundamental, a medida de abrigo³³ poderá ser aplicada somente em situações de extrema necessidade. E, na maioria das vezes, a família é impossibilitada de oferecer aos filhos o que eles necessitam, em função de uma condição concreta. Convém lembrar também que embora tenha havido um amplo processo de mobilização e pressão popular para a implantação do Estatuto, as leis apenas prescrevem e, muitas vezes, não é garantida a sua execução, o que será constatado na aproximação do cotidiano institucional.

³³ A medida de abrigo deve ser precedida de um acompanhamento anterior, seja no âmbito da família, comunidade de origem ou na própria rua. A educação de rua “partindo de uma aproximação que respeite e considere a realidade dos meninos e meninas de rua” tem sido, comprovadamente, uma das alternativas viáveis. A Pastoral do Menor, especialmente de São Paulo, e a fundação Projeto Axé (Salvador, Bahia), por exemplo, perceberam no processo de educação de rua uma estratégia para a construção de um projeto de futuro para os meninos e meninas de rua (LEPKSON, 1998, p. 74).

2.2 Situando a Instituição e aproximando-se do seu cotidiano

Com a mudança na legislação, os órgãos que estavam sob a competência do antigo Código de Menores foram extintos. Os programas de atendimento municipais absorveram parte dos funcionários de alguns internatos da Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor – FUCABEM, compondo o quadro do programa Albergue Santa Rita de Cássia³⁴, o qual representa a contradição de um discurso que se torna inovador e defensor da política de proteção integral definida pelo Estatuto, e as seqüelas das velhas legislações e práticas que deflagram negligência, omissão, desarticulação e descompromisso político na condução do cotidiano institucional.

Sem outra opção, depois de um período nas ruas, que varia entre meses e anos, a partir da faixa etária dos 06 aos 14 anos, os jovens que fazem parte desta pesquisa foram conduzidos à instituição de abrigo Albergue Santa Rita de Cássia. Pelo fato de terem ficado abrigados por um período prolongado nesta instituição, os jovens possuem lembranças de vários fatos e episódios que vivenciaram. O Albergue era a única instituição de abrigo mantida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis³⁵, e atendia crianças e adolescentes que viviam na rua, e durante o período em que estavam abrigados no Albergue, voltavam às ruas, em alguns casos ficavam um período com a família e em outras situações foram internados em regime provisório.

Em relação ao acolhimento ou recolhimento dos moradores de rua, Sposati chama a atenção para o autoritarismo que permeia o campo desta ação:

³⁴ Criado no prédio de um antigo internato e situado no bairro de classe média – Agrônômica, este programa atendia crianças e adolescentes em caráter de abrigo e também de albergue.

³⁵ Este programa foi reestruturado em 1997, sob a responsabilidade da nova gestão que passou a administrar o município.

Não se trata de discutir o recolher ou acolher, mas se trata de segregar. Permanece a mentalidade do antigo reformatório. Vamos tirar a pessoa da rua e colocá-la ali para aprender os bons costumes. Um dos pontos básicos da democracia, que é o direito de ser diferente, não se coloca. Não há espaço para o diferente numa sociedade regida pela normalização (SPOSATI, 1995, p. 86).

Nesta questão, acredito que o direito à diferença pode ser valorizado enquanto uma escolha, e não pela imposição de acontecimentos que conduzem a uma condição concreta que determina tal diferença.

O objetivo de segregar e transmitir os bons costumes por meio do internamento, quadriculamento e fechamento, nos remete ao século XIX, em que Foucault descreve a vigilância e o controle que eram destinados às pessoas portadoras de peste e lepra, em que o confinamento e o isolamento em função da lepra tinham como intenção a exclusão, sendo que a previsão da peste levava a definir o exercício do poder disciplinar.

A ordem responde a peste. Ela prescreve a cada um seu lugar, a cada um seu corpo, a cada um sua doença e sua morte, a cada um seu bem, por meio de um poder onipresente e onisciente que se subdivide ele mesmo de maneira regular e ininterrupta até a determinação final do indivíduo, do que o caracteriza, do que lhe pertence, e do que lhe acontece (FOUCAULT, 1989, p. 163).

Com isto, origina-se, é caracterizada e universalizada a sociedade disciplinar que se utiliza de processos de individualização e de um conjunto de técnicas e instituições que tentam controlar e diferenciar os normais e anormais, fazendo funcionar os dispositivos disciplinares. Portanto, nos abrigos podem ser operados tais dispositivos, segundo os quais se deseja corrigir e exercer o poder e o controle em suas minúcias, evitando, assim, desordens.

Entretanto, apesar de todo controle da instituição para impor seu poder, algumas formas de resistência foram caracterizadas na narrativa dos jovens, tais

como: burlar os horários estipulados para alimentação e acesso interno ao abrigo, ameaça de rebelião, violência contra educador e, até mesmo, a violência entre os próprios adolescentes na demarcação de espaço e poder. A esse respeito, Roberto da Silva assim se posiciona:

Manifestações corriqueiras como a desobediência, a rebeldia e a agressividade se constituem em infrações às regras da instituição, mas são menos toleradas do que as mesmas manifestações no ambiente doméstico, dada a representação que os próprios agentes institucionais fazem da criança aos seus cuidados (SILVA, 1997, p. 146).

Os jovens também se referiram, algumas vezes, em conversas informais, à violência com que os educadores os tratavam, pois os viam como objetos em seu poder. Uma jovem relembra o fato de dois adolescentes que foram espancados fortemente com socos e pontapés, ao serem proibidos de entrarem no programa por terem fumado maconha. Segundo ela, os adolescentes pediram ao educador para entrar e pegar algumas roupas, porque a punição pela infração era passar a noite na rua. Ao estarem demorando para se retirar, o educador os insultou. Eles retrucaram e foram espancados na frente de todas as crianças e adolescentes que estavam no local³⁶. Em outro sentido, as mesmas formas de abordagem que os educadores utilizavam eram apropriadas pelos adolescentes para expressarem a revolta e o inconformismo diante das arbitrariedades que aconteciam no interior da instituição.

Uma vez tinha um educador querendo bater em um menino, sendo que as crianças já saíram de casa para não serem espancadas pelos pais. Nós não admitíamos isto e chamamos ele para a porrada, porque nós estávamos vendo que aquilo era errado, ao invés dele educar como educador, ele estava massacrando o menino. (Alex)

³⁶ Esta mesma jovem relatou as sanções e discriminações que sofreu por parte da instituição e demais órgãos de atendimento, ao ser denunciado no Conselho Tutelar e Ministério Público o seu relacionamento íntimo com um dos educadores. Segundo ela, no final do processo o educador continuou com suas atividades normais e ela foi desligada do Programa.

Tais questões indicam que os adolescentes introjetavam e reproduziam a própria forma de tratamento que recebiam em seu cotidiano, pois era o mundo que eles conheciam e tiveram que conviver e significar. Neste contexto, destaca-se, também, o fato destes jovens terem de conviver desde a infância com a institucionalidade que invade a privacidade e regula o comportamento. Mas para além desta constatação, ao enfrentarem os educadores, conforme descrição de Alex, observa-se uma forma de resistência, que Certeau (1994) define como invenções, técnicas, estética de golpes e uma ética que são traduzidas na arte de viver.

Foucault (1979) utiliza o conceito de subjetivação para identificar a capacidade das pessoas, em determinado contexto, de rejeitarem algumas coisas que são impostas como modelos de referenciais para a conduta, escolhendo outras, mesmo entrando em contato com a força e o poder que vêm do exterior. Desta forma, ocorre uma transgressão e o indivíduo entra em contato consigo mesmo, elaborando e reelaborando o conteúdo repassado de forma a poder negá-lo.

Considero que as tentativas de burlar uma ordem existente são concretas e se expressam no cotidiano das pessoas de forma gradual, até mesmo porque os jovens que estão abrigados buscam, nestes espaços, o alimento e o lugar para dormir – o básico para sobreviver, quando a rua já esgotou suas possibilidades, tornando-se insustentável a permanência deles. Por isso, as investidas de resistência passam, muitas vezes, despercebidas, pois os adolescentes também têm que fazer de conta que assimilam e concordam com o discurso institucional. Portanto, não se deve deixar de refletir que as instituições reproduzem a lógica de uma ordem sócio-econômica, que tenta obrigar as pessoas

a dependerem de situações dadas (em relação às quais se sentem impotentes), portanto, numa situação de não emancipação (ADORNO, 1995).

A grande maioria dos jovens disse que foi para a instituição a convite dos amigos que também moravam na rua e lá estavam abrigados, com exceção de dois jovens, que foram encaminhados pelos órgãos de atendimento. Havia uma grande circularidade de crianças e adolescentes, muitos deles preferindo permanecer na rua a ficar abrigados no albergue. Mesmo os que permaneciam, costumavam ficar um determinado período na rua e depois retornavam. Um dos elementos fortes que parecia facilitar o retorno e o ingresso para esta instituição era a cumplicidade e a amizade que havia entre os abrigados, Alex comprova isto:

A maioria dos adolescentes já me conheciam porque o que eu fiz na casa da minha tia foi para jogar taitorama. Eu era viciado e a maioria dos guris do albergue também freqüentavam o taito, eram meninos de rua. Por isso a minha chegada lá foi boa. Eu fiquei lá dos 14 aos 17 anos, faltavam poucos meses para eu completar 18 anos. (Alex)

Percebe-se a importância da relação com os amigos, e o fato de já se conhecerem na rua facilitou o encontro com este novo ambiente desconhecido, que passou a fazer parte de suas vidas. É a amizade e o companheirismo que facilitaram os primeiros contatos com o novo ambiente. Em função da amizade, conquistada na rua, eles puderam partilhar um fato que lhes era comum: a luta pela sobrevivência.

O aspecto importante a ser considerado, neste sentido, é a união e a cumplicidade dos adolescentes, o que contribuiu para que não houvesse a total invalidação do ser, por conta das relações autoritárias que permeiam a instituição. Foucault defende que “em toda relação de poder existem pontos de resistência,

pois toda relação de poder implica, pelo menos virtualmente, uma estratégia de luta, onde mecanismos são postos em prática” (FOUCAULT, 1979, p. 14).

Para aproximar-se, ainda mais, do cotidiano institucional, torna-se fundamental trazer a fala dos jovens expressando o que ficou contido em suas memórias em termos de alegrias e tristezas, esperanças e desesperanças, sonhos e realidade. Acredito que, neste processo, o tempo foi um dos facilitadores para o acesso às informações relacionadas ao cotidiano institucional e a relação com os educadores, pelo fato dos jovens não estarem mais sob a tutela da instituição, no momento da realização desta pesquisa. Por isso, sentiram-se livres para expressar o que viveram e sentiram durante o período em que estavam abrigados.

2.2.1 A instituição segundo a percepção dos jovens

Grandes dificuldades se estabeleceram na vida dos jovens quando eles deixaram as ruas e foram para a instituição vivenciar outros tipos de desafios, que estavam relacionados ao enfrentamento de um espaço que, muitas vezes, não considerava a experiência que as crianças tiveram na rua. Quando eles viviam na rua, tinham muita agilidade e uma dinâmica que lhes possibilitava lidar com os problemas que iam aparecendo. Foram para a instituição e esta não aproveitou essas habilidades, não as canalizou de forma positiva. Por exemplo, as habilidades de comunicação e convencimento, a facilidade para lidar com números e muitas outras potencialidades que poderiam ser direcionadas para inúmeras atividades, ou seja, na definição com os jovens, sobre objetivos e um projeto de vida que considerasse a realidade na qual eles estavam inseridos. Com vontade política e

interesse, a instituição poderia prepará-los melhor para o desligamento na maioridade; esta é a posição de Cláudia, que passou por este processo: *“Quando a gente fez 18 anos, a gente teve que se virar sozinha. Se eles quisessem todo mundo ali tinha capacidade para fazer a gente aprender.”* (Cláudia)

Prevaleceu o assistencialismo, e por isso, a maioridade traz complicações muito sérias para os jovens que foram vítimas da falta de articulação e trabalho efetivo entre quem legisla, executa e fiscaliza a política de assistência e proteção às crianças e adolescentes. Estes órgãos, representantes da sociedade, deveriam zelar pelos direitos que o Estatuto prevê e que não são cumpridos na prática. Tome-se, por exemplo, a situação do Renato, que viveu na instituição durante aproximadamente 7 anos.

Neste período, não foi desenvolvido com ele nenhum tipo de atividade educativa que tivesse uma seqüência e fosse aproveitada de alguma forma, inclusive, várias vezes, ele relembra que fez um teste para concorrer a um estágio no correio. Embora sua nota tenha sido superior à dos demais concorrentes, quem ficou com a vaga foi outro adolescente que também era do Albergue e tirou uma nota inferior à sua. Ele não conseguiu sair da instituição aos 18 anos tendo uma perspectiva efetiva de trabalho ou, sequer, de escolaridade e condições de prover seu próprio sustento. Ele não conseguiu concluir o ensino primário, como é o caso de praticamente todos os jovens. As várias vezes que ele narrou o seu descontentamento com este episódio, mostrava o descaso com que sua vida foi conduzida neste espaço de abrigo. Com isto, não se quer defender a mera inserção no mercado de trabalho, mas chamar a atenção para o quanto foi negativo, para este jovem, sentir-se rejeitado ao não ter condições de acesso sequer ao mercado de trabalho.

Após o seu desligamento, entre as várias tentativas para se adaptar e ser acolhido por algum grupo, Renato ficou perambulando e dormindo pelas imediações da instituição, algo que os meninos que estão na rua dificilmente fariam, porque esta região não oferece nenhum atrativo do ponto de vista prático para quem está morando na rua. Uma das explicações pode estar relacionada à dependência de uma estrutura institucional que comprometeu a conquista da autonomia e da emancipação deste jovem.

A experiência de Cláudia também mostra a deficiência da instituição. Em sua fala ficou registrado o estranhamento que sentiu em relação à falta de ter alguma atividade durante o tempo em que permanecia na instituição. Isto pode estar relacionado ao fato de que o cotidiano da rua é marcado pela dinamicidade e o circular constante, atento para tudo o que acontece. E o ficar ali, “parada”, pode ter inúmeros significados que acabam circunscrevendo e delimitando uma forma de interação com o meio que não atende aos objetivos de uma proposta educativa:

Quando eu cheguei a primeira coisa que eu notei era que nunca ninguém fazia alguma coisa. Todos ficavam sempre parados e como eu estava muito parada pensava muito nos meus problemas, na perda do meu filho e como eu iria fazer para consertar tudo. Achei que era melhor eu me ocupar, porque se eu ficasse naquele espaço vazio, só com aquele monte de gente sem fazer nada, usando drogas o dia todo, eu iria acabar afundando cada vez mais. (Cláudia)

Por outro lado, o fato de as crianças e adolescentes ficarem “parados”, caracterizando a “ociosidade” para as pessoas que observavam³⁷ e veneravam o valor do trabalho como forma de ascensão social, despertava um enorme descontentamento, não apenas entre alguns abrigados, mas, principalmente, das

³⁷ Tanto os jovens nas entrevistas como as demais pessoas que observavam o cotidiano desta instituição referiram-se à “ociosidade” apenas das crianças e adolescentes, sem se referirem à postura dos educadores que ficavam ainda mais parados que as crianças e adolescentes. Mas parece que a vigilância é uma função totalmente legitimada pela sociedade.

peessoas vinculadas profissionalmente aos demais programas da Prefeitura e órgãos de atendimento. Constantemente, criticavam o atendimento prestado às crianças e adolescentes que tinham uma forte vinculação com a rua, muitas vezes, era a própria presença destes adolescentes que incomodava.

Internamente também havia muita indignação em relação à não participação das crianças e adolescentes em algumas atividades que eram propostas pela instituição, tais como, fazer a limpeza interna e externa do prédio e desenvolver atividades em uma marcenaria que ficava aberta uma semana e fechada duas, porque a pessoa responsável por este setor estava prestes a se aposentar e não se sentia motivada; na horta as mesmas circunstâncias se repetiam. Além disso, esporadicamente, eram patrocinados, por entidades como o SINE, alguns cursos profissionalizantes de serigrafia e reciclagem de papel, mas a participação não correspondia às expectativas. Em relação à escola, também, era exigida a frequência, embora o acompanhamento se resumisse a ouvir as reclamações dos professores, daqueles poucos adolescentes (um ou dois) que conseguiam acompanhar as aulas.

Esta situação, que se repetia há anos, somada às insubordinações dos jovens, que se expressavam em forma de violência, tanto contra os educadores como em relação aos próprios adolescentes, e as reclamações constantes de que até mesmo o espaço físico do albergue não era respeitado, tornava unânime a posição de que o programa deveria ser reestruturado.

Esta realidade vivida no Albergue evidencia que a docilidade-utilidade e a subserviência, fórmulas gerais de dominação, tão difundidas e almejadas nos

dias atuais como mecanismos de coerção e sujeição que caracterizam a sociedade disciplinar, não foram atingidas por completo, neste espaço:

... A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma <aptidão>, uma <capacidade> que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplina estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1989, p. 120).

A prática coercitiva, justificativa adotada pelos responsáveis pela execução da política de atendimento, fracassou. Mas principalmente, a falta de vontade política em atender às necessidades das crianças e adolescentes, implementando, na prática, o que determina o Estatuto, foi decisiva para que fechassem o programa de abrigo. Entretanto, não houve uma preocupação efetiva com o que iria acontecer às crianças e adolescentes que estavam abrigados³⁸. Todos os adolescentes foram devolvidos para a família, sendo que apenas duas jovens permaneceram por um período, e mais tarde, constituíram uma nova família; e outro jovem, foi morar com os tios e mais tarde com o irmão; os demais ficaram circulando nas casas dos parentes ou retornaram para a rua. O fechamento do programa sem uma preocupação efetiva do que viria a acontecer com os abrigados demonstra claramente a falta de compromisso político e ético que permeou todo o atendimento destinado às crianças e adolescentes.

Os meninos e as meninas que permaneceram nas ruas e costumavam se deslocar até o programa para atender alguma necessidade emergencial tiveram o

³⁸ O Albergue Santa Rita de Cássia foi fechado em 1998 e foi inaugurada, neste mesmo período, a Casa de Passagem, que atende famílias, crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar. O tempo de permanência não pode ser superior a sete dias.

acesso restrito e não foi criada nenhuma forma de estabelecer outro atendimento e a preservação de vínculo com estas crianças, uma vez que, na Casa de Passagem, são aceitas somente as crianças e adolescentes que têm encaminhamento dos órgãos competentes, e aqueles que estão na rua são levados para suas casas, mas eles retornam para a rua. Ao indagar um dos jovens sobre o fechamento do Albergue, ele assim se manifesta: “*Agora está como eles querem e gostam, só tem criança pequena que não dá trabalho para eles cuidarem*” (Oswaldo, outubro de 1999).

Diante deste quadro, entende-se que o descaso, a negligência e a opressão levam a refletir que, para além das perdas sucessivas, do direito à vida, à dignidade e não somente da sobrevivência, faz-se necessário buscar a mudança da lógica da reprodução das relações que geram o processo de privações de toda ordem que a desigualdade social acarreta, obrigando crianças e adolescentes a terem que buscar a sobrevivência em espaços institucionais. Neste processo, a relação libertadora de respeito às especificidades de cada sujeito depende do esforço de reconstrução da identidade e dignidade roubadas, como afirma D’Incao:

Qualquer trabalho de intervenção direta na realidade social deve estar atento à singularidade dos indivíduos que a compõem. Aprendemos isso no dia-a-dia de nossos próprios trabalhos e ao preço de um duro esforço de crítica das representações idealizadas que tínhamos das pessoas e situações sociais com as quais trabalhamos. Ora, no caso a importância da atenção à singularidade das pessoas que vivem na rua parece ser maior ainda. Porque, se os entendemos como pessoas que já perderam muitos territórios, meio território que ainda lhes reste é dado precioso. Da nossa capacidade de valorizar, considerar ou resgatar as especificidades de cada uma dessas pessoas depende a eficácia do nosso esforço coletivo de reconstrução da identidade – ou dignidade – social dessas populações (D’INCAO, 1995, p. 48).

O que pode impedir esta aproximação fundamental com a singularidade das crianças e adolescentes talvez seja a imagem e o estereótipo criados em torno

daqueles que vivem uma situação de miséria, e têm a experiência de viver por um período nas ruas. Com base nisto, abrem-se precedentes para discriminações e cobranças do cumprimento de normas em nome do controle social, sendo que, durante o período de abrigo, a principal referência de adulto que as crianças e adolescentes encontraram foram os educadores³⁹, pessoas que incorporaram o discurso de uma instituição vazia de investimentos que não priorizava a formação e a prática educativa como essência de sua existência. Muitas vezes, eles desempenhavam suas funções de acordo com a estrutura institucional, sendo emissores e transmissores de valores criados pela sociedade disciplinar, numa relação de poder entre a subjetivação e a sujeição.

2.3 A Relação entre Jovens e Educadores

Os profissionais que atuavam no Albergue Santa Rita de Cássia eram em número de 32 funcionários⁴⁰, divididos entre as funções de educadores, técnicos sociais, administrativos, serviços gerais e coordenação. O maior número era de educadores⁴¹, que faziam plantão 24 horas (em dupla trabalhavam 06 horas, com exceção do plantão da noite que era de 12 horas). Em função dos educadores terem uma atuação direta e permanente com as crianças e adolescentes, perguntei aos jovens sobre as lembranças e recordações que eles tinham a respeito da atuação

³⁹ Embora as pessoas designadas para desempenharem esta função continuassem a desenvolver suas atividades restritas, na maioria das vezes, às características do trabalho que os monitores das antigas Febens realizavam, a Prefeitura substituiu a designação para educadores.

⁴⁰ A este respeito ver: Projeto Albergue Santa Rita de Cássia – ano/1993.

⁴¹ Desta equipe profissional, com exceção de uma técnica em administração, da atendente de enfermagem e dos funcionários de serviços gerais, os demais funcionários tinham menos de dois anos de trabalho na área da criança e do adolescente. Os que trabalhavam há mais tempo correspondiam aos antigos funcionários da Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM ou da Associação Florianopolitana de Voluntários – AFLOV.

desses educadores. As respostas nos permitem partilhar um pouco das angústias, conflitos e questionamentos que ficaram presentes nas lembranças dos jovens.

Há ambigüidade nas relações que afloraram neste universo institucional. As práticas dos profissionais estiveram ligadas às concepções e aos sentimentos que as crianças e adolescentes e suas problemáticas despertavam nos educadores e definiam o atendimento efetuado por eles. Os resultados da pesquisa realizada por Lepkson (1998), que investigou a prática dos educadores neste mesmo Albergue, nos auxiliam a perceber quais eram estas concepções⁴²:

Os educadores percebiam os meninos a partir de diferentes pontos de vista e visões de mundo. Alguns tinham o entendimento de que estes se encontravam em situações de risco, em razão do modo de produção capitalista....Este entendimento esbarrava, no entanto, no reconhecimento de sua impotência frente à situação. Existiam aqueles que localizavam a origem da situação no modo de vida das famílias vistas como desqualificadas e irresponsáveis, ora atribuíam a culpa aos próprios adolescentes, ora nas famílias....Estes assumiam que os adolescentes, como vítimas ou 'coitadinhos', já tinham um futuro comprometido (LEPKSON, 1998, p. 108).

As instituições se reproduzem compondo uma sociedade que ameaça a existência, os sonhos e os princípios de liberdade e autonomia das pessoas. Por isso, mesmo alguns educadores percebendo as contradições do sistema capitalista, que gera a situação de miséria em que as crianças se encontram, não conseguiam fazer de todo espaço institucional algo que contribuísse significativamente para as crianças e adolescentes, por serem minoria na correlação de forças. O sentimento de impotência fez prevalecer o não fazer nada, deixar acontecer - "*laissez faire*" - ou o preconceito e o estigma⁴³ que os educadores manifestavam, reproduzindo, cotidianamente, valores de uma sociedade que gera a condição de pobreza, mas

⁴² Esta pesquisa foi realizada no Albergue durante seis meses para investigar a prática que os educadores desenvolviam, a qual resultou na elaboração da dissertação de Lepkson "*Meninos e meninas em risco: análise de uma prática da (des)proteção em regime de abrigo*", 1998.

⁴³ A designação de estigma pelos gregos referia-se a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava (GOFFMAN, 1988, p. 11).

mascara e despreza a sua existência, comprometendo, assim, o futuro dos jovens que são desligados ao fazerem 18 anos, tendo que carregar consigo as marcas de uma experiência negativa e que pouco contribuiu para a vida fora da instituição.

Segundo Adorno, referindo-se à lógica que sustenta este sentimento de incapacidade para reagir ao que está estabelecido, “*quanto mais as pessoas estiverem submetidas a contextos objetivos em relação aos quais são impotentes, ou acreditam ser impotentes, tanto mais elas tornarão subjetiva esta impotência*” (ADORNO, 1995, p. 36). Desta forma, passam a internalizar como impossível qualquer ação de resistência. Mas neste sentido o autor adverte que não se pode correr o risco de pensar que tudo depende somente das pessoas, atribuindo às pessoas tudo o que depende das condições objetivas. Assim, estas condições existentes permanecem intocadas e perpetuadas como naturais; é o caso de simplesmente culpar as famílias pelo abandono dos filhos, ou então, responsabilizar os adolescentes pela situação em que vivem.

Os monitores falavam que se algum dia nós saíssemos de lá e tivéssemos filhos, os nossos filhos iriam tomar o mesmo rumo que nós tomamos. Eu acho que eles deveriam aconselhar a gente a não ter filhos ou tê-los mais tarde, pensar em não ter filhos para eles não tomarem nosso rumo. Não chegar e dizer: “o filho de vocês vai tomar o mesmo rumo”. Eu acho que eles não estavam dando conselhos e sim afundando a gente ainda mais. Porque se a gente saiu de casa, algum motivo tinha, não era de graça, porque eu acho que não existe nada melhor do que viver em família, quando sai de casa algum problema tem, não vai sair sem problemas. (Deise)

A visão crítica desta jovem expressa uma posição questionadora em relação à forma como os educadores deveriam desempenhar o seu papel, e a não aceitação de uma imagem deturpada e desrespeitosa por parte de quem deveria estar promovendo o respeito e a dignidade. Quer dizer, a instituição não estabeleceu um espaço de interação que substituísse a referência positiva de

adulto que a família deveria representar e não conseguiu promover a autonomia e a autodeterminação dos jovens.

Outra questão importante que esta narrativa deixa registrada é o fato de não haver diálogo entre os jovens e os educadores, pois, se a jovem tinha consciência dos erros grotescos que os educadores cometiam, ela mesma, com os demais adolescentes, poderia estar apontando alguns elementos para que os educadores pudessem balizar suas ações em um processo que deveria ser construído em conjunto. Neste sentido, Paulo Freire (1997) sugere o diálogo como forma libertadora da relação entre opressores e oprimidos:

O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro. O diálogo, por isso mesmo, não reduz um ao outro. Nem é favor que um faz com o outro. Nem é tática manhosa, envolvente, que um usa para confundir o outro. Implica, ao contrário, um respeito fundamental dos sujeitos nele engajados, que o autoritarismo rompe ou não permite que se constitua (FREIRE, 1997, p. 118).

Através desse processo, torna-se possível a aproximação do que o sujeito tem a revelar de sua essência e do seu lugar social, o que fará somente a partir da conquista do respeito e da confiança, pressupostos básicos do processo educativo. Neste sentido, Graciani (1997) criou alguns passos metodológicos e novas estratégias para a efetivação da prática educativa, no que se refere à postura do educador de rua, que pode ser incorporado por todos os educadores em seus espaços de atuação:

Faz-se necessário “desterritorializar-se” e partir para o encontro com os educandos e com eles elaborar o novo projeto educativo do cotidiano da aprendizagem, em que ambos são protagonistas e atores sociais fundamentais. O educador antes de falar, precisa “ouvir”. Transcendendo a fala, deve captar o mundo simbólico (signos, códigos), gestual (comunicação não-verbal) e mágico lúdico do mundo infante-juvenil, pois o ato de ouvir o “semblante”, os sentimentos de nossas crianças sofridas e violentadas é um ato de profunda ternura e vigor pedagógico. O educador precisa ter “consciência” do momento de cada criança e de cada adolescente que vive o mistério e

a plenitude de seus dramas e sonhos introspectivos e a cadenciada energia dinâmica implícita na sua corporeidade e saber respeitar o momento de sua individualidade metamorfoseada florescente... (GRACIANI, 1997, p. 235).

Esta relação pedagógica entre educandos e educadores, baseada na ternura e no vigor pedagógico, torna-se fundamental para instaurar a confiança e a troca, que são fundamentais para o processo de aprendizagem – o ouvir o que o outro tem a dizer. Entretanto, todos estes elementos que foram descritos por Graciani (1997) precisam estar acompanhados do propósito de *“romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência”* (ADORNO, 1995, p. 42). Estes são elementos encontrados na defesa da mera adaptação das crianças e adolescentes à ordem instituída.

O fato de os educadores tratarem as crianças e adolescentes como os viam também é percebido por um dos entrevistados e, diante deste fato, torna-se evidente através dos depoimentos a forma autoritária e estigmatizadora com que os educadores os viam. O aprisionamento a um enquadramento segundo a lógica de quem detém o poder é uma forma de perpetuação das relações autoritárias. Segundo Foucault (1996), o poder está disseminado em redes, existe em ação e é uma relação de forças. Portanto, o seu exercício se dá em um momento historicamente determinável, na guerra pela guerra. Durante a paz, reinscreve-se perpetuamente estas relações de força numa guerra silenciosa.

Neste sentido, é preciso aprofundar como estas relações se constituíram no cotidiano e, de certo modo, percebe-se que elas não foram aceitas passivamente. O fato de um jovem perceber que as relações de dominação se davam desta forma é um indício de que foram criados muitos mecanismos de resistência, que iam sendo fortalecidos entre as crianças e os adolescentes. Eles

tinham que manter a condição defensiva o tempo todo, em função de uma disputa de forças desiguais, conforme veremos no depoimento de Oswaldo:

Tinham educadores que davam conselhos, falavam o que era ruim para nós. Mas outros estavam ali somente pelo salário, não estavam nem aí caso a gente morresse, era melhor porque não os incomodaria. Eles nos tratavam como nos viam, quando não aprontávamos com eles, recebíamos conselhos legais. Teve um monitor que dava conselho, falava um monte, mas no fundo chegava para usar droga conosco e tudo. Uns iam na onda, tentavam ganhar o cara na base do empurrão, deste modo, eles se deram mal, então começaram a fazer amizade e descobrir como poderiam dominar e impor a autoridade deles. Eles faziam um tipo de acordo: “tu não apronta na minha frente, não suja meu plantão e pode fazer o que quiser”. Eles até davam cobertura, era só não sujar o plantão deles. Hoje eu acho que eles estavam errados, eles tinham que fazer o trabalho deles ali. Não era ajudar a afundar, era para tirar do poço. Antes eu achava legal, até melhor, porque havia um monte de obstáculos e... (silêncio). (Oswaldo)

Diante disso, percebe-se que grande parte dos educadores não acreditava nos jovens e optava por uma ação policiallesca, de vigilância, ameaças constantes e violência, embora somente um jovem, durante o período em que esteve abrigado, tenha recebido uma medida de internamento superior a três meses, em função da prática de ato infracional relacionado a furto. Esta postura corresponde à visão das pessoas que vêem estes jovens como um perigo que precisa ser afastado do convívio social. Neste sentido, Leite aponta a tradição que existe no Brasil em não saber lidar com o diferente, comprometendo a prática que grande parte das instituições desenvolve.

As instituições, tanto do passado quanto do presente, apresentam uma enorme dificuldade, por conseguinte, de enfrentar, reconhecer e aceitar o diferente. Por isso o direcionamento de suas práticas espelha uma identidade do menino de rua carregado de estigmas maniqueístas do Bom e do Mau, do desvalido, do pobre, do infelizinho e do agressivo, do delinqüente, do vadio. Instituições que oscilam, em seus discursos e práticas, entre a tônica da piedade e da repressão e ignoram que o menino é um ser humano e como tal deve ser tratado (LEITE, 1998, p. 69).

Esta prática que acentuava a tônica da repressão repetia cotidianamente as “verdades” e “profecias” que procuravam enquadrar o comportamento dos jovens como criminosos que portanto, deveriam ser punidos com a prisão. Esta

ameaça era constante e foi relatada por vários jovens que ficavam amedrontados com o perigo ameaça que a chegada aos 18 anos representava, em função da mudança na legislação, que trazia consigo a possibilidade iminente da prisão. Percebeu-se que estas ameaças geraram muita angústia para os jovens, e, em contrapartida, um enorme alívio para quem conseguiu se livrar deste anúncio infundado. Alguns deles disseram, inclusive, que faziam questão de passar por perto dos educadores na rua e mostrar-lhes que não aconteceu o que eles previam. Oswaldo expõe as ameaças constantes que recebia dos educadores:

Um educador que falava que eu ia terminar no presídio porque eu era o pior de todos, fazia escondido. Um outro dizia que estava trabalhando lá, mas que poderia trabalhar na penitenciária, e se eu chegasse a cair lá não ia sair mais, porque não é como o albergue que tem um monte de regalias. Lá eu teria o tratamento que mereço. Isto me deixava com muita raiva. (Oswaldo)

As implicações, ao ouvir este tipo de discurso, podem estar presentes no aprisionamento da identidade construída de forma preconceituosa, reproduzindo valores e concepções de uma sociedade que tem por base a discriminação social. Identidade esta compreendida a partir da definição de Montes:

A identidade tal como é vista pela Psicologia e pelas Ciências Sociais de um modo geral, corresponde alguma coisa que está no nível da experiência psíquica como um espécie de sentimento de unidade, é aquilo que transforma em unidade uma pluralidade fragmentada de experiências, não é uma coisa que é a mesma ao longo do que é variável; é aquilo que dá unidade a uma variação permanente de situações, porque isso define a vida psíquica dos indivíduos. No plano psíquico, tanto como no plano social, a identidade é algo que faz parte de um conjunto de representações que a sociedade e os indivíduos têm sobre aquilo que dá unidade a uma experiência humana que, por definição é múltipla e facetada (MONTES, 1995, p. 194).

A partir dessa definição, percebe-se que a identidade é construída na relação que dá unidade à experiência humana em sua múltipla expressão e manifestação, por isso os contextos social e institucional interferem no seu

delineamento. No caso da população de rua, é construída uma rede de significados e códigos que são incorporados por eles. Segundo esta mesma autora, existem discursos muito específicos que a sociedade produz a respeito deles, significações com as quais meu olhar vai enfrentar aquele outro, e aquele outro olha e aceita ou não o código de identificação a partir do qual eu o estou lendo. Portanto, a maneira como se recorta quem é esse homem de rua e por que se vai trabalhar com ele vai determinar como trabalhar, ou seja, o discurso higienizador que associa pobreza à doença e à criminalidade; o discurso moralizador que busca a recuperação com base no trabalho; ou o discurso da autonomia que visa uma ação política e pedagógica.

De acordo com esta caracterização, os jovens foram concebidos, por alguns educadores, com base no discurso higienizador, acrescido de muita hostilidade e intolerância, como os depoimentos indicam. Constatou-se, também, que não restou nenhum vínculo com os órgãos de atendimento que garantisse o acompanhamento e as condições necessárias para o jovem construir sua autonomia com a maioria. Quando eles iam visitar o local do antigo programa em que eram abrigados, ao se depararem com os educadores, iam logo dizendo que estavam apenas dando uma “voltinha” e já iam embora para evitar as lembranças das restrições em relação, até mesmo, às visitas.

Os fatos e acontecimentos que os jovens relatam caracterizam a forma como as instituições e os órgãos de atendimento acabam fazendo com que eles sejam facilmente descartados e afastados de suas responsabilidades, após findar o período durante o qual conviveram e atenderam estes jovens. A atitude de um educador narrada por Cláudia confirma isto:

Um educador dizia que, ao José completar 18 anos, ele queria estar de plantão para acordá-lo e jogá-lo na rua no meio da madrugada. No dia do seu aniversário à meia noite, ele iria fazer isto. Ele dizia para o José já sair à tarde do dia anterior para não ser jogado para a rua. Ele dizia que isto era para ele deixar de ser vagabundo. Eles eram malinos, se aproveitavam só porque eram educadores. (Cláudia)

Relacionando a perda do vínculo com a família durante o processo de construção da maioridade, percebem-se as conseqüências desse rompimento, principalmente, nessa fase difícil que se torna os 18 anos, quando não existe nenhum outro vínculo que ofereça a devida segurança e proteção que um jovem necessita, uma vez que até mesmo o local de moradia que o abrigo representava é perdido sem que algo venha substituí-lo. Percebe-se, nessa situação, a insistência da instituição em resgatar os vínculos familiares perdidos há anos, para que o jovem, ao ser desligado, em função da proximidade dos 18 anos, pudesse ser encaminhado para outro espaço. Mas, neste sentido, a família pode ser usada para que a instituição se veja livre dos jovens e fique com a consciência da tarefa “caridosa” cumprida. Percebe-se, também, que o trabalho desenvolvido, nesta instituição, cumpria meramente uma formalidade legal, até mesmo, quanto à tolerância da presença dos jovens no espaço, uma vez que contavam os dias e as horas para o desligamento.

Os monitores ao invés de aconselharem os menores, eles criticavam, né? Ao invés de darem conselhos para levantar eles abaixavam. Este era o mal, eles estavam lá para desempenharem o papel de segundo pai e segunda mãe, mas não faziam. Eles criticavam por acharem que pelo fato de nós ter saído de casa, não tinha mais futuro, porque nosso destino ia ser viver pela rua pra sempre. (Alex)

Este jovem denuncia o quanto se distanciava a prática autoritária, baseada no estigma, de uma prática educativa desejada. A visão preconceituosa e discriminadora de educadores, muitas vezes, pode estar reproduzindo a visão da elite governante do país, veiculada sistematicamente para a população, na forma

de conceber e se relacionar com a pobreza. Às vezes, as pessoas podem não se dar conta de que, enquanto brasileiros, todos, de alguma forma e em algum momento da vida, já foram vítimas das privações que a desigualdade social acarreta; isto deveria unir a todos e não distanciar.

Diante disto, deve ser considerado que a tradição das práticas institucionais no Brasil conduz-se, na maioria dos casos, entre a repressão e a “caridade”. Em ambas as situações são usados vários artifícios para que as pessoas incorporem a lógica da sociedade capitalista, ou seja, absorção de valores, crenças e atitudes que conduzem à adaptação das normas sociais, elaboradas segundo os interesses da classe privilegiada, na correlação de forças.

Entretanto, um dos questionamentos que pode ser levantado refere-se aos efeitos provocados pelas afirmações negativas que os educadores disparavam em relação à imagem que faziam dos jovens e ao futuro deles. Nesta questão, observei que houve jovens que assimilaram parte do discurso institucional, e outros que demonstraram sinais de resistência e subjetivação, como veremos a seguir na discussão sobre as regras.

2.4 As Regras

Lá tinha muitas regras, bem dizer tu era mandado. Aqui não tem, aqui é minha casa. Ninguém gostava de regra, a não ser quando você está na casa dos outros, daí você obedece. Na tua casa há regras escritas e tudo? Não, né? Lá tinha o que fazer e o que não fazer. Aqui na minha casa não, aqui eu mando. (Carlos)

Muitas vezes, a regra pode se justificar por ela mesma, de forma impessoal e autoritária, sendo uma maneira de exclusão quando não há uma discussão de princípios, valores e ética. Na convivência em grupo, torna-se

relevante elaborar uma reflexão sistemática que considere a realidade vivida, a promoção da dignidade humana e não teorias e práticas autoritárias que são a base da disciplina e da hierarquização das relações no exercício do poder⁴⁴. Em outro sentido, é preciso considerar a necessidade de parâmetros que norteiem uma convivência em grupo para não gerar uma bagunça generalizada, em que cada um faça o que bem entende. Mas, para caracterizar a própria existência do grupo, devem existir princípios básicos, começando pela identificação entre todos os membros e respeito mútuo.

Durante a pesquisa de campo, um adolescente, que foi desligado da instituição porque se recusava ir para a escola e estava na rua, disse que existiu, por um período na instituição, uma regra em que as crianças e adolescentes ficavam sem almoço quando não iam para a aula. Tantas arbitrariedades reveladas em suas minúcias por quem era sua vítima podem, de certa forma, justificar a repulsa que alguns jovens sentiam em relação às regras que se configuravam como “pena”. Pois, segundo Foucault, em meados do século XIX, quando a pena para os criminosos deixa de se centralizar no suplício como técnica de sofrimento, foi acrescentada à perda de um bem ou de um direito. *“Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra”* (FOUCAULT, 1989, p. 20).

⁴⁴ Segundo Foucault (1996), o exercício de poder não se reduz simplesmente pela repressão, pois o poder enquanto uma rede se ramifica nas relações em várias direções, atravessando, caracterizando e constituindo o corpo social e estas relações de poder não podem se estabelecer nem funcionar sem uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Isto se justifica, também, porque Foucault não entende a dominação como sendo global de um soberano sobre os outros, mas há múltiplas formas de se exercer a dominação em uma sociedade, entre relações recíprocas e de infinitas formas de sujeição. Portanto, Foucault distingue repressão de relação de poder, pois para haver poder é preciso dispor de liberdade.

Cabe ressaltar o estranhamento, em função da revelia em que a instituição desenvolvia suas atividades, transformando “regras” em “penas”, que eram aplicadas aos criminosos há um século, sem que os órgãos responsáveis pela fiscalização da instituição tomassem conhecimento ou se pronunciassem diante de tais circunstâncias, que violavam o direito básico de pessoas que deveriam ser concebidas como seres em condição peculiar de desenvolvimento e não tratada como criminosas, tendo que considerar, também, nesta circunstância, que a própria escola não conseguia despertar o interesse de crianças que têm a experiência da dinâmica da rua.

Os jovens também comentaram, nas entrevistas, sobre o ambiente envolvido por roubos e drogas, se não dentro do Albergue, pelo menos em suas proximidades, além do fato de os jovens ficarem o dia todo parados, sem ter algo para fazer e, também, havia uma grande circularidade dos abrigados entre a rua e a instituição⁴⁵. Outro jovem discorda da forma como eram conduzidas as regras, que eram impostas, revelando a impessoalidade, o estranhamento e a resistência a este universo. Ocorria o distanciamento de um ambiente que era para ser vivido com aconchego e afetividade. As regras e as normas eram utilizadas para subjugar o ser humano e torná-lo dócil, de forma que pode ser deduzida a intencionalidade em não caracterizar o abrigo como substituto da casa e da família⁴⁶ das crianças e dos adolescentes, embora em seus depoimentos, eles afirmem que buscavam e esperavam encontrar o carinho que não tiveram em casa.

⁴⁵ A circularidade presente na vida dos jovens desde a infância, durante o processo de institucionalização e mesmo depois com a maioridade, pode evidenciar que eles sabem que não encontrarão o que procuram nos espaços que estão sendo oferecidos.

⁴⁶ O Estatuto determina que o atendimento no abrigo seja personalizado em pequenos grupos e que promova a participação das crianças e adolescentes na vida da comunidade (cf. Art. 92, III e VII do Estatuto).

Alguns jovens relataram a dependência de droga de vários educadores, inclusive, do uso da droga em conjunto com os próprios adolescentes. Um dos jovens questionou “a moral” que estas pessoas tinham para ser educadores, pois davam o exemplo de que os adolescentes poderiam usar droga e nada lhes aconteceria, porque os educadores usavam e prosseguiam suas vidas normalmente. Mas, para quem não tem o mínimo necessário para sobreviver e não pode contar com ninguém, acaba se afundando cada vez mais. Neste sentido, Alex traz a seguinte reflexão:

O que estragava era que os educadores ao invés de educarem, colocavam na nossa cabeça para usarmos mais droga ainda. Porque eles também eram outros usuários. Alguns deles ainda trabalham lá. Eu só pensava em cada vez chegar com mais droga para eles nos deixarem entrar de madrugada, várias vezes isto aconteceu. Os educadores só davam um tequinho, craque eles não fumavam porque ele não existia. Hoje está cheio, não estão quase vendendo cocaína, só craque. A pedra está matando milhões de adolescentes. (Alex)

Outro posicionamento questiona as facilidades que a instituição proporcionava aos jovens, expressando a dualidade na forma de perceber o mesmo espaço:

Ali no albergue, eles fizeram uma coisa errada, porque tudo o que a gente queria eles davam, quando queimava a televisão, estragava o som ou alguém roubava uma coisa que fazia falta para o grupo, nós sempre tínhamos de volta. Sempre tinha comida na hora certa e tudo o que a gente quisesse era só bater o pé. Isto foi ruim, porque nós tínhamos que estudar para comer, só que a gente tinha tudo na mão. (Maria)

Este questionamento, em relação às facilidades de substituição dos estragos que os jovens faziam, levou-os a concluir que esta atitude facilitava uma certa postura de comodismo diante dos grandes desafios que teriam de enfrentar na luta pela sobrevivência. O descuido, também, pode se concretizar pela falta do sentimento de pertencimento. A instituição não garantia a escolaridade e o acesso ao trabalho desses jovens.

No albergue, ao invés de tirarem das ruas e das drogas... Eles nos ajudavam porque quando estávamos na rua precisávamos de grana para se sustentar com comida. Ali, eles davam tudo de mãos beijadas, o dinheiro que ganhávamos era tudo limpo, dava para fazer um monte de coisas. Cheirar e fumar. (Deise)

A relação que os educadores estabeleceram com estes jovens foi capaz de provocar marcas, que até o tempo está relutando em apagar. Inclusive, um dos entrevistados afirma que conseguiu tocar sua vida em frente porque se esforçou ao máximo para esquecer o período traumático em que viveu na instituição, sendo maltratado e acusado por coisas que, segundo ele, não procediam. Mas esta era uma forma da instituição excluí-lo do grupo. Segundo este jovem, esta exclusão se deu, principalmente, por se tratar de alguém que exercia uma liderança junto às crianças e aos adolescentes, desafiando o poder dos educadores ao questionar os maus tratos das crianças. Segundo Lígia Costa Leite (1998), há pessoas completamente despreparadas para lidar com os meninos de rua; misturam paternalismo e raiva por não alcançarem os resultados esperados. Por outro lado, essas pessoas procuram passar os valores de uma cultura que não é a dos meninos de rua e que eles não conseguem aceitar, nem, talvez, sequer compreender. Alex conta como enfrentou este desafio:

Mas eu faço de conta que nunca aconteceu isso comigo, porque se fosse para eu guardar tudo na minha cabeça... (silêncio) Se eu fosse guardar tudo na minha cabeça, minha vida não seria o que é hoje. Eu iria pensar em fazer besteiras, como eu sei que muitos menores lá de dentro fizeram besteira por causa dos monitores estarem pegando no pé, fazendo com que fossem acumulando as suspensões até chegar o dia em que foram para a rua sem nada, não construíram suas famílias, nada, e acabaram morrendo. (Alex)

Diante do repasse dos valores da cultura dominante na prática dos educadores, cabe o questionamento quanto ao papel do Estado e dos poderes constituídos que promovem a existência de tais instituições, com características, do ponto

de vista educativo, comprometedoras. Mas às pessoas que estão vivendo na miséria, como de costume, ficam reservados os piores serviços e atendimentos, muitas vezes, tratando-se de esmolas e migalhas que, na verdade, atendem a outros interesses que não o favorecimento das crianças e adolescentes. Neste sentido, Passeti (1995) chama a atenção para os verdadeiros beneficiados com a política de assistência.

As teses econômicas que fundamentam a pobreza e que exigem a ação intervencionista como corretivo às distorções engendradas pelo mercado, têm sido norteadoras da atuação do Estado na área da criança e do adolescente. Têm pautado também a ação das associações organizadas na sociedade com o objetivo de influenciar uma relação de complementaridade. Devemos nos perguntar, sob esse quadro, se os verdadeiros beneficiados são os filhos da pobreza ou os funcionários agenciadores das políticas assistenciais (PASSETI, 1995, p. 193).

A tutela do Estado, para estes jovens, limitou-se até os 18 anos, sem nenhuma preparação e formação para conseguirem sequer o mínimo necessário à sobrevivência. Até mesmo a alimentação, roupas e o espaço para dormir são novamente negados, caracterizando um segundo, terceiro, quarto abandono.

2.5 A outra Face da Instituição

Repetidas vezes, os jovens se referiram ao fato de terem encontrado, na instituição, um meio para satisfazerem parte de suas necessidades básicas, principalmente alimentação e lugar para dormir e tomar banho. Restringiram-se a isto e aos amigos quando indagados sobre o que tinha de bom na instituição, conforme relatam Maria e Renato:

*A liberdade toda, comia bem, dormia bem, tomava banho e andava sempre limpinha.
(Maria)*

As boas eram as amizades com os menores e os educadores. (Renato)

Foi unânime a referência às amizades como algo bom que aconteceu na instituição, mas, principalmente, em relação ao ciclo de amigos entre os próprios jovens: *“Para mim o que ficou do passado foram as amizades, os amigos da rua, o jeito de ganhar a vida, pois quando não tem saída nenhuma vai para a rua e sempre consegue alguma coisa.”* (Oswaldo)

Apenas Carlos citou o fato de ter conseguido um trabalho por intermédio da instituição, ainda assim, teve um curto período de duração, não passou de alguns meses e ele retornou para a rua:

Tinha muita coisa boa e ruim. A boa é que eu peguei meu primeiro serviço ali. Eu estava bem empolgado mesmo, minha cabeça fora da rua, fora de tudo, só diretamente para o serviço e para a escola. Naquele tempo eu estava trabalhando na OAB e estava bem pra caramba. A única coisa boa que aconteceu ali foi isso. E também a notícia que acharam minha família. (Carlos)

Juvenal, ao mesmo tempo em que se referiu à alimentação, relatou o drama que viveu vive depois que saiu da instituição e não teve acesso ao que estava acostumado enquanto era abrigado:

Lá o cara comia bem. Depois que eu fui despedido do meu trabalho, quando chegava em casa queria a mesma coisa que estava acostumado, mas já não tinha. Eu era acostumado a andar com uma merrequinha no bolso e já não tinha, era totalmente diferente. Daí o cara já tinha que cair no crime mesmo. (Juvenal)

Neste depoimento, o jovem retrata a situação de quem teve que usar de meios ilícitos para conseguir manter o mesmo padrão de vida que estava acostumado na instituição. E, mesmo estando abrigados, os jovens têm que incorporar, cotidianamente, a luta pela sobrevivência. Assim, eles acabam reproduzindo o discurso dominante e formal do que a sociedade espera deles, sem mesmo acreditar nesse projeto.

A referência ao crime que Juvenal faz provavelmente está relacionada à prática do furto, pois este é o delito mais comum para crianças e adolescentes que têm a experiência de viver na rua⁴⁷. Para quem precisa sobreviver na rua, torna-se uma rotina diária “ir à luta” em busca de dinheiro para saciar a fome ou manter o vício das drogas; portanto, os jovens já possuem uma certa familiaridade com este universo, mesmo sabendo que é ilícito.

Findado o período de permanência dos jovens no abrigo, em função da chegada dos 18 anos, ou na iminência de completá-los, os jovens foram desligados do Albergue. Praticamente todos descreveram uma situação de pânico que sentiram, referindo-se às sensações de medo, solidão e desesperança que o fim do atendimento provocou, pois os jovens foram lançados e devolvidos às mesmas condições de quando entraram na instituição, com o agravante de que pelo menos durante o período em que estavam na rua tinham maior agilidade e dinamicidade para conduzirem suas vidas. Deixaram a instituição sem obterem a escolarização, a profissionalização e os elementos que favorecessem a conquista da autonomia e da consciência política.

Esta situação foi gerada mesmo tendo sido comemorado o aniversário de dez anos de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois não foram extintas as raízes da concentração de renda, da burocracia e da corrupção que geram tantas injustiças sociais, impedindo o investimento em políticas públicas que devolvam a dignidade roubada de grande parte da população brasilei-

⁴⁷ De acordo com o relatório do Plantão Interinstitucional da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania em 1999, o ato infracional praticado por adolescentes que predominou estava relacionado com o furto com 41,72% seguido de porte de drogas, 9,38%, em terceiro tentativa de furto, 5,06%, ameaça, 4,76% e porte de arma 2,53%. A maioria dos adolescentes (30%) estava cursando da 1ª a 4ª séries e a porcentagem de analfabetos é de 4,17%. O número de adolescentes frequentando da 5ª a 8ª séries era de 20,41%, sendo que apenas 0,29% aparecem frequentando o nível superior.

ra. Para aprofundar esta reflexão em torno das conseqüências que a política de atendimento efetivou, procuro no terceiro capítulo ater-me à discussão do processo de construção da maioridade mais delineado, com a chegada dos 18 anos ou muito próximo a este período.

CAPÍTULO III

O CONTEXTO DA MAIORIDADE:

OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS QUE OS JOVENS ENFRENTAM

A proteção integral que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, como criança, a faixa etária até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos incompletos. Com isto, a aplicação do Estatuto se estende até os dezoito anos⁴⁸, sendo estabelecida esta data limite para a permanência dos jovens nos abrigos – o desligamento do albergue para os jovens que participaram desta pesquisa tornou-se obrigatório nesta fase. Neste sentido, a ressalva que consta no Estatuto em seu art. 92, inciso VIII, quanto à maioridade refere-se, apenas, à necessidade de preparação gradativa para o desligamento.

A contagem regressiva para os 18 anos aponta para o fim do pouco conquistado até o momento, em termos do mínimo necessário para a sobrevivência, principalmente, no que se refere à alimentação e moradia que a Instituição oferecia. Mas também, o desligamento da instituição pode apontar as incertezas quanto a um futuro que se aproximava rapidamente e torna-se presente, para alguns, recheado com a ameaça da solidão e do “desamparo”.

⁴⁸ Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

A análise dos dados da pesquisa está pautada no resultado da política governamental de assistência à criança e ao adolescente adotada na última década no país e a trajetória de vida dos jovens que viveram na rua, foram internados em regime de abrigo e completam a maioridade – tudo isso coincidindo com o mesmo período em que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Desta forma, a compreensão do processo de construção da maioridade identifica os conflitos que surgem em função do que a sociedade espera dos jovens enquanto sujeitos que completam 18 anos. Neste capítulo, em particular, discuto a forma como estes sujeitos, meninos e meninas, vivem esta fase da vida, isto é, a partir dos 18 anos.

Ao discutir a passagem para a maioridade, procurei colocar em evidência como, e em que circunstância, os jovens passam da condição de meninos e meninas de rua e abrigados para a de “sujeito e cidadão”, que deve dispor de autonomia na relação consigo mesmo, e com o mundo social. De acordo com o conceito de cidadania, procuro mostrar que esta condição passa a ser uma “conquista” e não dádiva recebida das “mãos” de alguém, pois todos os direitos (moradia, saúde, educação e alimentação) apenas são alcançados com organização comunitária e com muita luta, em algumas situações até mesmo com o uso de certas práticas consideradas “violentas”.

3.1 Juventude, entre Conflitos e Perspectivas

Nesta nova etapa da vida, em que muitos elementos da infância vão ficando para trás, como as lembranças da família e da experiência na rua, surge o desafiador, turbulento e inquieto processo de juventude. Para muitos, momento de

transição entre o amadurecimento que se supõe esteja aproximando-se com a maturidade. Mas, para estabelecer uma definição de juventude, existe muita polêmica e discordância entre os teóricos de várias áreas do conhecimento. Até mesmo *“em relação à faixa etária, existem divergências ao se fixar uma cronologia que identifique a categoria juventude. A organização Internacional da Juventude define os limites etários entre 15 e 24 anos, enquanto a WHO/PAS entre 10 e 20 anos”* (WAISELFISZ, 1998, p. 153).

Para definir que uma faixa etária corresponde a um agrupamento com características específicas e similares, Facchini expõe a noção de geração como grupos afins, inseridos no processo histórico-social, considerando que:

A formação de novos agentes sociais representa sob o ponto de vista da preservação e transmissão do patrimônio cultural, uma garantia de continuidade e renovação. Há, contudo, nesse processo, um ponto de inflexão crítico, constituído pela passagem da condição de jovem para a condição de adulto. Na sociedade moderna, como se sabe, essa transição é especialmente difícil devido à complexidade das formas de organização social, à variedade das alternativas de vida que se oferecem para o jovem, às contradições inerentes à passagem da família de orientação para a família de procriação, às incertezas quanto ao próprio destino pessoal etc (FORACCHI, 1972, p. 22).

Esta fase de transição torna-se ainda mais difícil para os jovens que viveram na rua e passaram pelo processo de institucionalização, principalmente considerando que nesta fase da vida os jovens acentuam a interação com os mecanismos de exclusão do mercado de trabalho, falta de perspectivas para a construção da autonomia e de um projeto político que estabeleça a dignidade e o valor do humano, e sobretudo, o descaso da instituição representante de um governo e de uma sociedade que exclui e marginaliza.

As relações que se estabelecem, neste contexto, podem estar carregadas de uma certa tensão porque a transitoriedade da fase juvenil traz consigo utopias,

rebeldias, transgressões e resistências à condição social em que se encontram. Neste contexto em que a própria sobrevivência do jovem apresenta-se ameaçada, as reações são imprevisíveis.

3.2 Menoridade, Maioridade e suas Controvérsias

A classificação das fases da vida é utilizada pela sociedade para estabelecer a forma de intervenção e pressão que será efetuada para regular o comportamento humano, de acordo com as conveniências sociais e os padrões de interação que são determinados para facilitar o controle e a vigilância permanentes.

Neste sentido, Foracchi complementa esta argumentação, contemplando os vários fatores que estão presentes na forma de compreender as diferenças e interpretações que se dão às etapas da vida:

Assumimos implicitamente a idéia que a existência humana, nas suas diferentes etapas, é marcada pelo ritmo biológico da idade, do envelhecimento, da duração limitada da vida e da morte. Mas assumimos, também, que os fatores biológicos podem ser sociologicamente equacionados e que cada uma dessas etapas possui características próprias que são, por sua vez, alvo de avaliações sociais específicas. Há modos socialmente prescritos de avaliar e aceitar a juventude, a idade e a morte. Há também, um encadeamento entre elas que não é meramente cronológico ou linear e que permite distinguir, em cada uma, um modo peculiar de atuação (FORACCHI, 1972, p. 19).

Mesmo considerando que as legislações são incumbidas de regulamentar o controle e o equacionamento do comportamento, neste sentido, “a lei hierarquiza e regula” (PURCENO, 1999, p. 28). A experiência de vida que os jovens fazem transparecer através de suas narrativas demonstra que existe um movimento de latência e resistência a tantas adversidades e formas de opressão,

fazendo instaurar um movimento contrário às tentativas de buscar a docilidade e a subserviência por parte das instituições que intervieram em suas vidas durante a menoridade. Nesta pesquisa, a instituição a que os jovens mantiveram-se submetidos foi o Albergue Santa Rita de Cássia.

Do ponto de vista jurídico, “*a menoridade*⁴⁹ *é o período da vida durante o qual a pessoa – de ambos os sexos – não goza da capacidade jurídica plena, para a prática de atos da vida civil e por isso se encontra sob o pátrio poder*” (SOARES, 1998, p. 725). No caso dos jovens que participaram desta pesquisa, na menoridade deles, o pátrio poder estava sob a responsabilidade do Estado. Este conceito está sujeito às modificações empreendidas de acordo com o contexto histórico, político e social, para caracterizar a forma do atendimento dispensado às crianças e adolescentes. No que se refere àquelas que estão em conflito com a lei, muitas polêmicas surgem alterando a própria definição e concepção da política de proteção.

De acordo com Morelli (1999), a menoridade tratada no Brasil pelo Código Criminal do Império de 1830 estabelecia que a inimputabilidade terminava aos 14 anos, mas todas as pessoas até essa idade, consideradas em conflito com a lei, deveriam passar por uma avaliação de discernimento para verificar se elas poderiam avaliar racionalmente se seus atos eram ou não criminosos. A depender desta avaliação, a inimputabilidade poderia ser reduzida a qualquer idade. Com o Código de Menores de 1927, extinguiu-se a necessidade da avaliação do discernimento nos julgamentos de menores de 14

⁴⁹ A menoridade representa uma fase excepcional do desenvolvimento humano, em que todas as necessidades de ordem material, biológica, psíquica, afetiva, estética, lúdica devem ser preenchidas, ressaltando, principalmente, o caráter educativo como de fundamental importância.

anos. Mas foi somente com o Código Penal de 1940 que se estendeu a inimputabilidade plena até os 18 anos.

As crianças abandonadas, no século XIX, tiradas das casas dos expostos, eram utilizadas como mão-de-obra pelas amas de leite, ou por outras famílias, “até a maioridade, sem ônus para a Santa Casa – e sem salário algum” (MARCÍLIO, 1998, p. 289). A partir dos 12 anos, as crianças eram utilizadas como aprendizes nas oficinas domésticas de artesãos e lojas de manufaturas para adquirirem uma profissão.

Evitava-se assim, para esses meninos e meninas, o drama que a maioria dos que saíram das grandes instituições teve de enfrentar. De repente, ao atingirem a maioridade, esses jovens se viam diante de uma sociedade – que lhes era hostil, ou pelo menos indiferente, sem preparo e sem armas para se defender (Ibid., p. 292).

No final do século XIX⁵⁰, enquanto não vigorava o Código de Menores de 1927, algumas atividades eram regulamentadas pelo Código Civil, mas este

possuía o objetivo de solidificar a família enquanto base organizacional da sociedade, reafirmando o patriarcalismo. Além disso, os projetos de proteção à infância ainda contavam com a forte oposição dos industriais e comerciantes, que viam em qualquer medida relacionada às crianças, complicações na exploração da mão-de-obra dos menores de 18 anos (MORELLI, 1999, p. 129).

Segundo este mesmo autor, o Código de Menores de 1927⁵¹ representou uma iniciativa que levou, pela primeira vez, uma lei brasileira a regulamentar o tratamento que deveria ser dispensado às crianças e adolescentes “carentes”.

⁵⁰ O incentivo para o trabalho de crianças e adolescentes não tinha nenhum tipo de restrição, pelo contrário como veremos no Código Penal de 1890, “em seu artigo 49, estava previsto que os menores de 18 anos (estendendo este limite até 21 anos), condenados por algum delito, ao invés de serem enviados à Casa de Correção, deveriam ser retidos em ‘estabelecimento industriais especiais’ voltados ao ensino profissional e somente na sua ausência poderiam ser recolhidos nas casas de detenções comuns – onde deveriam permanecer separados dos adultos” (MORELLI, 1999, p. 126).

⁵¹ Este Código ficou marcado com o caráter fortemente higienista e repressor.

Desta forma, o Estado passou a intervir na organização familiar com o cunho protetorista. Os anos que seguiram à implantação do Código foram marcados pelas dificuldades de sua viabilização por falta de estrutura e do próprio entendimento das pessoas que trabalhavam na área. Para tentar resolver os entraves que surgiram, principalmente, no final da metade do século, foram realizadas reuniões e encontros para debate e formação, resultando na organização das Semanas de Estudos dos Problemas dos Menores.

Neste Código ficou registrada a forma como as crianças que viviam uma situação de pobreza eram tratadas, pois se não fosse comprovado que tinham posses e estivessem perambulando pelas ruas, passavam a ser enquadradas na situação de “vadiagem” e “ociosidade”, por isso eram punidas com vários anos de internação.

Na atual conjuntura, com a enorme desigualdade social e com o aumento da criminalidade também entre os jovens, se utilizando da justificativa da aprovação do voto facultativo para menores de dezesseis anos, discute-se a defesa dessa idade como limite penal⁵², ameaçando conquistas importantes que o Estatuto vem somando na proteção e promoção da infância e juventude.

Sônia Altoé (1993), que realizou várias pesquisas sobre a inserção social de jovens que completam a maioridade quando o Código de Menores ainda estava em vigor, levanta questionamentos sobre as implicações deste processo:

Como iniciar a vida adulta, após uma infância e uma adolescência difícil e “problemática”, nas quais faltou apoio da família, dos educadores, dos profissionais de saúde, sendo a atenção principal que conseguiram das instituições especializadas para atendê-los, a reclusão e o afastamento da vida social? (ALTOÉ, 1993, p. 122).

⁵² *Ibid.*, p. 136.

A situação dos jovens que participaram desta pesquisa, fazendo quase uma década da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mostra-se ainda mais agravada quando todos os jovens se referem às dificuldades encontradas para sobreviver depois que saíram da instituição, principalmente, referente à alimentação. Este dado vem confirmar o drama que os jovens enfrentam quando saem de uma instituição sem receber o devido preparo, acompanhamento e formação para assumirem os compromissos pertinentes à sobrevivência e à conquista da autonomia.

Mas a complexidade desta questão que se vive hoje também está relacionada à forma como o sentimento da infância e da juventude foi interpretado e se desenvolveu em cada contexto histórico até chegar aos dias atuais.

Segundo Ariès (1981), é raro encontrar, nos textos medievais, referência à idade dos alunos. Isto persistiu até o século XVII, e ainda, com os moralistas no século XIX, esta classificação não era tão importante, pois havia uma mistura nos ambientes escolares entre crianças e adultos. Somente mais tarde, a preocupação com a idade se tornaria fundamental, como ocorre nos dias atuais. Esta preocupação em classificar as fases da vida de uma pessoa define características, competências e responsabilidades que também determinam a função social de cada ser humano. Ariès (1981) considera que a separação entre a primeira infância (0 a 10), segunda infância (10 a 14 anos), adolescência (15 a 18 anos) e juventude (18 a 25) ocorreu através da frequência à escola em meados do final do século XIX, considerando a difusão do ensino superior para a burguesia.

Na contemporaneidade, as características da condição de vida são fortemente influenciadas pela divisão de classes, de forma que a cada fase, a cada

classe social, corresponde uma forma diferente de interação com o contexto social. Enquanto a burguesia se esforça para reproduzir suas crenças, valores e atitudes para tentar perpetuar seu poder, as condições de acesso a bens e serviços para as classes populares são extremamente restritas. Neste sentido, Philippe Ariès destaca que, historicamente, a escolaridade esteve relacionada não apenas à classificação das idades, mas também à condição de classe:

A partir do século XVIII, a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, em que cada ramo correspondia não a uma idade, mas a uma condição social: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário)...Embora o sentimento de infância tenha se expandido no meio burguês, a partir do século XIX, com a demanda da mão-de-obra infantil houve um retrocesso. O trabalho das crianças conservou uma característica da sociedade medieval em que havia uma precocidade da passagem para a idade adulta....Toda a complexidade da vida foi modificada pelas diferenças do tratamento escolar da criança burguesa e da criança do povo (ARIÈS, 1981, p. 192).

Atualmente, cada vez mais, é comum que as crianças inseridas na pobreza desempenhem, até mesmo, a função de provedores do sustento da família e tenham que desafiar os meios lícitos e ilícitos para fazê-lo. A frequência à escola, muitas vezes, não ultrapassa o período de um ano, e a vida adulta é marcada por privações econômicas, culturais e afetivas. A diferenciação em relação ao convívio e à condição social, em épocas anteriores, já era marcante para as classes populares que não conseguiam acompanhar as fases escolares. E, atualmente, muito menos em relação à realidade de jovens que estão mergulhados na pobreza e na miséria, tendo que buscar a sobrevivência nas ruas desde a infância.

Neste contexto, as crianças, ao terem que lutar pela sobrevivência nas ruas, são excluídas dos meios de socialização formal, e deparam-se com as relações entre os amigos e também com o mundo adulto através das negociações, trocas, vendas, empréstimos, amizade, jogos, passeios, etc. Todas as faixas etárias se misturam tendo em comum o mesmo desafio, de superar as dificuldades da luta

pela sobrevivência e partilhar os momentos de tristeza e de alegria. Nestas condições, também, não há separação por faixa etária, pois cada um tem que desempenhar a função de provedor do próprio sustento e a convivência se dá em pequenos grupos.

Com isso, percebe-se que para aprofundar a concepção sobre a maioridade, faz-se necessário considerar a compreensão sobre a menoridade – a fase que se supõe seja de preparação do sujeito para a conquista da autonomia e das exigências que a vida adulta acarreta, principalmente, considerando que a menoridade representa um período excepcional do desenvolvimento humano, em que todas as necessidades de ordem material, biológica, psíquica, afetiva, estética e lúdica deveriam ser preenchidas. Ressalte-se, também, a importância da educação estar permeando todo o processo que envolve a menoridade, pois este elemento contribui para a conquista da autodeterminação. Neste sentido, a questão da maioridade perpassa a relação com a educação, a qual tem a função enquanto prática social que se define no conjunto das relações sociais, de contribuir para a construção do sujeito livre e consciente do seu ser e estar no mundo.

No aspecto cronológico, a maioridade nivela todas as pessoas no cumprimento de papéis sociais que lhes são determinados de forma rígida. Neste sentido, o aspecto legal desta questão demarca competências e responsabilidades perante à lei e à sociedade. Para os jovens que viveram na rua, com a maioridade, o aspecto punitivo da lei destaca o estigma da pobreza e do preconceito criado pela sociedade, em função da desigualdade social e introjetado pelos jovens, e pode fazer com que os meios de sobrevivência se tornem cada vez menos acessíveis.

O processo de construção da maioridade está relacionado aos vários aspectos, como o biológico, emocional, cultural, econômico, ideológico, social e intelectual, que interagem na constituição dos sujeitos. Neste sentido, é preciso considerar que as regras sociais são estabelecidas a partir de uma normatividade do comportamento, de acordo com a tentativa de criar um modelo com redes de poderes, o qual espera que as pessoas desenvolvam na sua sociabilidade dentro do âmbito público e privado, a docilidade e a subserviência.

Partindo deste pressuposto, compreende-se que existem inúmeras competências para as pessoas desempenharem em cada etapa cronológica de suas vidas, de acordo com o que a sociedade espera de cada indivíduo. Na maioridade, ocorrem várias mudanças de ordem estrutural, psíquica, cultural e social. No aspecto civil, por exemplo, a partir de 21 anos, obtém-se autonomia para casamento sem precisar de consentimento dos pais, liberdade para atividades comerciais autônomas etc. Na questão penal, com a maioridade as implicações são bem mais sérias, na verdade, as sanções que regulam o convívio social acabam desempenhando um papel de preponderância em relação à lei civil. As demarcações entre tempo e espaço e atribuições sociais apresentam contradições, neste sentido Roberto Damata assim considera:

... Posso dizer que tanto o tempo (ou a temporalidade) quanto o espaço são invenções sociais legitimadas e aceitas pela comunidade da propriedade privada e suas origens. Não existe uma medida orgânica, natural ou fisiológica de uma categoria de pensamento e ação tão complexa quanto o espaço, do mesmo modo que não há um órgão do corpo para medir o tempo... O fato é que tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens. Sobretudo o tempo que é e simultaneamente passa, confundindo a nossa sensibilidade e, ao mesmo tempo, obrigando a sua elaboração sociológica (DAMATA, 1997, p. 32).

Para compreender que o conceito de maioridade possui, também, uma implicação na vida dos jovens diferente daquela concepção que é estabelecida

como limite rígido para ser atingida de acordo com os Códigos Civis, Penais e o Estatuto, encontrei em Michel de Certeau (1994) inspiração para compreender as bases que caracterizavam, a princípio, uma posição estática do caráter legalista que podem ser reinventados. Portanto, a maioria vivida pelos jovens pode ser caracterizada como o espaço que pode ser transformado, recriado e reinventado, enquanto a concepção de maioria uniforme imposto pela legalidade pode ser concebida como lugar:

O Espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito. Merleau Ponty já distinguia de um espaço geométrico, o espaço antropológico. Essa distinção visava separar da univocidade “geométrica” a experiência de um “fora” dado sob a forma de espaço e para qual “o espaço é existencial” e “a existência é espacial”. Essa experiência é relação com o mundo; no sonho e na percepção, exprime a mesma estrutura essencial do nosso ser, como ser situado em relação com um meio”- um ser situado por um desejo, indissociável de “uma direção da existência” e plantado no espaço de uma paisagem (CERTEAU, 1994, p. 202).

:

Assim, o processo de construção da maioria se dá, também, a partir de um lugar que é determinado pelas convenções sociais, mas é recriado e transformado pela experiência existencial e as “ações de sujeitos históricos animados por um conjunto de movimentos que possuem vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo” (Ibid., p. 202). Tudo isso marcado, principalmente, por uma condição de vida que revela intencionalidades criadoras e desafiadoras de uma ordem, através do improvisado, da astúcia e da ação marginal.

Na menoridade penal já começa a perseguição das crianças que vivem pelas ruas e são recolhidas ou atendidas, normalmente, quando estão praticando atos que “perturbam” o “sossego” das pessoas ou ameaçam, de alguma forma, a propriedade privada. Para estipular a idade em que corresponde a vigência do Estatuto foi adotado

um critério puramente biológico, de idade do autor do fato, dispõe a lei que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis⁵³ ... Prevê o código alguns benefícios penais e processuais para os réus que tenham menos de 21 anos na época do fato ou do processo (denominados réus menores ou caso de maioridade relativa⁵⁴ (MIRABETE, 1999, p. 226).

Neste sentido, é preciso compreender as conseqüências de “cortes” bruscos e inesperados que se somaram até o desligamento dos jovens da instituição e no momento da passagem para a maioridade, para desta forma, compreender como a maioridade é percebida e vivida pelos jovens, a partir da formação e preparação que se supõe que tenham recebido dos espaços de mediação.

Os jovens que fazem parte desta pesquisa cresceram e amadureceram juntamente com todo o processo que envolveu os primeiros anos da promulgação do Estatuto. Com esta pesquisa, abre-se o diálogo com esses jovens que, aos 18 anos, deixam de integrar o universo da minoridade e passam a ser considerados tanto pelas instituições como por eles mesmos como “estranhos”, sem identidade, porque mantêm vínculos muito frágeis com os espaços de mediação, os quais deveriam atendê-los e protegê-los na minoridade, ou sequer conseguiram estabelecer mediação com novos espaços. Inclusive, nos depoimentos, constata-se que até mesmo os educadores com quem os jovens conviveram por um longo período no abrigo, quando os encontravam na rua, faziam de conta que não os conheciam.

Parece que a regulamentação do direito de proteção na minoridade é levada muito a sério pelos órgãos de atendimento quando é para apontar o limite

⁵³ Segundo MIRABETE (1999), inimputável significa que o autor do fato não poderá ser responsabilizado penalmente por seus atos. Os que praticam a conduta, quando menores de 18 anos, estão sujeitos às medidas administrativas de reeducação e recuperação previstas pela lei n° 8.069, de 13-7-90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Mesmo a maioridade civil alcançada antes dos 18 anos não torna o sujeito imputável.

⁵⁴ “É circunstância atenuante genérica ter o agente menos de 21 anos na data do fato (art. 65, I) (item 65.1), e os prazos da prescrição, nessas hipóteses, são reduzidos pela metade (art. 115). Prevê ainda a lei processual prazos da prescrição, nessas hipóteses, são reduzidos pela metade” (MIRABETE, 1999, p. 227).

até onde se estende a sua aplicação, para dali em diante, a situação ficar a revelia da própria sorte dos jovens que completam a maioridade. Neste sentido, busca-se contextualizar a repercussão do desligamento da instituição na vida dos jovens.

3.3 As Primeiras Conseqüências da Maioridade: O Desligamento da Instituição

A permanência dos jovens nas instituições de internamento e abrigo, ao longo da trajetória da assistência às crianças e adolescentes, teve como limite máximo a chegada da maioridade. Entretanto, a preocupação e o atendimento dispensados a esses jovens, quando desligados, variaram muito em cada contexto histórico, mas em todos os momentos ficaram evidentes a falta de preparo e o caráter assistencialista e estigmatizador com que a sociedade brasileira tratou esta questão.

Um dos poucos registros que temos a este respeito, apresentado na densa pesquisa de Maria Luiza Marcílio (1998), mostra que no século XIX havia diferença para o tratamento entre meninos e meninas abrigados e que chegavam na maioridade. Havia preocupação em dar um destino autônomo para as moças que saíam das rodas de expostos e das casas de recolhimento, enquanto em relação aos jovens, a falta de preparo durante a menoridade para assumirem a maioridade parece pressupor que eles poderiam viver sozinhos. Para atender a esta preocupação, além de exigirem o cumprimento de serviços domésticos, instituíram o regime de dotes em que ofereciam determinada quantia em dinheiro para os pretendentes que se dispusessem a casar com as expostas reclusas.

Os dotes acabaram sendo atrativo para rapazes que estavam mais interessados em receber o dinheiro, acrescentando a este agravante, o fato de que

“as meninas expostas não tinham grandes possibilidade de encontrar, no casamento, um destino mais ditoso. Não tinham preparação para assumirem a vida em família, pouco treinadas para as funções de donas-de-casa” (MARCÍLIO, 1998, p. 300). Esta mesma autora considera que, na fase da filantropia e das instituições totais, não havia preocupação das autoridades dessas instituições com o destino das moças que estavam sob sua responsabilidade. *Atingida sua maioridade a moça era simplesmente devolvida à sociedade, para viver “por si”, sem nenhum preparo para a nova vida (Ibid., p. 308).*

No século XX, muitas mudanças ocorreram na legislação que regulamenta o atendimento prestado às crianças e adolescentes, haja vista também que o Brasil é um país que se volta, essencialmente, para o discurso e a elaboração de leis e tratados que ficam no papel. Portanto, o caráter repressor, filantrópico e assistencialista permeia todo este século. Tanto no Código de Menores de 1927, como no Código de 1979, e mais recentemente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o desligamento se efetiva com a maioridade. O destino que esses jovens conseguem dar a suas vidas torna-se limitado e anunciador de um atendimento que, muitas vezes, não consegue dar conta do mínimo necessário para a sobrevivência desses jovens, como vem sendo constatado ao longo desta pesquisa.

Na situação específica dos jovens que eram abrigados no Albergue, a maioria deles foi desligada em função da maioridade, como determina o Estatuto. Mas muitos deles saíram um período antes de completarem a maioridade, variando entre algumas semanas e alguns meses. Dado o encaminhamento repentino por parte da instituição para a maioria dos jovens, conclui-se que foi reproduzida a mesma prática desenvolvida na antiga FUNABEM, em que *“no menor sinal de*

existência da família, os 'abrigados' eram logo devolvidos a ela"(ALTOÉ, 1993, p. 50). Os jovens relataram que alguns deles foram deixados em casas de parentes, e outros foram simplesmente desligados sem uma preocupação mais efetiva de para onde eles iriam. Uma jovem foi trabalhar de doméstica (serviço subalterno) para poder pernoitar no trabalho. Outra jovem foi morar em uma pensão e os demais foram para uma “república”.

Segundo Altoé, (1993), até a década de 1980, esta questão não chamava atenção e o desligamento desses jovens parecia transcorrer sem maiores transtornos. Mais tarde, passou a ser um problema, quando a Associação dos Ex-Alunos da FUNABEM (ASSSEAF) fez várias denúncias através de jornais sobre o abandono a que eram relegados os indivíduos que saíam da FUNABEM (J.B. 23.05.82). Deste período em diante, foi permitido que os jovens permanecessem nas instituições até o final do período letivo do ano em que completassem 18 anos, e logo foi percebida uma grande concentração deles na instituição nesta faixa etária. Mas, com o tempo, esta norma ficou rígida e foram desenvolvidos vários esforços para agilizar o desligamento.

No início da década de 1990, com a extinção da FUNABEM e o reordenamento de toda a política de atendimento, a preocupação estava voltada para a implementação das mudanças que se faziam necessárias para atender ao novo paradigma educativo que a assistência às crianças e aos adolescentes adquiriu no processo de conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente. No final desta década, podem ser percebidos os efeitos das inovações que o Estatuto trouxe, nas esferas governamental e não governamental. No que se refere ao desligamento, em função da maioridade, continua sendo tolerado o limite máximo para permanência do jovem na instituição de abrigo até os 18 anos incompletos.

De acordo com a narrativa dos jovens que viveram a experiência de serem desligados do abrigo, em plena vigência do Estatuto, não era permitido que eles ficassem no abrigo sequer um dia além do prazo determinado. Era negado, inclusive, qualquer tipo de vínculo que representasse uma aproximação dos jovens com a instituição, inclusive o não oferecimento de uma refeição, mesmo que o jovem estivesse por perto, no horário de servi-la às crianças e adolescentes que permaneciam abrigados.

A única ressalva que consta no Estatuto, em relação ao desligamento, refere-se à preparação gradativa que a instituição deve promover. Mas parece que esta única ressalva desobriga as instituições de terem uma atitude responsável com os jovens que ficaram sob a sua guarda durante um período que em média ultrapassou dois anos.

Para Carlos, um dos jovens que participou desta pesquisa, a antecipação de seu desligamento da instituição deu-se por iniciativa própria para que pudesse, de alguma forma, preparar-se para a maioridade, evitando ser desligado de forma brusca sem ter para onde ir. Ele também comentou que se sentia mais seguro podendo fazer uma tentativa de adaptação em outro espaço, para que diante do insucesso pudesse voltar para a instituição e ainda ter um lugar de moradia em que fosse recebido⁵⁵. *“Eu saí antes porque já estava na hora de eu batalhar alguma coisa para mim, além do mais, se desse alguma coisa errada eu precisava ter um lugar para voltar.”* (Carlos)

⁵⁵ Carlos, inicialmente, formou uma república com outro jovem que foi desligado em função da maioridade. Eles dividiam o aluguel de uma casa no valor de R\$150,00. Enquanto a ONG - Fundação Fé e Alegria do Brasil ajudava a pagar o aluguel e os jovens estavam trabalhando, permaneceram neste local. Mas depois que cessou a ajuda e um deles ficou desempregado, tiveram que morar no morro do Pantanal, onde dois jovens, que também foram desligados, estavam morando em lotes ocupados por serem de área verde. As casas foram construídas com a ajuda de pessoas que conheciam os jovens, por meio dos órgãos de atendimento e trabalhavam em programas da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Este jovem, juntamente com Oswaldo, que saiu da instituição por ter completado 18 anos, foi viver a experiência da república, conforme o modelo que foi incentivado durante a década de 1980, pela FUNABEM – experiência inédita entre os jovens do referido abrigo. Eles tiveram o aluguel custeado durante seis meses por uma Organização não Governamental - ONG, mas no final deste período, com apenas um deles trabalhando como auxiliar de escritório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e recebendo apenas um salário mínimo, não conseguiram arcar com todas as despesas e foram morar no Morro do Pantanal. Deste período também ficaram registradas várias dificuldades que os jovens tiveram ao relacionar-se com a dona da pensão e, talvez, dificuldades para adquirir alguns hábitos com os quais não estavam acostumados, como aconteceu com Oswaldo:

A dona da pensão disse que vai lá no meu serviço fazer escândalo porque nós saímos sem pagar o último mês. Eu falei que ela pode ir, vou dizer que não conheço nenhuma louca. Ela era muito chata, ficava o tempo todo incomodando a gente. No mês passado ela queria que eu pagasse quase 100,00 de água porque foi deixada a torneira aberta uma noite dessas, mas não ia gastar tanto assim... (Oswaldo)

Os demais jovens, que foram desligados, manifestaram os problemas que tiveram em função do desligamento, já que esta incipiente experiência da república e um acompanhamento um pouco mais sistemático foi possível, apenas, com os dois jovens por insistência de uma pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina, que estava desenvolvendo uma pesquisa no Albergue na época do desligamento deles⁵⁶.

O desligamento antecipado à data limite para a permanência no abrigo também é questionado por Leonir, que se sentiu prejudicado em função desta

⁵⁶ Ver LEPKSON (1998).

decisão da instituição, pois quando ele retornou para a instituição pedindo auxílio, não foi bem recebido e deste período em diante ficou evidente que estava sozinho, sem poder contar com o apoio da instituição onde morou por vários anos:

Eu acho assim que se eu ficasse direto no albergue, não fosse pra Lages e ficasse ali até meus 18 anos, eu acho que eu passaria menos dificuldade. Porque eu fui pra lá, oh, se eu ficasse aqui eu ficava no albergue até 18 anos, arrumava um lugar aqui e daí eu fui pra lá e de lá eu já tive que arruma lá pra mim vim embora, dinheiro eu tive até que vender meu rádio e depois chegar aqui e ter que arrumar um lugar pra ficar, guardar minhas roupas. (Leonir)

Este jovem foi encaminhado para o lugar onde estava sua mãe, que tinha abandonado os filhos há mais ou menos seis anos, sem deixar pistas do seu paradeiro. Quando a mãe foi encontrada, tentaram restabelecer uma aproximação entre os dois. Mas não deu certo e depois de alguns meses, quando Leonir retornou para Florianópolis, como já tinha 18 anos, não foi aceito no abrigo e sequer foi permitido que circulasse entre as imediações do Albergue, pois logo que era visto pelos educadores, era advertido de que deveria se retirar.

Na situação descrita fica evidenciado que a maioria torna-se uma forma de isentar a responsabilidade de quem assumiu a guarda deste jovem durante vários anos, no caso, o Estado. É também uma demonstração de que não foi preservado nenhum vínculo afetivo que conseguisse romper com a frieza e a crueldade presentes no abrigo. Um dos jovens comenta sobre a forma como a instituição faz o desligamento:

Eles não deveriam deixar as crianças ficarem ali paradas para somente na hora da saída, quando chega os 18 anos para encontrarem alguém da família, como no caso do Renato, de repente sem mais nem menos, encontraram a família dele e mandaram o 'negão' para lá (Leonir).

A situação que estes jovens enfrentaram foi tão ou mais dramática quanto a vivida pelos jovens internos na FUCABEM, há mais de uma década, sendo registrada por Altoé:

Em geral, os internatos não têm grande preocupação em manter o laço afetivo entre a família e o interno. O que se constata é o contrário. Há uma série de impedimentos organizacionais que impedem a manutenção dos laços afetivos que, ao longo do tempo de internação do jovem, vão se fragilizando e muitas vezes desaparecendo. Na fase de desligamento, entretanto, fica-se atento a qualquer sinal dos pais – carta, visita, etc. – para que possam encaminhar o jovem para suas casas. Não há, entretanto, nenhuma cerimônia ou ato oficial que marca esta saída (ALTOÉ, 1993, p. 65).

A saída do albergue para os jovens foi marcada pela ansiedade e o medo do que eles poderiam encontrar em um ambiente desconhecido e para o qual não foram preparados para conviverem, principalmente, quando perceberam que não podiam contar com o apoio e o incentivo que a instituição deveria estar promovendo. O mundo, fora da instituição, torna-se desconhecido, existem novas regras, com as quais os jovens não foram preparados para lidar, e no caso específico desses jovens, parece que eles eram vítimas de uma forma de terrorismo em que o crime e a prisão eram disparados como ameaças constantes por parte dos educadores, como relata Alex:

Quando eu saí do albergue faltava um mês para eu completar 18 anos, foi a época mais difícil de toda a minha vida, primeiro porque eu não tinha para onde ir e os educadores não queriam ver o bem de quem estava lá dentro. Eles criticavam, diziam que eu ia roubar, ser preso e uma série de coisas. (Alex)

Segundo Altoé (1993), a passagem de assistido e “menor” para a maioridade e cidadania, na época da vigência do Código de Menores de 1979, fazia-se por uma norma que determinava o desligamento do internato, e não pelo preparo que o jovem pudesse ter adquirido para fazer face a sua nova condição. O agravante, ainda maior, para os jovens que foram desligados do abrigo em plena

vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, era delinear um caminho que fosse diferente daquele que os educadores haviam traçado para eles, ou seja, que seus destinos estavam fatalmente envolvidos com a criminalidade da qual não conseguiriam escapar. *“Os educadores falavam assim para mim: ‘tu ainda vai para a cadeia, quero te pegar com os 18 anos lá dentro’. Ouvir isso era muito ruim, eu ficava com muita raiva.”*(Alex)

Pelo fato de os jovens terem tido a experiência de rua, são classificados no processo de estigmatização como portadores de maus antecedentes morais. De acordo com Goffman (1988), entre o normal e o estigmatizado, não há consideração de pessoas e sim de perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos em função de normas não cumpridas. Destrói-se, com isto, a possibilidade para destacar atributos positivos que a pessoa possa apresentar.

Os jovens destacam a ameaça da prisão que sofriam enquanto estavam abrigados por parte daqueles educadores que deveriam estar representando uma forma positiva e criativa de relação com as crianças e adolescentes. Nesta situação, prevaleceram para estes abrigados os mesmos estereótipos dos moradores de rua – “criminosos” e “ladrões”, que ameaçam a ordem social. Por isso, os jovens foram escalados para serem punidos, não somente durante o período em que estavam abrigados, mas o desejo de punições severas se estendia para além da maioridade com a vigência do Código Penal. Nesta questão, Goffman apresenta a seguinte contribuição:

Os atributos duradouros de um indivíduo em particular podem convertê-lo em alguém que é escalado para representar um determinado tipo de papel; ele pode ter de desempenhar o papel de estigmatizado em quase todas as suas situações sociais, tornando natural a referência a ele, como eu o fiz, como uma pessoa estigmatizada cuja situação de vida o coloca em oposição aos normais (GOFFMAN, 1988, p. 149)

A maioria dos jovens referiu-se a estas ameaças relacionadas à criminalidade e à prisão. Mas, segundo Renato, mesmo ele, que praticamente não se ausentava do abrigo e tentava fazer as coisas de acordo com a orientação dos educadores, não escapava das previsões negativas que os educadores faziam a respeito do que iria acontecer com ele depois dos 18 anos e, mesmo diante disto, tentava buscar alternativas para que não se confirmassem as afirmações dos educadores.

Agora eu tenho que assumir minha vida, mas quero dar na cara de muitos educadores que dizem que eu vou ficar na rua, sem ter para onde ir. Vou mostrar a eles o que eu posso fazer com a minha vida, e não é o que eles pensam. Lá em Tijucas para onde eu vou, vai ter que dar certo, eu quero que dê. Mesmo sozinho vou enfrentar a vida. (Renato)

A firme convicção de Renato em provar o quanto os educadores estavam equivocados ao afirmarem que a rua seria sua única perspectiva de vida, circunscrevendo um lugar fixo e um limite acerca da existência do outro, demonstra o quanto este jovem possuiu força, coragem e “astúcia”, portanto, resistência para se contrapor a uma forma de dominação violenta, presente em seu cotidiano e representada, como já vimos anteriormente, por aqueles que na construção da imagem que os jovens faziam deveriam estar repassando valores, crenças, atitudes positivas e pressupondo algum tipo de orientação. Para dar visibilidade a estas resistências criativas e descontínuas de homens e mulheres “ordinários” que constroem e (des)constróem os saberes acerca da existência, vale a pena recorrer a Michel de Certeau, pois suas reflexões discutem a “ordem instituída”, neste caso, esta ordem percebia os abrigados como marginais:

Em Michel de Certeau são sempre perceptíveis um elã otimista, uma generosidade da inteligência e uma confiança depositada no outro, de sorte que nenhuma situação lhe parece a priori fixa ou desesperadora. Dir-se-ia que, sob a realidade maciça dos poderes e das instituições e sem alimentar ilusões quanto a seu funcionamento, Certeau sempre discerne um movimento browniano de micro-resistências, as quais fundam por sua vez micro-liberdades, mobilizam recursos insuspeitos, e assim deslocam

fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima (CERTEAU, 1994, p. 18).

As resistências, na maioria, ocorrem também na luta pela conquista daquilo que é essencial para a sobrevivência, pois a falta da instituição com seus serviços de alimentação, higiene, moradia, etc. tornava-se uma tortura, uma vez que os jovens voltavam a passar até fome, tinham dificuldades enormes para conseguirem moradia e tantos outros direitos básicos, neste sentido, Alex desabafa da seguinte forma:

Eu passei fome, nunca alguém do albergue chegou na minha frente, a única que ajudou, bem depois foi a tia Lurdinha da Aflov⁵⁷. Eu nunca cheguei a ir lá pedir porque eu achava que eu deveria erguer minha cabeça e seguir em frente batalhando. Hoje eu me orgulho de ter passado por tudo isso e saído de cabeça erguida, não ter me metido em rolo, parado em cadeia. (Alex)

O depoimento deste jovem, somado a tantos outros ao longo da pesquisa, confirma a enorme resistência ao enfrentarem situações adversas. A “batalha” revela-se como *táticas, dribles* e malabarismos que são utilizados para buscar os meios de sobrevivência e desfazer a aparente fatalidade da ordem estabelecida.

Considerando-se então a discriminação social que o jovem passa a sofrer por parte da sociedade, a exclusão compulsória dos benefícios e dos direitos sociais por parte do poder público e a sua própria incapacidade diante da sobrevivência fora de um quadro de valores que não seja o de uma instituição dá aos filhos do Governo a idéia de um destino irremediavelmente traçado⁵⁸ e do qual eles nunca conseguirão se livrar (SILVA, 1997, p. 82).

Quando Altoé descreve o acompanhamento que os ex-internos da FUCABEM recebiam ao serem desligados da instituição, mostra o quanto a realidade destes jovens, que foram desligados do albergue, era precária, pois na

⁵⁷ Associação Florianopolitana de Voluntários.

⁵⁸ Considero que esta idéia do destino traçado possa estar presente em algumas situações, mas quanto a se livrar ou não dela, não pode ser visto como algo determinista, sem considerar a capacidade humana de superação das dificuldades.

década de 80, embora fragmentado e questionável o tipo de atendimento que os jovens recebiam, ao menos durante três meses obtinham o pagamento de uma pensão, havia um serviço que encaminhava os jovens para o trabalho e também o incentivo para o serviço militar. Embora a relação dos jovens entrevistados por Altoé tenha sido maior que a desta pesquisa, muitos deles conseguiram cursar o 1º, 2º e até o 3º grau de escolaridade; em contrapartida, dos jovens desligados do albergue, nenhum conseguiu concluir o 1º grau⁵⁹.

Renato, ao ser questionado sobre o que estava sentindo diante das dificuldades após ter completado 18 anos e ter sido desligado da instituição, assim responde: *“É normal, só que as coisas que eu tinha que adquirir não precisava enquanto estava lá. Agora não, eu tenho que ir à luta e tocar a vida”*. (Renato)

O sentimento de normalidade refere-se a uma realidade que passa a exigir que ele dê conta de conseguir alimentação, moradia, enfim, tudo o que for necessário para sua sobrevivência, sem ter acesso aos meios que possam garantir isto. Este jovem tinha o maior tempo de permanência no abrigo, no entanto, não recebeu o atendimento necessário, a instituição praticamente não acrescentou nada em sua vida desde o tempo em que lá chegou. Segundo Renato, dias antes de seu aniversário de 18 anos, começou a pressão para que ele saísse da instituição. Ao visitá-lo, no dia do seu aniversário, observei que neste dia foram feitos dois bolos, porque uma cozinheira também estava de aniversário. O irmão de Renato, Adriano, disse que foram feitos dois bolos porque um era em função do aniversário da cozinheira e o outro pela saída do irmão (Renato).

⁵⁹ Ver ALTOÉ, 1993.

O outro irmão menor de Renato, Anderson, 12 anos, estava muito triste com a separação, disse achar muito ruim separar os três irmãos⁶⁰. Porém avalia o que pode significar esta separação: “*mas o Renato precisa trabalhar*”... Esta é a alternativa encontrada por uma criança diante de uma situação em que se considera, somente, uma norma estipulada de forma aleatória à realidade que estão vivenciando no momento. Além disso, o trabalho também é visto como a única possibilidade que garantiria a sobrevivência deles.

Para os jovens que vivem uma condição de vida marcada pela pobreza, com a maioria, destaca-se o aspecto punitivo da lei, porque o estigma e o preconceito criado pela sociedade, em função da desigualdade social, são introjetados pelos jovens através do discurso repassado pelos educadores. Desta forma, com a maioria os aparelhos repressivos do Estado são percebidos como uma ameaça constante para quem tem que buscar a sobrevivência de todas as formas⁶¹: “*Dos policiais eu tenho medo quando eles pegam a gente num beco escuro, sem ninguém por perto, daí dá medo. E com a maioria é mais complicado ainda porque qualquer bola fora é cadeia mesmo.*” (Oswaldo)

Os jovens manifestaram a necessidade de se posicionarem de forma diferente diante da vida, para não se envolverem com crimes e correr riscos que este envolvimento acarreta. Neste sentido, vem a referência ao medo que sentem da polícia e da prisão, em função das conseqüências disso e por saberem que estarão enquadrados no rótulo de “criminoso”, o que dificulta muito mais a sobre-

⁶⁰ Em relação ao grupo de irmãos, o Estatuto assim define no art. 92 – As entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: V – não desmembramento de grupo de irmãos.

⁶¹ Segundo dados do Relatório da Comissão Parlamentar de inquérito destinado a investigar o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil (1992), a atuação de policiais está em 3º lugar no homicídio de crianças e adolescentes; há denúncias de policiais destruindo trabalhos de investigação, fazendo parte de grupos de extermínio e recebendo dinheiro para assassinar crianças e adolescentes.

vivência dentro da lógica oficial.

3.3.1 A maioria e o fim da política de proteção

Praticamente, todos os jovens têm em comum a preocupação com a mudança na legislação e, com isto, a confirmação da suposição dos educadores de que muitos iriam acabar indo para a prisão. Enquanto estavam protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, eles acreditavam que poderiam contar com a ajuda e o apoio dos órgãos de atendimento, mas isto acaba quando chegam aos 18 anos, restando a severidade do rigor da lei e a perseguição por parte da polícia.

Os fatos e acontecimentos que os jovens relatam caracterizam a forma como as instituições e os órgãos de atendimento acabam fazendo com que eles sejam facilmente descartados, quando completam 18 anos.

Estes jovens sofreram com a separação da família e vivenciam outra ruptura quando são desligados do abrigo, sem estarem devidamente preparados e sem receberem o apoio e acompanhamento necessários. Pois as pessoas, educadores, às quais é confiada a sua formação são despreparadas, como mencionei, e não possuem um comprometimento político e educativo na formação destes meninos e meninas. Então, pode acontecer um enorme retrocesso em suas vidas ao voltarem às ruas.

Eu estava ali, eu, meu irmão e um monte de amigos. Daí eu tive que sair. Todo mundo ficou abalado e eu também. Eu pensava em chegar em Tijucas, para onde eles me mandaram, arrumar um serviço, começar a trabalhar e tocar minha vida. Mas aconteceu que eu fui e voltei. Lá era ruim, parado e não tinha movimento, assim, igual agora assim. Eu só pensava que eu ia para lá e ia deixar meus amigos, daí o cara se sente mal

pra caramba. Se eu pudesse ficar mais uns seis anos lá no albergue eu ficaria, só para aproveitar o arrego com os camaradas, mas fica mal, né? De maior lá dentro. (Renato)

Adaptar-se a uma realidade diferente daquela que estava acostumado torna-se muito difícil, principalmente quando não é oferecido nenhum atrativo do ponto de vista da garantia da sobrevivência. Este momento de solidão e despreparo que estes jovens passam ao serem desligados dos órgãos de atendimento repete-se, pela segunda vez, de forma mais cruel e intensa. De fato, na infância, eles já viveram a situação de terem que enfrentar sozinhos os desafios, os riscos e as incertezas que a vida na rua proporcionava. Depois, foram para a instituição e esta se restringiu a oferecer alimentação e espaço para dormir. No entanto, quando chega a maioridade, existe uma cobrança maior por parte da sociedade, para que eles estejam inseridos no mercado de trabalho e adaptando-se às normas sociais, embora não recebam nenhum tipo de incentivo para tanto. Além do mais, o preconceito e o estigma em relação ao adulto que vive na rua se intensifica, e com isto, as alternativas que garantem a sobrevivência diminuem, o esmolar, por exemplo, tornava-se cada vez mais difícil.

O período de adaptação à nova realidade apresenta contornos diversos, conforme veremos, segundo as condições e circunstâncias que, em alguns momentos, delinearam e confirmaram as suposições negativas do que iria acontecer com os jovens. Mas, em outros momentos, percebe-se que a *resistência* representada nas *astúcias, bricolagens e jogos de força* possibilitaram aos jovens, na medida do possível, alçar vôos que sobrevoaram basicamente em função da solidariedade entre eles mesmos.

3.4 A Prisão

Foi unânime, em praticamente todos os entrevistados, a preocupação com as mudanças que ocorrem com a aplicação do código criminal em função deles terem completado 18 anos. O temor e o pânico que sentem se justifica, considerando que saíram da instituição sem formação e nenhum preparo para a conquista da autonomia. A prática do crime e a punição chegaram meses depois que dois jovens completaram 18 anos. Busca-se, então, a compreensão de alguns aspectos que fazem parte deste universo e que compõem o processo de construção da maioridade. Estes jovens compõem uma estimativa em nível nacional de que cerca de 40% dos presidiários, na infância e adolescência, já estiveram internados em função da prática de ato infracional⁶². No presídio de Florianópolis, quando fui entrevistar Juvenal, a assistente social comentou que este índice também se aplica à realidade desta cidade, embora não tenha sido feita uma pesquisa para comprovar.

A prisão nasce paralela à justiça, configurando-se numa prática de controle social com a função de corrigir a população. Esta concepção atravessou os dois séculos de sua criação e se apresenta, nos dias de hoje, somando o maior índice de prisioneiros pertencentes à população que vive o processo de empobrecimento e miserabilidade. Um exemplo disso é o depoimento do bispo Watson, em 1804, citado por Foucault:

As leis são boas, mas infelizmente são burladas pelas classes mais baixas. As classes mais altas, certamente não as levam muito em consideração. Mas esse fato não teria importância se as classes mais altas não servissem de exemplo para as mais baixas (FOUCAULT, 1996, p. 46).

⁶² Jornal Nacional/Rede Globo – 13/10/99.

Ao punir a “pobreza”, a justiça se apodera do mecanismo de aprisionamento devido à sua praticidade para regular e controlar o comportamento, não havendo nenhuma evidência ou comprovação científica de que este regime seja capaz de tirar uma pessoa da criminalidade. Neste sentido, Foucault⁶³ (1984) caracteriza o “Estado Moderno” como uma estrutura super elaborada, na qual os indivíduos podem ser integrados com a ressalva de que a individualidade recebe uma nova forma, e é submetida a um conjunto específico de mecanismos para atender ao modelo de comportamento aceito socialmente. Para tanto, há uma produção intensa de instrumentos de dominação através da arte das *distribuições dos espaços ordenados e disciplinados* em que o indivíduo é observado em suas minúcias, tornando-se um objeto de enquadramento e submissão.

A partir da acumulação de riquezas, o indivíduo passa a ser considerado perigoso, sendo necessário controlar o convívio em grupo. A propriedade privada e as leis de mercado são um marco na regulação do comportamento humano, estendendo-se à moral e aos bons costumes da família, da ordem e do progresso. No caso específico da prisão, investe-se sobre o corpo humano para adestrá-lo e explorar ao máximo suas potencialidades, tornando-o dócil. Então, a prisão nasce com o intuito de punir o indivíduo com base em sua periculosidade e não convertê-lo ao reingresso à coletividade, concebendo-o como sujeito em construção.

Segundo Batista (1993) as inúmeras arbitrariedades, privações e violência no interior destas instituições totais resultam no sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta e o leva a um estado de cólera contra tudo o que o

⁶³ Foucault foi um teórico preocupado em aprofundar as formas como se constrói a normalidade na sociedade ocidental, mas para sistematizar o conhecimento a respeito deste tema, ele abordou vários aspectos relacionados ao exercício do poder, à construção da verdade e demais temas excepcionais que auxiliam na compreensão do funcionamento da sociedade atual. Por isso, refiro-me aqui a sua abordagem em relação ao Estado.

cerca; não pensa mais ter sido culpado; acusa a própria justiça, em alguns casos capaz de ser tão injusta, violenta e intolerante quanto o ato praticado pelo prisioneiro. Uma demonstração disso foram os depoimentos de dois jovens nas duas visitas que fiz ao presídio. Entrevistas que relatam, talvez, em minúcias, o que este cotidiano esconde por trás das muralhas. Entre as lembranças presentes e assustadoras que foram expressas pelas palavras e pelo olhar dos jovens, encontra-se, talvez, uma forma de encurtar a distância da vida que pulsa fora deste universo e a sua vida na prisão. Juvenal foi um dos jovens que se deparou com a realidade da prisão, depois que completou 18 anos:

Aqui dentro eu fico pensando o que minha mulher deve estar passando para sustentar duas filhas pequenas. Eu não sei o que vai acontecer comigo saindo daqui, acho meio difícil eu conseguir um trabalho porque em todo lugar eles pedem ficha corrida e quando verem que eu já estive aqui eles não dão trabalho. Daí eu não posso fazer nada, né? Daí vai ser tudo ou nada, eu vou ter que... Eu me arrombo de vez ou não preciso mais roubar, eu já ando com merda na cabeça mesmo que vou te falar... Quando eu sair da cadeia, se tiver que fazer alguma coisa e a polícia colocar a mão em mim, eu vou ter que matar. Porque quando o cara quer mudar ninguém ajuda, então eu roubo para me dar bem de vez ou então não faço... Mas se eu for roubar e a polícia vier me pegar, eles que tratem de me matar. Mais vale a morte que uma cadeia, porque na cadeia o cara perde o direito de ser gente, então se é para perder o direito de ser gente, não precisa estar vivo. (Juvenal)

O outro jovem, Adriano, insistia para que eu pedisse à sua família que fosse visitá-lo, antes da greve de fome que ele iria fazer para pressionar a agilização de seu processo, pois segundo ele, já fazia dois anos que estava preso sem haver julgamento. Ambos narraram situações de violência: por exemplo, o local que existe dentro da prisão em que os carcereiros colocam todos os presos e começam a bater indiscriminadamente; falaram também que a alimentação pode ser comparada à comida para porcos. Dentre os motivos que levam os jovens à prisão, encontra-se o furto.

Juvenal, logo depois que saiu do albergue, conseguiu trabalhar em um supermercado, mas foi demitido, em função das visitas constantes que sua mulher fazia em seu local de trabalho. Depois disso, não conseguiu mais emprego e tinha duas filhas pequenas. Ele foi um dos jovens que se referiu, insistentemente, à preocupação que tinha, logo que foi desligado do programa, em poder adquirir a mesma alimentação que tinha quando estava abrigado; o furto foi uma das formas encontradas. O motivo de sua prisão foi o furto de dois carrinhos de bebê, segundo ele, um era para vender e outro para dar às suas filhas⁶⁴.

A ilustração desta situação possibilita a caracterização do que sempre esteve presente na história da humanidade, ou seja, a condenação dos crimes contra a propriedade alcança índices elevadíssimos, comparado aos demais crimes, evidenciando que há uma forte preocupação com a manutenção de uma forma de organização social, que tem por base a propriedade privada, logo, a concessão de privilégios para uma minoria enquanto a maioria fica desprovida do básico para sobreviver. Neste sentido, Michelle Perrot contribui para elucidar esta questão da seguinte forma: *“Não existem fatos criminais em si mesmos, mas um julgamento criminal que os funda, designando ao mesmo tempo seus objetos e seus atores; um discurso criminal que traduz as obsessões de uma sociedade”* (PERROT, 1988, p. 244).

Da mesma forma, Foucault (1996) complementa este argumento alegan-

⁶⁴ Juvenal, além de estar sofrendo com as dificuldades que o sistema carcerário apresenta, reclamava o direito de poder receber a visita de suas filhas que estavam em um abrigo, porque a mãe não conseguiu cuidar delas e constituiu uma nova família. Mas, segundo ele, o Conselho Tutelar não estava liberando as filhas para irem até o presídio, alegando que Juvenal já havia recebido muitas chances e não aproveitou nenhuma, e o fato de ele estar preso era uma forma de fazê-lo aprender. Este jovem expressava muita revolta e indignação pela forma como a sua situação estava sendo tratada pelos órgãos que o atendem há vários anos. Sua última frase sobre este assunto, expressa o quanto o tratamento com repressão causa transtornos e não contribui, pelo contrário: *“Quando eu sair daqui, se minhas filhas não me reconhecerem, eu não tenho mais nada a perder nesta vida.”* (Juvenal)

do que não há natureza criminosa, mas jogos de força que, segundo a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à prisão. Destaca também que a moralização das classes pobres teve importância do ponto de vista econômico e político. A legalidade favorece a propriedade privada, proporciona aprendizagens como a docilidade no trabalho e a estabilidade da habitação, da família e da pátria. Faz registro também que no século XIX já eram sistematicamente confundidos os delitos de direito comum e as infrações à pesada legislação sobre as carteiras de reservistas, às greves e às associações. As ações operárias eram acusadas de serem animadas e manipuladas por criminosos.

Descrevendo a realidade em que vivem os jovens desta pesquisa e tantos outros espalhados de norte a sul deste país, e as condições que os levaram da situação de ex-abrigados a presidiários, vão sendo elencados elementos que confirmam, ainda mais, a responsabilidade da sociedade e seu governo com o número cada vez maior de crianças, jovens, adultos e pessoas idosas que vivem o drama da desigualdade social, o que não deveria estar acontecendo, se os direitos sociais conquistados com muita luta pelos movimentos sociais tivessem, na prática, a aplicação de seu caráter de universalidade. Pois, segundo Oliveira, em suas interpretações dos pressupostos de Kant:

homens e mulheres não devem procurar, em primeiro lugar, sua perfeição imediata, mas devem, antes de mais nada, querer a si mesmo enquanto homem e mulher, e a todos os seus semelhantes, enquanto possuidores de uma mesma natureza como fins (OLIVEIRA, 1981 p. 36).

Isto significa que o coletivo, a relação com o outro, possui um papel de fundamental importância na orientação do agir segundo a virtude e a liberdade da

*comunidade natural dos homens*⁶⁵. Portanto, toda esta análise leva em conta as arbitrariedades que impediram de ser concretizado um atendimento adequado a estes jovens, que possibilitasse oportunidades para construírem suas vidas com acesso aos instrumentos facilitadores, bem como viessem ao encontro da dignidade, liberdade, autonomia e o respeito aos seus direitos de ser humano. Quando isto não ocorre, percebe-se que não houve reconhecimento do outro como parte integrante de si mesmo, o individualismo exacerbou-se, abrindo margem às injustiças e às atrocidades que compõem, principalmente, o universo que cerca a miséria.

3.5 A Vida no Morro

Após o desligamento da instituição, novas condições de vida materializam-se, desde a falta de alimento até a moradia. Mas foi no Morro do Pantanal que encontraram a solidariedade das pessoas que também viviam uma realidade semelhante às suas. Desta forma, à medida que os jovens iam sendo desligados da instituição e encontravam um teto para morar⁶⁶, reservavam um lugar, pensando naquele que, ao sair do albergue, não tivesse a mesma “sorte”. Passavam, então, a viver uma relação com vizinhos semelhante àquela vivida na infância, pois na instituição não tinham contato com uma comunidade, porque o abrigo estava localizado em um bairro de classe média alta e os casarões mais próximos eram repartições públicas ou grandes edifícios residenciais.

Em outra localidade, no Morro do Mocotó, duas famílias eram compos-

⁶⁵ Para Kant “a vocação do homem não reside simplesmente na consciência da sua liberdade, mas sobretudo na da responsabilidade que ela implica quanto ao agir, com relação a si mesmo e com relação aos demais”.

⁶⁶ Para dois jovens que não puderam contar com a colaboração de algum parente, ou com a ajuda imediata dos amigos, a única alternativa foi retornar para a rua. Mas, depois de um pequeno período, um deles conseguiu ter acesso a sua casa.

tas por ex-abrigados do albergue que moravam lá há alguns anos. Configuravam-se laços estreitos de afetividade entre os antigos e novos moradores (um casal). A mãe de uma jovem também morava ali, embora em casa separada, mas parece que esta senhora conseguia ter uma boa relação com todos os que saíram do albergue, acolhendo-os. Havia uma certa familiaridade em função do tempo em que já se conheciam, os laços afetivos até mesmo entre os vizinhos eram mais intensos. Além do mais, por este bairro ser próximo ao centro, durante o período em que os jovens viveram na rua, costumavam freqüentar este local.

3.5.1 A conquista da casa

O Morro do Pantanal, próximo à Universidade, acabou sendo o principal refúgio para alguns desses jovens, pois um deles tinha um casal de tios que morava ali e, na extremidade deste morro ainda havia alguns lotes que poderiam ser aproveitados por eles para construir suas casas⁶⁷. Mas bem próximo às moradias que os jovens construíram, havia uma rede elétrica de alta tensão. Além disso, o lugar era de difícil acesso, principalmente, considerando que as casas dos jovens foram construídas no ponto mais alto, porque os lotes foram adquiridos através de “apropriação”, e na parte inferior não havia mais espaço. Os primeiros moradores foram dois irmãos, encaminhados para a casa dos tios que já moravam no Morro há bastante tempo. Depois das primeiras semanas que os jovens chegaram, os tios foram logo cedendo madeira para que os sobrinhos construíssem sua casa.

⁶⁷ Na década de 80, muitas famílias vindas do interior do estado conseguiram um lugar para morar através das invasões nos morros de Florianópolis.

O espaço restante foi logo reservado para os amigos que saíram do Albergue e também não tinham onde ficar. Nesta localidade, foram feitas três casas, sendo uma delas um pouco mais distante por ter sido a última a ser construída e por não haver mais espaço junto às duas primeiras. Os vizinhos, de vez em quando, passavam rapidamente pelas casas dos jovens, normalmente, conversavam sobre trabalho, sobre algumas trocas que faziam, como por exemplo, troca de utensílios domésticos e, algumas vezes, tinham conversas reservadas. Esta relação, um pouco mais próxima, foi observada somente entre os rapazes, embora tivesse uma jovem que vivia com um dos rapazes. Esta jovem comentou que já havia ficado um mês sem sair de sua residência para não ter que descer e subir o morro, em função, também, da filha pequena.

A disposição dos cômodos de duas casas restringia-se à cozinha e quartos. Somente uma cozinha e dois quartos, que eram divididos entre um casal e um jovem que morava com ele. A terceira casa era muito pequena, poucas pessoas poderiam entrar nela. Além de não ter divisórias, janelas e móveis, tinha somente dois colchões, nos quais os dois irmãos dormiam, e algumas roupas espalhadas pelo chão. Nesta casa, os alimentos eram cozidos em fogo de chão e do lado de fora da casa. Não havia água encanada, nem banheiro. Aliás, não havia banheiro. Os jovens faziam suas necessidades biológicas em um mato que ficava um pouco acima das casas e tomavam banho no tanque de lavar roupa, numa bacia dentro de casa ou num riacho.

3.5.2 A busca pelo alimento

Claúdia e Oswaldo se mantinham com uma pensão de R\$ 50,00, que

Claudia recebia de seu pai, e Oswaldo, depois que foi demitido da OAB, cuidava de carros nos estacionamentos. Era muito comum ele subir e descer o Morro, várias vezes, trazendo leite e fralda para a filha de um ano. Sempre que conversávamos, ele demonstrava uma tensão muito grande diante da responsabilidade de não deixar faltar o alimento para a filha:

A maior dificuldade que eu estou tendo é manter a minha filha. Na rua, se eu não fizesse algo por mim mesmo ninguém ia cobrar nada, e agora, se eu falhar como pai, mesmo que ninguém me cobre, eu me cobro. Fico pensando: “falhei como pai”, aí vem um sentimento de menosprezo por mim mesmo, sinto-me incapaz e isto é muito ruim. Eu fico andando pelo centro, de repente aparece um camarada querendo pegar alguma coisa, mas não sabe ir, então eu vou. (Oswaldo)

Durante a pesquisa de campo, ficaram registradas as enormes dificuldades que todos os jovens sentiam na busca pela alimentação, mesmo aqueles que tinham recém saído do albergue. Uma das alternativas que encontravam era a de insistir na espera pela cesta básica cedida pela Prefeitura, por meio da Divisão de Assistência, na qual os jovens entravam numa lista de espera. Esta cesta, raramente, era conseguida. Algumas vezes, Renato, o último dos jovens a ser desligado do abrigo, juntamente com seu irmão, iam até os programas da Prefeitura e traziam somente alguns dos componentes desta cesta.

Os demais jovens que moravam no Morro do Pantanal, com exceção de um que trabalhava, saíam praticamente todos os dias para conseguir dinheiro de alguma forma. Uns diziam que trabalhavam em construções, e os demais não revelavam o que faziam. A esposa de um deles disse que o marido ficava na Praça XV, tentando conseguir algum dinheiro, e um dos jovens foi morar na casa de um vizinho que era traficante de drogas. No que se refere às atividades das mulheres, as que eram casadas⁶⁸

⁶⁸ Casamento está sendo usado para caracterizar a união dos jovens, mesmo não sendo oficializada.

dedicavam-se ao cuidado dos filhos, e a única que não era casada estava morando com uma amiga que conheceu no Abrigo. Alguns meses depois, fiquei sabendo que ela retornara para o bairro onde morava sua família, com a qual convivia de tempos em tempos, voltando a ter um sério envolvimento com drogas.

Logo que os jovens do Pantanal tinham construído suas casas, por falta de fogão, as refeições eram feitas em conjunto na casa de Leonir. Mas houve alguns desentendimentos entre os últimos moradores que chegaram, e isto fez com que se distanciassem um pouco no que se referia à rotina diária. Porém mantinham o mesmo contato nas atividades costumeiras do Abrigo, como jogar futebol, assistir televisão, fumar maconha e conversar.

O pátio das casas continuava quase do mesmo jeito que estava quando chegaram; foram feitas algumas alterações, como escadas para facilitar o acesso de uma casa a outra, porque o terreno era um pouco inclinado. Não fizeram horta e não capinaram todo o terreno, a água utilizada era de um poço artesanal localizado um pouco acima das casas, e era trazida por mangueiras colocadas pelos próprios jovens.

Como no abrigo, o hábito de assistir televisão era cultivado por todos. A televisão sempre estava ligada, mesmo enquanto conversavam, ou então, o toca-fitas, que geralmente tocava Rap. Segundo Shusterman (1998), as raízes culturais do Rap e seus primeiros adeptos pertencem à classe baixa da sociedade negra norte-americana. O orgulho do negro militante e sua temática da experiência do gueto representam uma ameaça para o *status quo* complacente da sociedade. Além do mais, o Rap tem servido para ensinar a ler e escrever, ou ainda para ensinar a história negra nas escolas dos guetos.

Recordei-me que, no dia que fiz a entrevista com Leonir, estava tocando no rádio o “Rap do Carandiru” do grupo *Detentos do Rap*. Ele pediu que eu ouvisse com atenção e no final comentou.: “*é uma das letras de música que mais fala a real*” (Leonir).

*É, o carandiru está de casa cheia
É o carandiru está de casa cheia!
Muita maldade no ar, muita droga na veia
Se você quiser ver é só vir expiar
Os irmãozinhos se matando pela heroína
É incrível como isso pode acontecer bem no meio da cidade
E não dá pra vê. Falam que aqui estão nos educando,
Mas é mentira na verdade estão nos marginalizando.
A coisa aqui é ruim é pior que se imagina.
Já me ensinaram até a refinar cocaína
Tanta coisa de ruim que eu aprendi nesse depósito de lixo
Que quando eu sair daqui virarei até político, se a olhos
Da justiça, político não é ladrão livre então não voltarei para a
prisão...*

A musicalidade expressada por meio do Rap sempre esteve presente em suas vidas, seja na rua, no abrigo e mesmo neste período da juventude, como vimos anteriormente. Neste sentido, é importante salientar que o tema destacado no Rap, normalmente, “*refere-se à crítica a uma sociedade consumista, injusta e hipócrita que leva à violência, prisão, morte ou miséria reforçando assim o ciclo da pobreza e desespero*” (SHUSTERMAN, 1998, p.143). Convém registrar, ainda, o fascínio que este ritmo despertava nos jovens. Era uma das poucas coisas, além do futebol, que conseguia fazer com que eles ficassem por muito tempo concentrados, ensaiando movimentos rápidos, ordenados e precisos. Além disso, havia a criatividade e a destreza para decorar e até mesmo compor e recriar letras imensas, faladas ou recitadas, em forma de poesia, que se referiam à realidade que eles viviam, enquanto possibilidade de protesto com a dimensão de um grito e uma expressão de liberdade.

Além do Rap como expressão que oferece o tom que compõe a realidade dos jovens, eles também cultivam e relembram, para ser utilizado em caso de necessidade, o código de palavras trocadas, de trás para frente. Isto era muito utilizado enquanto estavam na instituição para que ninguém interferisse na dinâmica do cotidiano deles. Estes elementos, também, podem ser considerados como constitutivos do que Certeau (1994) define como cultura popular, em que a ordem das coisas é definida por aquilo que as táticas populares desviam para fins próprios, sem esperar que haja uma mudança repentina, mesmo quando há exploração de um poder dominante ou a negação por um discurso ideológico. Este mesmo autor defende que a ordem é representada por meio da autoridade.

Na instituição a servir se insinuam assim um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral, isto é, uma economia do “dom” (de generosidades como revanche), uma estética de “golpes” (de operações de artistas) e uma ética da tenacidade (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou fatalidade). A cultura popular seria isto, e não um corpo considerado estranho, estraçalhado a fim de ser exposto, tratado e “citado” por um sistema que reproduz, com os objetos, a situação que impõe aos vivos (CERTEAU, 1994, p. 118).

Outra questão que também fazia parte do cotidiano dos jovens era o uso de droga em grupo, principalmente a maconha, mas com a diferença de que no Albergue eles usavam em locais distantes de suas dependências internas, em função da própria vigilância que havia. Mas, neste momento, passar a usar a droga dentro de casa, porém quando não havia nenhuma pessoa estranha ao convívio diário deles e longe de crianças. Por isso, na casa de Cláudia, eles não usavam quando ela e a filha estavam por perto.

Percebe-se, desta forma, que a vida comunitária no Morro segue algumas regras construídas por eles próprios, para que pudessem conviver. Já não são as regras do albergue, impostas, são códigos de convivências, são construções de outras “ordens”.

3.6 A Constituição de uma Nova Família

Do universo pesquisado, alguns jovens estavam compondo três núcleos familiares que se formaram a partir de um encontro que aconteceu na Instituição. Estas novas relações caracterizaram, a princípio, uma forma diferente dos jovens se posicionarem diante da vida, em função da construção de laços afetivos inexistentes até então e, também, em relação aos desafios que a maioria traz consigo. A constituição de uma nova família, a princípio, representou um estímulo maior para eles se dedicarem e se empenharem para poderem superar as dificuldades da luta pela sobrevivência, o que foi demonstrado por Alex:

Para mim mudou muito, o Alex de agora passou por cima do outro, um pouco por causa da gravidez da Deise, onde eu senti que tinha chance de chegar em algum lugar, ser bem recebido e ter uma profissão. Eu faço de conta que não passei por tudo aquilo, que nada existiu comigo, já passei por cima disso e apaguei esse lado que eu tive que enfrentar no Albergue. Hoje passo pelos educadores e faço questão de conversar relembrando o tempo de antes pra eles sentirem que não aconteceu como eles pensavam que ia acontecer. Mas faz parte da vida, porque se eu não tivesse passado tanta dificuldade eu não seria o que eu sou hoje. É pouco, mas é bastante para mim, procuro cada vez ter mais e vou adquirindo o que eu puder. (Alex)

Quanto aos filhos, apesar de se tornar desgastante a corrida para prover o seu sustento, em função dos pais não terem sido preparados para buscarem as alternativas e possibilidades para desempenhar esta função, eles acabam sendo, como no caso de Cláudia, uma justificativa para terem motivação e romperem com as atitudes de desânimo e falta de perspectiva diante da vida:

Eu aprendi com a vida, caindo e levantando, hoje sei que não posso faltar com a responsabilidade pela minha filha, ela precisa estar bem cuidada, limpa e com cuidados especiais para que não fique doente, porque ela depende só de mim e de meu marido. Antes eu tinha meu outro filho, mas a mãe cuidava dele, acho que a responsabilidade de cuidar de uma filha sozinha faz crescer. (Cláudia)

De acordo com a tendência de grande parte dos entrevistados, a composição de uma nova família supre parte do vazio deixado pela ausência dos

pais e também da Instituição, possibilitando um novo aprendizado que traz o amadurecimento e, de certa forma, pode levar à superação dos traumas do passado, como aconteceu com Alex: *“Minha família possibilitou eu viver de novo e renascer. Representa que eu pude ser completamente diferente do que os outros pensavam de mim...”* (Alex)

Embora seja difícil avaliar se esses laços que unem os jovens aos seus filhos serão duradouros ou se conseguirão suprir todas as carências que trazem da infância, é preciso registrar que os filhos despertam nos jovens o sentimento de união e pertencimento a um grupo, que tem em comum o bem querer recíproco, o que leva a compreender estes laços familiares como intensos e frágeis ao mesmo tempo, pois do universo pesquisado, fui informada que dois casais que constituíram família, no final da pesquisa de campo, já estavam separados. Entretanto, dispõe-se do exemplo de Cláudia, que insistiu durante todo o período da pesquisa na importância que a constituição de sua própria família representou para o desempenho de uma atitude diferente diante da vida:

Hoje eu tenho uma família, um marido e uma filha que depende de mim. Depende só de mim e do Oswaldo fazer uma família boa para minha filha, porque se ela não se sentir bem dentro da casa dela, ela vai ser igual a eu. Tenho que ensinar as coisas a ela, mas acima de tudo quero ensinar-lhe que sou sua amiga e estarei sempre ao seu lado. Hoje descobri que não adianta a gente criticar os filhos porque com isso acabamos perdendo-os. (Cláudia)

A experiência de ter vivenciado muitas dificuldades junto às suas famílias torna os jovens mais sensíveis e amorosos com seus filhos. Eles demonstravam constantemente o desejo de poder oferecer aos filhos o que eles não tiveram acesso na infância, como afeto, carinho e em relação à questão econômica. Durante a pesquisa de campo, pude observar o carinho e a atenção que

os casais dedicavam a seus filhos. Há uma preocupação constante em não deixar faltar, principalmente, a alimentação.

O cotidiano dessas famílias é preenchido pela “batalha” diária para conseguir a sobrevivência. Contudo, quando estavam juntos, havia muito carinho e brincadeiras. Entretanto, pude observar que o tratamento carinhoso dos pais em relação aos filhos, alterava-se quando faltava alimentação, habitação, trabalho ou outro componente básico da subsistência. O maior desafio que enfrentam é não deixar os filhos passarem pelo mesmo sofrimento que tiveram que enfrentar na infância. Momento em que Alex expressa ter sido uma experiência difícil: *“Quero ver meu filho grande para podermos brincar, dar as coisas que eu não tive a ele. Não importa que ele seja ruim, mal criado e não saiba valorizar o que nós fizemos. Independente de qualquer coisa eu gosto dele.”* (Alex)

Durante a infância, quando os jovens estavam na rua, eles tinham que viver e se dedicar apenas ao momento presente, que preenchia todo o cotidiano deles. Mas com a chegada dos filhos, os jovens conseguiam imaginar o futuro e estabelecer planos para acompanhar o crescimento deles. Desta forma, conseguiam estabelecer sinais de esperança, pronunciados na fala de Oswaldo e Cláudia:

É a culpa. Já penso se um dia a minha filha for uma marginal como eu, vou me sentir, o medo de colocar uma vidinha assim a perder. Uma criança que nasce esperando, esperando nada, porque ela não espera nada, ela nem sabe porque está aqui. Já penso um dia minha filha olhar para mim e dizer que eu não fui uma boa mãe, deve ser horrível, já penso. Não, eu tenho que fazer tudo para ela, acha que eu sou uma boa mãe, eu tenho que fazer tudo para ela achar que eu sou uma boa mãe, eu quero ser uma boa mãe para ela. (Cláudia)

O fato de os jovens se sentirem responsáveis por alguém é algo muito importante, porque antes eles se sentiam desprendidos de qualquer compromisso, por serem totalmente solitários, uma vez que o ambiente Institucional não proporcionava

o sentimento de pertencimento a um grupo. Os próprios laços afetivos que os uniam aos demais jovens não eram incentivados, pelo contrário, eram desconsiderados. Não havia respeito pela cultura que os jovens traziam consigo, isto acontece, muitas vezes, porque as instituições reproduzem os valores, os sentimentos e a ideologia da classe dominante, não aceitam as diferenças entre a elite e o povo. Os filhos, para estes jovens, passam então a representar um elo importante que os une, mesmo que estejam separados pela distância, como era o caso de Juvenal: *“Hoje tenho minha esposa e minhas filhas que me preocupam, antes não. Quando eu era de menor pensava que a vida era uma festa, tudo bem, tudo em paz. Hoje eu tenho passarinho para dar comida.”* (Juvenal)

O relacionamento deles aconteceu na instituição em que eram abrigados, confirmando a tendência dos jovens em estenderem o ciclo de amizades feito na rua e nas instituições. A socialização destes jovens configura-se como uma forma de extensão da ligação que tinham com seus companheiros de instituição, acrescentando, agora, a figura dos vizinhos e de algumas pessoas que também integram seus locais de trabalho, isto é, para quem conseguiu a “façanha” de estar trabalhando de carteira assinada. Apenas um entrevistado tinha trabalho, os demais se dedicam ao mercado informal, como estacionamentos de carros, venda de balas etc.

Alguns meses depois de realizadas as entrevistas, quando retornei para devolvê-las aos jovens, um dos casais, embora ainda estivesse junto, enfrentava muitas dificuldades no relacionamento. Primeiro porque o marido estava envolvido com droga e segundo porque fora demitido do emprego e não conseguira outro. Mas a reaproximação com sua família de origem, no que se

refere à mãe do jovem, neste momento de crise, parece que estava representando uma forma de ajuda para que o casal superasse as dificuldades que estavam tendo.

Os outros dois casais estavam separados. Um dos motivos alegados pelas esposas também estava relacionado ao uso de droga por parte do marido. Um dos jovens estava preso na cadeia pública de Florianópolis, e a ex-esposa constituiu uma nova família, deixando as filhas no Abrigo. Segundo a jovem, a sua decisão de abandonar o marido estava relacionada ao cansaço diante da instabilidade e insegurança que a vida na rua trazia, pois tinham que buscar o sustento das filhas de todos os modos possíveis e imagináveis, o que mostra algumas possibilidades de acontecer com os filhos deles coisas que aconteceram com eles, por mais que desejem “fazer diferente”; a ordem na qual estão inseridos exerce sobre alguns uma tendência de repetição. Contudo, dentro das possibilidades de vida, por um determinado tempo burlam esta ordem, rejeitam esta ordem, voltam a burlar....

3.7 A Dimensão do Trabalho com a Maioridade

A utilização do trabalho como forma de recuperação, aprendizagem e reinserção social das crianças pobres sempre esteve presente na forma de assistência prestada a elas em nosso país, levando, inclusive, à exploração do trabalho infantil, sem constrangimentos, agindo de acordo com a melhor consciência burguesa de estar ajudando a criança desamparada. Neste sentido, as crianças deveriam ser retiradas das ruas, mas também educadas, corrigidas e disciplinadas.

Vários estudos que resgatam a trajetória percorrida pela assistência demonstram o quanto esta prática de regular o comportamento das crianças estava distante dos propósitos de realmente contribuir para sua formação e desenvolvimento. Trindade aponta algumas contradições que estavam presentes na tentativa de resolução do problema social que representavam as crianças abandonadas, desde o início do século XVIII, permanecendo até os dias atuais, em que:

as crianças deveriam não apenas ser retiradas das ruas, mas também educadas e corrigidas. Porém o mundo do trabalho, no qual estavam depositadas as esperanças regeneradoras, pouco se coadunava com a construção idílica e sacralizada de infância que era difundida, como atesta a ferrenha exploração a que estavam submetidos os meninos e meninas que vivenciavam o cotidiano das fábricas (TRINDADE, 1999, p. 38).

Na análise da política da saúde do século XVIII, na Europa, Foucault oferece elementos que possibilitam a compreensão das intenções que sustentavam as concepções em torno do incentivo ao trabalho, permanecendo até os dias de hoje. Naquela época, economistas e administradores criticavam os investimentos na área da assistência, alegando que a destinação desta renda servia para “entreter ociosos”, que ficavam fora do circuito da produção. Opera-se, então, uma classificação da população entre as diferentes categorias para as quais a caridade se destinava, e o pobre passa a ser caracterizado por uma série de distinções funcionais da seguinte forma:

Os bons e os maus pobres, os ociosos voluntários e os desempregados involuntários; aqueles que podem trabalhar e os que não podem. Uma análise da ociosidade – de suas condições e seus efeitos – tende a substituir a sacralização do “pobre”. Esta tem por objetivo tornar a pobreza útil, mas também como assegurar o autofinanciamento pelos menos ricos de sua própria doença e de sua incapacidade transitória ou definitiva de trabalhar; ou ainda, como tornar lucrativas as despesas com a instrução das crianças abandonadas e dos órfãos. Delineia-se, assim, toda uma decomposição utilitária da pobreza, onde começa a aparecer o problema específico da doença dos pobres em sua relação com os imperativos do trabalho e a necessidade da produção (FOUCAULT, 1979, p. 196).

Estas contradições presentes na forma de elaborar as políticas de assistência se disseminam no imaginário social, e levam a categoria trabalho a ser utilizada pelo senso comum como a fórmula mágica que tira as pessoas da condição de pobreza, embora não garanta as condições de empregabilidade para todas as pessoas. Esta questão vem desde o tratamento dispensado às crianças nas casas da roda dos expostos⁶⁹, em que

buscava-se transmitir não somente um ensino elementar mais sistemático e abrangente e um ensino profissional mais diversificado, mas também valores caros à filantropia científico-burguesa, ou seja, o gosto e o hábito pelo trabalho, o amor à ordem e a crença no progresso (MARCÍLIO, 1998, p. 120).

Desta forma garantem a reprodução da força de trabalho, favorecendo ao mesmo tempo a acumulação de riqueza para alguns e a miséria para muitos.

Portanto, com base na prerrogativa de tornar a pobreza útil, as instituições de atendimento investem alguns esforços para fazer com que as crianças e adolescentes se tornem dóceis e aptos a desenvolverem habilidades para o trabalho. Entretanto, além de considerar que, atualmente, o mercado de trabalho torna-se algo cada vez mais competitivo e excludente, dentro da lógica capitalista, por isso não atende a toda demanda existente, os esforços empreendidos pelas instituições estão concentrados numa escala de segunda categoria, pois basicamente investem em oficinas precárias de artesanato, marcenaria, lixo e papel reciclável, etc. *“Partem da concepção segundo a qual aos pobres cabe atendê-los circunstancialmente, mas nunca enfrentar as raízes que geram a sua própria situação”* (SPOSATI, 1988, p. 42).

⁶⁹ Segundo Marcílio (1998), estas casas abrigavam as crianças que foram colocadas na roda dos expostos e depois que passava o período de amamentação, algumas delas eram devolvidas pelas amas-de-leite. Outras tinham o paradeiro desconhecido, ficando provavelmente na rua ou então eram adotadas por famílias.

Os próprios jovens que têm uma sensibilidade aguçada percebem que, apenas com este tipo de projeto pouco estruturado, dificilmente conseguiriam sobreviver de forma digna. Então, acabam caindo na falta de motivação e no descrédito dessas práticas. Para as instituições esta atitude pode estar representada apenas como ociosidade e falta de interesse dos jovens. Mas é algo criado segundo os interesses e a representação de uma cultura que está distante da realidade da pobreza e não está preocupada com sua resolução de fato. Ou seja, não são criadas as condições objetivas capazes de despertar a motivação e o engajamento dos sujeitos neste processo.

Desde criança, estes jovens já tiveram que fazer malabarismos para proverem o sustento deles e com isto fugiram do padrão de comportamento burguês, em que as crianças se preparam através da escolarização para conquistarem, na juventude ou na vida adulta, o sucesso profissional. Outro dado importante, neste sentido, segundo Sandin (1999), para perceber o quanto a pobreza e a miséria impõem condições desiguais às pessoas, é o exemplo da Suécia, que compõe o bloco dos países ricos, em que se emprega o termo “desemprego juvenil” para jovens com até 26 anos de idade; enquanto este período não chega, suas vidas são marcadas por educação e lazer.

Contra-pondo-se a esta realidade, os jovens que vivem a situação de pobreza e marginalidade têm que se esforçar para fugir das situações que os identifiquem com os estereótipos que a sociedade utiliza para definir a pobreza, entre eles: bandido, vadio, sujo, ocioso, etc. Porque ao serem identificados com estas características, na rua, eles são tratados com repressão e castigo. Por este motivo, foi comum durante a pesquisa de campo encontrar os jovens angustiados para conseguirem os documentos pessoais como carteira de identidade e carteira

de trabalho para terem um comprovante de que estavam exercendo uma atividade regulamentada, recebendo o reconhecimento oficial por isso. Sobre esta questão, Neves (1995) reflete da seguinte forma:

Por que as instituições precisam lidar com a idéia do provisório e pressupor como resposta a referência ao trabalho? Deste olhar, nem a segmentação do mercado de trabalho nem as referências culturais dos indivíduos colocados nessa situação são contemplados para a análise e a reflexão. Mesmo que eles não estejam efetivamente procurando trabalho essa justificativa deve orientar o diálogo com as instituições. O desejo de qualquer forma moraliza, ainda que não sejam levados em consideração as condições sociais necessárias para se trabalhar. O discurso assegura a reprodução simbólica de uma determinada moralidade porque muitas vezes, não basta querer trabalhar. Alguns indivíduos de fato não podem trabalhar porque não reúnem as condições sociais e ideológicas exigidas pelos empregadores para esse exercício. Ainda que dispo de condições físicas, já não dispõem das sociais e ideológicas (NEVES, 1995, p. 36).

Mesmo não dispo de condições sociais e ideológicas para o trabalho, uma vez que a instituição não os preparou para tal, na maioria, a atividade rentável passa a ter um valor fundamental para que os jovens possam evitar o perigo do envolvimento com os meios ilícitos, isto na perspectiva do discurso oficial. Porque isto vai garantir o sustento do jovem sem que ele recorra ao crime e seja confirmada a afirmação dos educadores de que eles acabariam na prisão. Mas, se os jovens saíram da instituição sem nenhum preparo para se inserirem no mundo do trabalho, eles têm que fazer malabarismos para que, mesmo estando fora do mundo da ordem, possam ao mesmo tempo aparentarem estar incluídos para sobreviver sem a ameaça dos aparelhos de vigilância e repressão. Neste sentido, era muito comum os jovens, ao mesmo tempo em que procuravam ou aguardavam um trabalho, inclusive sensibilizando as pessoas diante de seus esforços para conseguirem esta façanha de trabalhar, reunirem-se falando baixinho, desaparecerem de suas casas e logo retornarem com o leite e o pão. Neste “*jogo de manobras*” de forças desiguais, Certeau (1994) assim refere-se:

Uma prática da ordem construída por outros redistribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. Aí se manifestaria a opacidade da “cultura popular” – a pedra negra que se opõe a assimilação. É como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas, tem que “fazer com”. Nessas estratégias de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade de Scapin e Figaro são apenas ecos literários desse modo de agir (CERTEAU, 1994, 96).

3.8 O Exército

O serviço militar, uma exigência para todos os jovens do sexo masculino que completam 18 anos, corresponde a treinamentos para uma possível guerra. Esta obrigação tradicional faz parte do ritual de passagem para a vida adulta dos jovens, por isso veremos a implicação desta questão vivenciada pelos jovens que fazem parte desta pesquisa.

Segundo Michelle Perrot, no início do século XX, na Europa, com a vitória da penalidade moderna, para a infância houve a instauração de um Código e para a juventude incentivaram o serviço militar. *“Muitos viam no exército a forma de captar ‘qualidades guerreiras mal empregadas’ e de domar os rebeldes impenitentes enviados para as primeiras linhas quando vier a guerra. A Guerra: Viúva suprema”* (PERROT, 1988, p. 332).

A obrigação de prestar o Serviço Militar às Forças Armadas para os jovens que saíam das antigas FUNABENs era muito incentivada: *“Seguir as Forças Armadas é o sonho maior inculcado como ideal dentro do internato e é considerado a justificativa principal para se disciplinar precocemente as crianças e adolescentes”* (ALTOÉ, 1993, p. 52). Uma das poucas alternativas

apontadas para os jovens que eram desligados dos internatos consistia no confinamento às instituições totais. Entre os jovens que fazem parte desta pesquisa, a obrigação de cumprir o serviço militar foi exercida apenas por um deles.

Ademir, o único jovem que prestou serviço militar, demonstrou obedecer à lógica disciplinar que o exército impõe aos seus soldados; com isto, tornou-se um pouco intolerante com a própria realidade na qual viveu, inclusive, para justificar a atuação do soldado que comete atos de violência:

Em relação a este negócio de prisão, depois que fui para o exército, passei a entender que todo ato tem uma consequência e tudo tem o seu preço. Quando eu fui em uma missão, um soldado deixou um civil passar por suas costas, então meu colega levou uma pancada, eu peguei esse cara e bati bastante. Na hora eu me achei um terrorista, não era preciso fazer aquilo. Eu sou um cara muito legal para certas pessoas, mas para quem mexe comigo e quem rouba eu sou ruim. Esses dias um menino me abordou e disse para eu passar a grana e puxou um canivete, então avisei que era militar, que poderia espancar e ninguém iria falar nada e mandei ele roubar alguém quem tivesse mais grana que eu. Lá é bom para aprender a ser homem, criar coragem e valorizar o alimento, a cama e a casa. Ajuda a tomar as atitudes certas. Nós treinamos para matar, somos fuzileiros. Matar lá dentro, caso dê uma revolta nós somos criados para matar em campo. Se pintar terrorista rola batalha mesmo. Eu posso seguir a carreira de aspirante e 2º Tenente. (Ademir)

Mas, mesmo incorporando os valores de uma instituição total, este jovem consegue demonstrar o sentimento de solidariedade com um de seus amigos que também esteve abrigado no Albergue: *“Eu fui fazer uma batida no morro e encontrei o Índio junto com os traficantes, e pedi que ele se escondesse, saísse fora, eu estava camuflado e por isso ele não me reconheceu.”* (Ademir).

Em outro depoimento, um dos jovens que não prestou serviço militar colocou que achava que o exército seria uma opção para se manter ocupado e não cometer atos que desabonassem sua conduta, ou cometer atos ligados ao crime: *“Lá se sai da criminalidade, sai sim, porque lá não tem tempo para nada, não tem*

tempo para mau companheiro, mau elemento e tu se dedica ali, ao trabalho, não tem tempo.” (Carlos).

Os demais jovens não sentiram motivação para se integrarem a esta formalidade, colocarem em dia a sua documentação. Não havia o mesmo incentivo por parte dos educadores, como no caso da década anterior, mas no contexto do Albergue, parece que havia um descaso com todos os rituais de passagem. Não defendo a ida dos jovens para o exército, porém não posso deixar de registrar o descaso com que os jovens eram tratados. Mesmo que eles não fossem para o exército, deveriam estar atentos a algumas datas para poderem adquirir a Carteira de Reservista. Os jovens já não possuíam documentos, tais como Carteira de Trabalho, Cadastro de Pessoa Física e também o Título de Eleitor, portanto, nunca votaram. Com relação à discussão política, os jovens se mostraram apáticos e descrentes argumentando que não adiantava votar, porque a situação que viviam nunca iria melhorar. Alguns possuíam a Carteira de Identidade, pois parece que, de todos os documentos, este era o mais importante para eles, o qual é solicitado pela polícia em suas abordagens.

3.9 A outra Face da Maioridade

Este período cronológico pode despertar o sentimento de amadurecimento e de responsabilidade diante da vida, podendo agravar-se quando a instituição não desenvolve práticas pedagógicas que proporcionem aos jovens atitudes que levem a um posicionamento ético, crítico e consciente diante das relações que estabelecem. Por isso, a partir dos 18 anos, ao se depararem com uma condição de vida em que

tudo passa a depender deles mesmos, surge algo novo que desperta inúmeras sensações, entre elas o sentir-se responsável por tudo o que lhes diz respeito e também a esperança de que as coisas sejam melhores do que foram na infância. Oswaldo, ao referir-se à responsabilidade que precisa assumir com a maioria, diz que sempre o fez desde que era criança, comprovando mais uma vez que as crianças quando saem para a rua já têm que assumir as exigências da vida adulta: *“Na maioria a questão é se responsabilizar por tudo o que faz. Para mim não foi diferente, porque desde que eu era pequeno, nunca precisei de ninguém para arcar com as conseqüências, era sempre eu mesmo que assumia tudo.”* (Oswaldo)

Os jovens também relataram experiências positivas que aconteceram a partir desta fase da vida deles, em que a maioria proporciona a entrada em locais proibidos a menores de 18 anos, como boate e locais de jogos, além de se mostrarem, de certa forma, entusiasmados com as novas possibilidades que o mundo adulto pode trazer.

3.10 A Maioridade enquanto Conceito de uma Experiência Vivida

A maioria é uma fase na qual a sociedade supõe que as pessoas estejam preparadas para assumir os compromissos ligados ao papel social a ser desempenhado, tendo por base os valores e as normas estipulados; neste sentido, parece existir um ideal de adulto:

Toda sociedade elabora uma noção ideal de “adulto”, na qual estão sintetizadas as suas aspirações mais ambiciosas, seus valores mais raros, suas normas mais características, numa palavra, a essência do seu ethos. Esse ideal de adulto constitui o ponto máximo de sua humanização, a demonstração viva da riqueza e da variedade das suas potencialidades, a

prova incontestável da sua justiça e envergadura moral. A plenitude do status, a amplitude de participação, a identificação completa com os ideais que a sustentam são condições que definem o adulto perante a sociedade em que vive (FORACCHI, 1972, p. 19).

Numa sociedade dividida em classes sociais, com tantas desigualdades sociais e injustiças, as condições objetivas de quem está na miséria determinam uma forma de interação social, que tem por base a sobrevivência; portanto, o caráter de auto-sustentação precisa ser atingido já na infância. Mas relacionado a este aspecto, já que as formas de sobrevivência são mínimas, os jovens acabam tendo que se envolver com meios lícitos e ilícitos, e com isto aumenta o controle por parte da sociedade empreendido através de mecanismos de repressão e sujeição social, principalmente com a chegada da maioridade, em que passa a vigorar a aplicação do Código Penal, criado em 1940, quando a pessoa comete um crime. Por isso a preocupação dos jovens com a mudança na legislação é muito acentuada, conforme o depoimento de Carlos:

A maioridade para mim significa ter que me responsabilizar por tudo o que eu fizer, mas isto eu já fazia antes, sempre assumi tudo. Mas a legislação para menor é uma, e para maior é outra totalmente diferente. Passa a não ter nenhuma regalia que o menor tem. O maior não tem arrego, quando é pego fazendo alguma coisa errada fica preso até ser julgado. (Alex)

A diferença que existe na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código Penal não significa impunidade, pois com a vigência do Estatuto, toda contravenção ou ato infracional responde por esta lei especial, que tem por pressuposto a compreensão da criança e do adolescente como sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento⁷⁰. A inimputabilidade (o não

⁷⁰ Diante da prática de ato infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê as seguintes medidas sócio-educativas em seu art. 112: -"I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviço à comunidade; IV – liberdade assistida; V – internação em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer das previstas no art. 101, I a VI."

enquadramento do delito ao Código Penal), portanto, pressupõe que a criança e o adolescente são passíveis de resposta e convencimento, enquanto o adulto já possui uma personalidade mais sedimentada, mas mesmo assim também possui predisposição para mudanças.

Depois dos jovens enfrentarem todos os desafios de uma menoridade em que não é respeitada esta condição peculiar de desenvolvimento, instrumentalizando-os para romper com uma condição de vida que tem por base a pobreza, o preconceito e o estigma, eles têm que continuar tentando escalar um espaço na teia das relações sociais para expressarem esta “teimosa” existência. Com a maioridade, a sociedade punitiva mostra seu lado mais cruel e os jovens acuados temem o que possa lhes acontecer, ou melhor, sabem o destino de tantos amigos que trilharam caminhos indesejáveis por todos:

*Nós já era meninos de rua, daí depois de maior esses policiais todos já irão conhecer, já irão marcar e qualquer bola fora eles já vão dar em cima. Nós já éramos meninos de rua, daí eles não perdoam, porque eles já têm raiva de antes, desde pequeno a gente era folgado. A maioridade é mais perigoso e tem muita gente que marca, muitos policiais que marcam a gente. A maioridade é para colocar a cabeça mais no lugar, porque a coisa que vai acontecer é bem mais séria. Sair dessas coisas ruins porque na maioridade qualquer coisa deu, já suja o nome em todos os lugares, serviço tudo, não deixam pegar nada. **Eu tenho medo da maioridade.** (Carlos)*

De onde vem tanto temor destes jovens com a chegada da maioridade, para eles que desde a infância enfrentaram sozinhos dificuldades a que muitos adultos não resistiriam? Carlos sabe que, ao longo de sua vida, sua forma de sobrevivência nas ruas fez despertar a ira, a fúria e a violência de uma sociedade punitiva, que encontra no castigo e no carceramento a forma de manter a “ordem”, tentando despertar a docilidade e a subserviência nas pessoas.

Enquanto vigora a falta de aplicação das diretrizes básicas das políticas

públicas, segundo determina o Estatuto para a área da infância e juventude, numa tentativa de impor a visão legalista e repressiva no tratamento de questões sociais, surge um movimento em nível nacional que defende o rebaixamento da idade para a aplicação do Código Penal a partir de 16 anos de idade. Uma das justificativas para a redução da idade de imputabilidade penal⁷¹ é o fato do adolescente maior de 16 anos poder votar; entretanto, ele possui a faculdade, e não o dever, de votar, e não deve ser votado. De um lado se reconhece a pouca maturidade para o adolescente exercer sua capacidade de votar, e por outro lado, quer se impor a plena maturidade para que o adolescente seja enquadrado no Código Penal.

É necessário que se diga com todas as letras: não será o adolescente que recebe informações suficientes a motivá-lo ao exercício da faculdade de valor, ou o que tem condições de adquirir um automóvel, que sofrerá as conseqüências da imputabilidade penal; ao contrário, será aquele que nunca teve acesso nem mesmo aos direitos básicos de alimentação, saúde ou educação – este é o adolescente que irá para a cadeia (SÉRIE AÇÃO PARLAMENTAR, 1992, p. 82).

Mas diante desta questão surge a reflexão do que pode ser mais terrível do que a superlotação das instituições que atendem os regimes de internamento dos adolescentes, as rebeliões, as péssimas condições de higiene, alimentação e maus tratos.

Neste sentido, Draúzio Varela assinala uma pista do que pode acontecer nos presídios deste país, como a chacina do Carandiru, em que a PM invadiu suas dependências e assassinou mais de duzentas e cinquenta pessoas, sem haver mortes entre os policiais. Através do depoimento de um dos detentos que presenciou a chacina tem-se uma idéia do acontecido:

⁷¹ A imputabilidade penal significa que o adolescente possui a condição peculiar de desenvolvimento. Portanto, não está em sua plena maturidade biopsicológica para responder por seus atos infracionais de acordo com o enquadramento do Código Penal. Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente atua aplicando medidas sócio-educativas.

Na subida da escada, tem uma coisa interessante: estava lavado de sangue, um monte de cadáver espalhado. Não podia parar a fila, os policiais mandavam correr e ameaçavam: “se alguém me espirrar sangue, vai morrer!” Tinha que correr descalço naquela sangüeira, sem levantar os pés para não sujar os elementos, porque eles queriam achar pretexto pra matar... (VARELA, 1998, p. 134).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática a respeito da infância empobrecida na sociedade brasileira ainda apresenta muitas lacunas e questões que educadores, sociólogos e pesquisadores vêm procurando discutir, no sentido de mostrar à sociedade a enorme dívida social que o modelo de organização social atual provoca. Neste sentido, esta pesquisa buscou contribuir com a temática no sentido de perceber a trajetória de vida de alguns meninos e meninas de rua e institucionalizados, bem como o processo que vai ocorrendo até a maioridade, ou seja, como foi delineada a trajetória de vida dos jovens e como eles se constituíram na construção deste processo.

Procurei evidenciar três grandes elementos durante o processo de construção desses sujeitos.

a) O Papel do Estado por Meio das Instituições

O contexto atual do Brasil, a partir da década de 90, apresenta uma forte investida para a construção do Estado neoliberal, sendo que para seguir a ordem do mercado internacional adota como diretrizes de ação o tripé – descentralização: transferência de funções que competiam à união para os municípios, sem transferir recursos; desregulamentação: abolir direitos adquiridos através da pressão popular ao longo da história deste país; privatização: desmonte

do setor público para favorecer a iniciativa privada. Assim, este novo modelo de Estado ameaça conquistas com relação aos direitos e deveres das crianças e adolescentes, já tão “frágeis” e pouco praticados de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigência a partir de 1990.

Com isto, as leis, discursos e tratados de intenções necessários para que as crianças e adolescentes possam usufruir de seus direitos básicos relacionadas à educação, saúde, cultura, lazer etc., existem por meio da pressão popular no papel e no discurso. No entanto, a realidade tem demonstrado que a vida das pessoas tem um valor muito pequeno na ordem de prioridade da execução das políticas públicas comprometidas com os reais interesses da população marginalizada e explorada. Esta mesma população é tratada com repressão e indiferença, conforme constatado ao longo deste trabalho e, inclusive, em documentos oficiais fica registrada a concepção e a prática adotada pelo Estado, em relação à infância e juventude deste país:

O relatório elaborado pela Escola Superior de Guerra – ESG, 1990-2000 “Década vital por um Brasil moderno e democrático”, depois de “constatar” que as crianças e adolescentes transformar-se-ão em temíveis delinquentes a partir do ano 2000, afirma que diante da impotência da polícia e do Judiciário para equacionar o problema, as Forças Armadas serão convocadas para encontrarem uma “solução”, qual seja, a da neutralização pura e simples. Esta seria a política adequada, sinalizada no documento, no trato da questão da criança e do adolescente (SÉRIE AÇÃO PARLAMENTAR, 1992, p. 26).

Este quadro é agravado, também, pela falta de decisão e interesse político por parte do governo, tanto em nível federal, estadual como municipal, para a elaboração de estratégias, projetos, planos e programas que resultem na implementação das políticas públicas que favoreçam o acesso desses jovens aos seus direitos. Como foi o caso da realidade a que os jovens pesquisados foram submetidos no Albergue, contrariando, totalmente, as prerrogativas que constam

no Estatuto da Criança e do Adolescente, referente à medida de proteção, segurança, saúde, educação, cultura, lazer, enfim, promoção da vida. Isto aconteceu porque a operacionalização do Estatuto de forma sistematizada e integrada não está ocorrendo. Portanto, os eixos da promoção, controle e defesa dos direitos da criança e do adolescente, quando não são implementados, abrem margem a “certas práticas” que ocorriam no albergue, que levavam a chegada dos jovens à maioridade vivida com medo, apreensão, falta de esperança e sonho...

Lígia Costa Leite, ao referir-se sobre o papel que a instituição deve desempenhar na vida dos jovens que completam a maioridade e são desligados da instituição, assim manifesta-se: *“O fato de não ter assegurada a sobrevivência após os 18 anos, no momento da saída do internato, demonstra claramente que o processo de ‘educação’ ali desenvolvido não foi suficiente para dar ao interno possibilidades de assumir um lugar de cidadania no mundo social”* (LEITE, 1998, p. 54).

Esta situação presente na vida dos jovens que estiveram anos sob a tutela do Estado e são obrigados a deixar a instituição com dia e hora marcados – o aniversário de 18 anos, (alguns deles voltando às ruas, sem ter sequer um lugar para morar ou deixar umas sacolas de plástico com as poucas roupas que conseguiram juntar durante todo o período de abrigo⁷²) revela o quanto o funcionamento dos abrigos está distante daquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente propõe garantir⁷³, ressaltando que existe uma linearidade ao ser

⁷² Esta informação foi repassada no desabafo de um dos jovens que, ao retornar à instituição depois que completou 18 anos, sem ter para onde ir, não foi recebido e ficou do lado de fora segurando suas roupas que trazia em uma sacola de plástico.

⁷³ Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8069/90) Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

considerado apenas o aspecto cronológico, pois este é um período de contradição e descoberta, que possui uma variação de tempo, e a intensificação da interação com os mecanismos sociais de exclusão.

Os jovens que ficaram esquecidos na instituição de abrigo receberam o atendimento, em parte, tendo como base os resquícios da fase de institucionalização (Código de Menores de 1927 e 1979), “*em que a sentença de abandono retira a criança da responsabilidade dos pais, da comunidade e da sociedade, transferindo-a para o Estado e seus prepostos.*” (SILVA, 1997, p. 98). O fato de muitos jovens terem permanecido no Albergue, com tais características, por mais de quatro anos, representou o corte com os frágeis laços que os abrigados mantinham com seus familiares e, para além disto, acrescenta-se o descaso com que esta instituição tratava as crianças e adolescentes, sem estabelecer um trabalho efetivo junto às suas famílias e ao desligá-los sem nenhuma cerimônia ou preocupação com o que viria a lhes acontecer.

Além das condições desiguais no acesso aos meios de produção e distribuição de renda, por conseguinte, acesso restrito aos direitos, levando ao abandono e à negligência em relação à infância, ocorreu a falta de uma prática educativa que possibilitasse a escolarização, profissionalização e a conquista da autonomia dos jovens. Pois, com a chegada dos 18 anos, esses jovens receberam um “empurrão” para fora da instituição, e de toda a rede de atendimento, como o Conselho Tutelar, que sequer oficializou o desligamento e cobrou do poder Executivo o cumprimento de um programa que oferecesse o devido acompanhamento e orientação a estes jovens, como, também, o Juizado da Infância e Juventude, que também não se manifestou no sentido de evitar as conseqüências que a maioria trouxe para estes jovens. Por conseguinte, a sociedade civil, por

meio dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, não desempenhou a função de fiscalização e controle das ações para que se cumprisse a operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por isso, convém reafirmar que, mesmo com o processo de desinstitucionalização em curso, no qual a família e a comunidade passam a ser tratadas como espaços privilegiados de convívio para a criança e o adolescente, vistos como sujeito de direito e o Estado delegando à sociedade civil prerrogativas que até então eram suas⁷⁴, ocorrem situações reveladoras de que as velhas práticas “teimam” em se constituir e integrar a nova política de atendimento à infância inaugurada com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Principalmente, considerando que a instituição foi estruturada segundo os dispositivos da sociedade disciplinar.

As políticas públicas, ao constituírem direitos de todos e dever do Estado, possuem o caráter de universalidade. Neste sentido, *“o desafio neste campo é assegurar que essas políticas públicas sejam realmente universais, tornem-se inclusivas em relação aos segmentos que delas permanecem excluídas. Para tanto faz-se necessário além da luta pela ampliação da cobertura, a melhoria da qualidade desses serviços”* (SÉRIE AÇÃO PARLAMENTAR 1992, p. 67).

VALLA (1998) considera que a luta pela melhoria na qualidade dos serviços prestados à população pode ser considerada como prática de educação popular.

As crenças e valores com as quais os jovens estavam habituados a conviver ficavam restritos ao universo da rua, porque não foi estabelecido de

⁷⁴ Implantação dos Conselho Tutelares e dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

forma educativa uma relação de confiança, afetividade e aceitação deles como eram, para, então, construir outras possibilidades de interação, que gradativamente fossem introduzindo elementos novos, capazes de suprir a solidão, o vazio, a revolta, as necessidades e a perspectiva de vida coletiva, baseada na solidariedade, autonomia e cidadania⁷⁵.

b) O Abandono Familiar e a rua como Alternativa

A imposição do modelo de família patrilínea atendeu aos interesses de normatização, padronização e manutenção da ordem. Para quem não consegue corresponder a este modelo, o qual exige condições concretas para tal, resta a culpabilização, o preconceito e as dificuldades para sobreviver.

Entretanto, é preciso considerar que a família também possui um papel importante na contribuição do desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança. Neste sentido, estes jovens foram prejudicados pela ausência da figura materna, a qual é sentida com mais intensidade que em relação à paterna, principalmente considerando a falta de uma interação que substituísse as funções maternas, as quais são significativas para o desenvolvimento da criança. Mas em função da inexistência de condições concretas, as famílias foram impossibilitadas de maternar seus filhos.

Tendo por base o contexto social, político e econômico de injustiças, estes jovens que vivenciam o processo de construção da maioridade enfrentaram o

⁷⁵ Embora este conceito tenha sido criado a partir da vertente de pensamento liberal, segundo o equacionamento entre direitos e deveres, aproprio-me dele a partir de Maristela Fantin (1997), que considera a relação entre direitos e deveres, mas também a amplia, considerando a cidadania um processo em construção que tem por base a participação, a reivindicação, a solidificação de sujeitos coletivos e a organização da sociedade civil.

abandono por parte de uma família que também foi abandonada, debatendo-se entre os resquícios de um modelo que não correspondia à realidade, passando a criar e recriar laços afetivos e de solidariedade entre aqueles que têm algo em comum – a luta pela sobrevivência. E, principalmente, vivendo os conflitos de uma condição de vida marcada pelo empobrecimento e pela correlação de forças. Diante desta situação, os jovens assumiram desde a infância as funções relativas à sobrevivência e auto-sustentação previstas para a chegada da maioridade.

Para enfrentar os desafios da luta pela sobrevivência, os jovens estabeleceram uma circularidade, criando outras redes sociais de parentesco, com pessoas cujas afinidades atendiam às funções ligadas à sobrevivência que eram atribuídas à família de origem. Quando nem mesmo essas redes eram capazes de satisfazê-los, o contexto da rua era uma das alternativas encontradas e nele tinham que desenvolver habilidades e potencialidades próprias do mundo adulto. Então morar na rua levou a um universo de reinvenções, formas diferentes de socialização, paralelas ao mundo da ordem.

Nestas circunstâncias, os jovens pesquisados construíram-se enquanto sujeitos que viveram as conseqüências do abandono e da violência por parte da família, do Estado e da comunidade. A instituição foi incapaz de atender às suas necessidades, levando-os a um desligamento efetuado de forma irresponsável e às dificuldades de sobrevivência na maioridade, tendo como “tormento” as afirmações e profecias de educadores que apostavam unicamente na inclusão destes no mundo do crime e da marginalidade, algo que aconteceu com alguns jovens. O que acabou sendo regra consistiu na dificuldade de obtenção do mínimo necessário para a sobrevivência, pois muitos deles voltaram a passar até fome. Diante desta realidade, surge o questionamento: como pensar a autonomia dos

sujeitos na maioria com a atual forma de organização social, econômica e política, que legitima práticas baseadas no descaso, no preconceito e na violência em relação às pessoas que vivem a realidade do empobrecimento?

No processo de construção da maioria, constata-se que a aprendizagem na rua acarretou um sentimento de independência que acabou afastando ainda mais esses jovens de suas famílias de origem. Embora a rua tenha oferecido a liberdade ou o sentimento de onipotência por terem que viver sozinhos, todos não escondem a revolta que sentem por não ter uma família presente e atuante; este sentimento os acompanha com a maioria.

O retorno para a rua foi comum em algum momento, para vários jovens, e também entre aqueles que não concederam entrevista, mas também eram abrigados no Albergue. Um dos jovens que participou da pesquisa e já era pai de dois filhos não conseguiu encontrar outra alternativa que não fosse a rua. E nestas condições, estes jovens já não contam com o sentimento de “piedade” atribuído à infância. A maioria acelera e desperta o sentimento de adulto de rua, o qual estará circulando entre a condição de mendigo, e em algumas situações, sendo alvo de práticas que o levam para a prisão em função de delitos que passam a ser considerados crimes e julgados segundo seus antecedentes.⁷⁶

As conseqüências deste processo levaram alguns deles a retornarem para a rua, outros conseguiram construir suas próprias casas em terrenos que foram ocupados sem legalização, uns trabalham e moram com algum parente e um dos jovens que está no presídio comenta sobre esta situação:

⁷⁶ Um exemplo do que os jovens estão sujeitos quando retornam para a rua com a maioria foi mostrado pela televisão, em entrevista às pessoas que cometeram pequenos delitos, estando detidas em uma delegacia, podendo ser soltas pagando uma fiança de até R\$50,00. Mas um deles, identificado como morador de rua e sem condições de pagar tal valor, ficou detido por um longo período. (Jornal Nacional 09/12/99 – Rede Globo)

Ficar no abrigo só comendo, dormindo e bebendo, sai sem experiência nenhuma e quando sai vai para o crime. Eles nunca me ajudaram na maneira de viver. No albergue eu tinha uma vida, e daí me vi dentro de casa com uma filha pequena, sem saber... Eles tinham experiência de vida, poderiam me ajudar... E agora que estou aqui todos esqueceram de mim de vez. Eu só tenho minhas filhas, mas eles estão tirando elas de mim, então vou me regenerar como? O pessoal do Conselho Tutelar disseram que não mandam minhas filhas aqui, porque é para eu aprender. Daí eu pensei, mas aprender no veneno? Na verdade eu já nasci na tempestade: apanhava na instituição, daí a rua, a prisão. Eu não curti a juventude, eu nunca tive aniversário na vida, nunca ganhei um presente de natal e aqui a prisão parece um túmulo, eu me sinto um morto vivo, um zumbi dentro da cadeia. E tem que encarar o que vier para não morrer de fome. (Juvenal)

Este exemplo soma-se à situação dos jovens que deixam de fazer parte da política de proteção integral e, com a maioria, passam a ser concebidos como pessoas anônimas. Parece que o Estado e os órgãos destinados ao atendimento das crianças e adolescentes não tratam com pessoas e políticas públicas responsáveis, mas com faixas etárias para apontar o fim de suas obrigações e competências que não foram cumpridas. Além disso, a pedagogia do castigo prevalece nas ações de quem deveria estar promovendo a dignidade e a defesa de direitos.

Juvenal encerra a participação dos jovens, nesta pesquisa, mostrando que as consequências do abandono, da vivência nas ruas e nas instituições o levaram a não se sentir mais jovem, ao afirmar que não aproveitou a juventude, mesmo tendo 19 anos, e devendo ficar preso por apenas alguns meses.

c) A Sobrevivência que Implica na Solidariedade

Percebe-se que a forma de atendimento recebida no abrigo, que segundo muitos deles os levou a caminhos íngremes e turbulentos, foi amenizada somente com a solidariedade e o companheirismo entre pessoas que vivem uma mesma

condição. Neste sentido, muitos percorreram em suas trajetórias de vida os morros, as ruas, a proximidade com parentes, e um dos jovens confirmou, através de sua experiência, o “terror” que significa a prisão. Talvez uma das faces mais cruéis que esta condição de vida representa é o fato de este jovem estar descobrindo que o encarceramento pode impedi-lo, até mesmo, de exercer o direito de ser pai.

Esta situação descrita aqui possui uma característica básica denunciada também nas entrelinhas dos depoimentos dos jovens, e que foi comum ao longo do tempo de permanência deles sob a tutela do Estado, ou seja, não se ouve o que eles têm a dizer e a acrescentar do ponto de vista do lugar em que eles se encontram.

Torna-se marcante também a enorme circularidade que há nas relações entre aqueles que moram na rua e aqueles que restabeleceram os frágeis vínculos familiares, morando próximos a algum parente. A confirmação disto ficou registrada quando voltei a encontrá-los, alguns meses após terminar o período da pesquisa de campo. As mudanças que ocorreram mostraram que dois dos casais romperam a relação e apenas um continuava junto, embora enfrentando muitas dificuldades no relacionamento; apenas um jovem continua trabalhando e, daqueles que estavam morando com o irmão, um sentiu-se excluído da família e estava morando na rua, mostrando bastante desconforto com esta situação, a ponto de chorar e lamentar sem saber o que fazer de sua vida.

Nesta situação em que, na maioria, muitos jovens já têm filhos, surge o questionamento: como eles podem transmitir aos filhos o que nunca receberam? Diante desta questão constatei que um dos elementos presentes em

suas vidas era o fato de eles não quererem que os filhos passassem pela mesma experiência de vida que eles tiveram. Isto era muito forte e demandava um esforço muito grande por parte dos pais, seguido de muita ansiedade e preocupação, embora, as reais condições para que isto não acontecesse nem sempre existissem.

Este momento de solidão e despreparo que estes jovens passam, ao serem desligados dos órgãos de atendimento, repete-se pela segunda vez de forma mais cruel e intensa. De fato, na infância eles já viveram a situação de terem de enfrentar sozinhos os desafios, os riscos e as incertezas que a vida na rua proporciona. Depois, foram para a instituição e esta se restringiu a oferecer alimentação e espaço para dormir. No entanto, quando chega a maioridade, existe uma cobrança maior por parte da sociedade, para que eles estejam inseridos no mercado de trabalho e adaptando-se às normas sociais, embora não recebam nenhum tipo de incentivo para tanto. A maioridade não é vista como processo de construção de identidade e compromisso com a vida. Além do mais, o preconceito e o estigma com relação ao adulto que vive na rua se intensificam, e com isto as alternativas que garantem a sobrevivência diminuem.

A realidade desses filhos do Governo mostra que antes dos direitos de cidadania eles tiveram subtraídos os seus direitos naturais e a sua dignidade de seres humanos. Reconhecer isto e restituir-lhes a dignidade própria de todo ser humano não pode ser entendido como um gesto de benevolência nem como uma concessão do Estado, pois a condição que lhes foi subtraída pela institucionalização não pertence à sociedade nem ao Estado; é a condição básica para um homem viver com um mínimo de dignidade (SILVA, 1997, p. 191).

Diante desta realidade, no processo de construção da maioridade, a sobrevivência tornou-se um dos temas centrais, no sentido de mostrar os embates e as dificuldades que os jovens enfrentam por não terem suas necessidades básicas garantidas (materiais, biológicas, psíquicas, lúdicas e estéticas). Isto não significa

uma defesa da mera sobrevivência, mas uma denúncia de que os jovens que viveram na rua e passaram por uma instituição de abrigo não têm seus direitos de cidadania e até mesmo de humanidade respeitados, pontuando que a construção de uma sociedade mais justa e solidária começa com a conquista das condições para que todas as pessoas possam lutar por estes direitos, rompendo com as barreiras materiais, culturais, políticas.

Portanto, diante de tantas adversidades que os jovens encontram no processo de construção da maioridade, a própria expressão de suas vidas pode ser reconhecida como sinal de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W., **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.
- ALTOÈ, Sônia. **Menores em tempo de maioria**: do internato-prisão à vida social. Rio de Janeiro : Universidade Santa Úrsula, 1993.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed., Rio de Janeiro : LTC, 1981.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: mito do amor materno. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.
- BATISTA, Nilo. **Introdução ao direito penal brasileiro**. 3. ed., Rio de Janeiro : Revan, 1993.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90.
- BENJAMIN, César *et al.* **A opção brasileira**. Rio de Janeiro : Contraponto, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2. ed., São Paulo : USP, 1987.
- CANEVACCI, Massimo. **Dialética da família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva, 4. ed., São Paulo : Brasiliense, 1985.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 4. ed., Petrópolis : Vozes, 1994.

CONGRESSO, Câmara dos Deputados. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes.** Brasília : Série Ação Parlamentar, v. 46, 1992.

COSTA, Marli de Oliveira. **Artes de viver: experiências cotidianas das famílias operárias mineiras na vila operária próspera (Criciúma 1945/1961).** Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

D'INCAO, Maria Conceição. **Comentários sobre o perfil da população de rua.** População de rua: Brasil e Canadá, São Paulo : Hucitec, 1995.

DAMATA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5. ed., Rio de Janeiro : Rocco, 1997.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro : Graal, 1980.

FONSECA, Cláudia. **Criança, família e desigualdade social no Brasil.** Criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio, Rio de Janeiro : Universidade de Santa.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo : Pioneira, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 12. ed., Rio de Janeiro : Graal, 1979. (Org. Roberto Machado)

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 16. ed., Petrópolis : Vozes, 1989.

_____. Pourquoi étudier le pouvoir: la question du sujet. In: DREYFUS, Rubert; RABINOW, Paul. **M. Foucault un parcours philosophique – au-delà de l'objectivité et de la subjectivité.** Paris : Gallimard, 1993.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro : Nau, 1996.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 4. ed., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed., São Paulo : Cortez, 1996.
- GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia social de rua**. São Paulo : Cortez, 1997.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed., Rio de Janeiro : Guanabara, 1988.
- GUIRADO, Marlene. **A criança e a Febem**. São Paulo : Perspectiva, 1995.
- LEITE, Lígia Costa. **A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994)**. Rio de Janeiro : UFRJ, 1998.
- LEPKSON, Maria de Fátima Pessoa. **Meninos e meninas em risco; uma prática de (des) proteção em um regime de abrigo em Florianópolis**. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo : Hucitec, 1998.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Código penal interpretado: texto atualizado com as leis n. 9.677, de 2-7-98, 9.714, de 25-11-98, e 9.777, de 29-12-98**. São Paulo : Atlas, 1999.
- MONTES, Maria Lúcia. **População de rua; sua identidade e a questão da cidadania**. População de rua; Brasil e Canadá, São Paulo : Hucitec, 1995.
- MORELLI, Ailton José. A inimizabilidade e a impunidade em São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 37, p. 125-156. 1999.

- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 37, p. 85-102, 1999.
- NEVES, Delma Pessanha Neves. **População de rua: Brasil e Canadá**, São Paulo : Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. I. Kant. **Cadernos da Universidade de Brasília**. Brasília, 1981.
- PASSETTI, Edson. **Violentados: crianças, adolescentes e justiça**, São Paulo : Imaginário, 1995.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- PURCENO. Sônia. **Entre a vontade e o poder: vida pedagógica, silêncio e criação do sujeito** (“Professorinhas” em Boa Vista – RR). Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SANDIN, Bengt. **Imagens em conflito: infâncias em mudança e o estado de bem-estar social na Suécia, reflexões sobre o século da criança**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 37, p. 15-34. 1999.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo.
- SHUSTERMAN, Richard. **Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular**. São Paulo : Editora 34, 1998.
- SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo**. São Paulo : Cortez, 1997.

SOARES, Orlando. **Comentários à constituição da República Federativa do Brasil**. 9. ed., Rio de Janeiro : Forense., 1998.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Comentário sobre o perfil da população de rua**. População de rua; Brasil e Canadá. São Paulo : Hucitec, 1995.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo : Cortez, 1988.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. **Educação especial e deficiência mental: da extração do saber ao exercício do poder**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 37, p. 35–38, 1999.

VALLA, Victor Vicent Valla. **A revalorização da educação popular numa conjuntura de crise**. Reunião anual da AMPED, 1998.

VARELA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo : Cortez, 1998.

ZALUAR, Alba. **Comentários sobre o perfil da população de rua**. População de rua: Brasil e Canadá, São Paulo : Hucitec, 1995.